

O que Jesus ordenou

o sermão
do monte

Mateus 5

Misael Batista do Nascimento

MBN

O que Jesus ordenou

o sermão
do monte

Mateus 5

Misael Batista do Nascimento

MBN

O que Jesus ordenou: O sermão do monte: Mateus 5
© Misael Batista do Nascimento 2024.

1ª edição 2024.

Edição, projeto gráfico, capa, ilustrações e conversão para e-Book

Misael Batista do Nascimento

Aproveite o curso on-line gratuito, disponível em:

<https://ipbriopreto.org.br/courses/o-que-jesus-ordenou-o-sermao-do-monte-mateus-5/>

Dados para contato:

Fone: 55 17 99717-1882 | E-mail: misaelbnascimento@proton.me

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, Misael Batista do

O que Jesus ordenou [livro eletrônico] : o sermão do monte : Mateus 5 / Misael Batista do Nascimento. — 1. ed. — São José do Rio Preto, SP : Ed. do Autor, 2024. — (O que Jesus ordenou)

PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-92421-3

1. Bíblia. N. T. Evangelhos — Mateus
2. Discipulado 3. Jesus Cristo — Ensinamentos
4. Sermão da Montanha I. Título. II. Série.

24-191005

CDD-226.907

Índices para catálogo sistemático:

1. Sermão do Monte : Comentários : Bíblia 226.907

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Dedicado a Mirian, minha amada, melhor amiga e
companheira, com quem tenho aprendido o que significa
acertar e errar, na prática do que Jesus ordenou.

SUMÁRIO

Prefácio	1
1ª Parte: O Evangelho de Mateus e o sermão do monte	3
1. Distinções do Evangelho de Mateus	5
2. O contexto dos primeiros ouvintes	11
3. Jesus, o judaísmo e o reino de Deus	17
4. Abordagens equivocadas do sermão do monte	25
2ª Parte: As bem-aventuranças e o programa do reino	35
5. As bem-aventuranças descrevem os que guardam o que Jesus ordenou	37
6. O sal e a luz, a cidade e a candeia	49
7. O reino de Deus e a lei	59
8. O reino de Deus e o respeito às pessoas	67
9. A vida no reino é de confiança	79
10. Esforços práticos em favor da paz	87
Considerações finais	97
Referências bibliográficas	99

Lista de abreviaturas

ARA

Bíblia Sagrada, Tradução de Almeida, revista e atualizada.

ARC

Bíblia Sagrada, Tradução de Almeida, revista e corrigida.

BEG¹

Bíblia de Estudo de Genebra. Primeira edição de 1999.

BEG³

Bíblia de Estudo de Genebra. Terceira edição de 2023.

BEHR

Bíblia de Estudo Herança Reformada.

BETN

Bíblia de Estudo Thomas Nelson.

BJ

Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada.

BPV

Bíblia Palavra Viva.

BTE

Bíblia Tradução Ecumênica.

FL

Bíblia Sagrada, traduções de Frederico Lourenço.

KJA

Bíblia Sagrada, Tradução King James atualizada.

NAA

Bíblia Sagrada, Tradução de Almeida, nova Almeida atualizada.

NTLH

Bíblia Sagrada, Nova Tradução na Linguagem de Hoje.

NVI

Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional.

NVT

Bíblia Sagrada, Nova Versão Transformadora.

TEB

Bíblia Sagrada, Tradução Ecumênica. Terceira edição de 2020.

PREFÁCIO

Parabéns por se interessar em conhecer o que Jesus ordenou! Este é o primeiro volume desta série.

A proposta da série *O que Jesus ordenou* é abordar alguns ensinamentos transmitidos diretamente por Jesus, conforme lemos no Evangelho de Mateus. Neste Evangelho, as principais ordens de Jesus são organizadas em cinco discursos: (1) O sermão do monte (Mt 5—7); (2) a missão apostólica (Mt 10); (3) como o reino vem (Mt 13); (4) o discipulado na igreja (Mt 18) e (5) os falsos mestres e o fim (Mt 23—25).

Estes estudos nos ajudam a lembrar de nossa identidade fundamental, como discípulos de Jesus Cristo. Além disso, somos desafiados a enxergar a igreja como comunidade de Jesus.

Neste livro, você encontra uma exposição do início do sermão do monte — as bem-aventuranças e as ordenanças para a vida prática do reino de Deus (Mt 5.1-48). A exposição iniciada aqui é concluída no livro seguinte, *O que Jesus ordenou: O sermão do monte: Mateus 6—7*. Os últimos discursos constam no terceiro volume, *O que Jesus ordenou: O reino, o discipulado, os falsos mestres e o fim*.

Leia este livro com atenção. Divulgue entre seus amigos. Se a igreja atentasse mais para a palavra de Jesus, no sermão do monte, ela estaria isenta de muitas falhas que lhe são historicamente atribuídas. Se levássemos o segundo discurso de Jesus mais a sério, muito do que é popularizado como “métodos para alavancar o crescimento de igrejas” não existiria. Se déssemos mais valor ao terceiro discurso de Jesus, muitas ideias que conduzem a divisões da igreja, não teriam ambiente para germinar e progredir. Se praticássemos o quarto discurso, a igreja seria mais coerente com o padrão do evangelho. E se ouvíssemos a voz de Jesus no quinto discurso, não seriam abertas no Brasil, todo mês, tantas ditas “igrejas evangélicas” orientadas por manipuladores e pessimamente doutrinadas.

Eu espero que, à luz desta compreensão, eu e você, como cristãos, e a igreja, como família de discípulos de Jesus, trilhemos o Caminho aberto e mapeado por ele, como agentes históricos do reino de Deus.

MISAEL BATISTA DO NASCIMENTO

Páscoa de 2024.

1ª PARTE
O EVANGELHO DE MATEUS
E O SERMÃO DO MONTE

CAPÍTULO UM

DISTINÇÕES DO

EVANGELHO DE MATEUS

Antes de olhar diretamente para o sermão do monte, conversaremos sobre algumas distinções do Evangelho de Mateus. O Novo Testamento inicia com os Quatro Evangelhos.

Desde os primórdios da história escrita da igreja do Novo Testamento tem havido quatro, e somente quatro evangelhos amplamente reconhecidos. Para enfatizar que eles apresentam um e o mesmo evangelho, às vezes são descritos como o “evangelho quádruplo” ou o “instrumento evangélico”.¹

É importante entender que “Marcos, Mateus, Lucas—Atos e João foram escritos em quatro ambientes distintos por autores diferentes, e cada um possui um conjunto próprio de questões teológicas”.² Os Quatro Evangelhos são “testemunhos narrativos do ministério de Jesus, e todos descrevem o significado teológico de Cristo de formas distintas”.³ Eles não são “biografias” de Jesus e sim “registram acontecimentos selecionados e organizados de modo a apresentar a mensagem do evangelho”.⁴ Cada Evangelho responde, à sua maneira, quatro perguntas relacionadas à pessoa e obra de Jesus: “Qual é o significado histórico de Jesus? O que contribuiu para sua rejeição? Qual é o significado de sua morte? Que resposta ele deve receber agora?”⁵

1.1. ASPECTOS DISTINTOS DO EVANGELHO DE MATEUS

William Hendriksen destaca quatro aspectos distintos do Evangelho de Mateus, considerando-o *metódico* (bem escrito e organizado)⁶ e *voltado para o passado, presente e futuro*, no sentido de cumprir as Escrituras do Antigo Testamento, desafiar para a fé em Jesus hoje e informar profeticamente sobre o que virá.⁷ Além disso, este Evangelho é *hebraístico*, ou seja, “caracterizado pelos padrões de pensamento e pelo

1 HENDRIKSEN, William. *Mateus*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, v. 1, p. 13 (Comentários do Novo Testamento).

2 THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: Uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 217.

3 THIELMAN, op. cit., p. 53.

4 *BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA*. 3ª ed. Revisada. [BEG³]. São Paulo; Barueri: Cultura Cristã; Sociedade Bíblica do Brasil, 2023, p. 1615.

5 THIELMAN, op. cit., p. 217.

6 HENDRIKSEN, op. cit., p. 107.

7 *Ibid.*, p. 108-111.

espírito dos hebreus”.⁸ Por fim, é *evangelístico*, concluindo com uma comissão para que o evangelho seja amplamente compartilhado, de modo que sejam feitos discípulos de todas as nações.⁹ Explicando o hebraísmo de Mateus, Hendriksen declara que:

[...] quando a palavra “hebraístico” é empregada em sentido mais amplo, em referência ao *mundo conceitual dos judeus*, as *ideias religiosas* que eram proeminentes entre eles devido aos seus antecedentes veterotestamentários e a *fraseologia* por meio da qual essas ideias foram expressas, o adjetivo é apropriado.¹⁰

Estudos recentes sugerem que “os escritores dos Evangelhos escreveram para a igreja em geral” e não apenas visando “uma pequena comunidade”.¹¹ Mesmo assim, as referências de Hendriksen ao “mundo conceitual” e “ideias religiosas” baseadas no Antigo Testamento, bem como à “fraseologia” semítica do primeiro Evangelho, abrem espaço para cogitarmos que Mateus escreveu como judeu cristão, visando comunicar-se com seus contemporâneos judeus.¹²

Para Darrell Bock, o Evangelho de Mateus se distingue por ser o mais centrado em questões e interesses judaicos, pela ênfase no cumprimento escriturístico, na identificação dos discípulos como aqueles que vêm a Jesus e se aplicam a refletir a justiça de Deus, e no envio dos discípulos para o mundo inteiro.¹³ Frank Thielman, por sua vez, sugere que a narrativa de Mateus é concentrada em cinco linhas mestras, quais sejam, (1) Jesus cumpriu as Escrituras de Israel, (2) incorporou a lei e a sabedoria, (3) apresentou sua identidade como o novo e maior Moisés, (4) identificou-se como o filho messiânico de Davi e Filho de Deus e (5) personificou Israel.¹⁴

1.2. JESUS CRISTO EM MATEUS

A fim de responder às questões listadas no início deste capítulo, cada evangelista destaca determinadas verdades e nuances da pessoa e obra de Jesus. Nos entendimentos de Köstenberger, Kellum e Quarles:

O Evangelho de Mateus destacou quatro aspectos da identidade de Jesus. Em primeiro lugar, Jesus é o Messias, o Rei há muito esperado pelo povo de Deus.

8 Ibid., p. 112.

9 Ibid., p. 121-122.

10 Ibid., p. 115; grifos nossos. Hendriksen informa o leitor sobre o debate acerca da possível fonte hebraica do Evangelho de Mateus, concluindo que tudo o que se discute finda em hipóteses plausíveis, mas não indubitavelmente provadas. Sendo assim, o melhor é admitir que não há como ter certeza sobre a existência de uma versão hebraica deste Evangelho, anterior à versão grega; cf. *ibid.*, p. 112-121.

11 Cf. BOCK, Darrell L. *Jesus segundo as Escrituras*. São Paulo: Shedd Publicações, 2006, p. 23.

12 Hendriksen (op. cit., p. 116-17) explica que Mateus é o único Evangelho onde lemos a orientação de Jesus, para que os discípulos puguem primeiro para “as ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10.5,6; 15.24) e “é o único Evangelho no qual não é preciso explicar os costumes judaicos (15.2; contraste com Mc 7.3,4), porque os judeus conheciam os seus próprios costumes”. E ainda (*ibid.*, p. 117): “A afirmação: ‘O Evangelho de Mateus tem um aspecto mais judaico que os outros sinóticos’ é inteiramente correta”.

13 BOCK, op. cit., p. 24-26.

14 THIELMAN, op. cit., p. 104-119.

Em segundo lugar, Jesus é o novo Abraão, o fundador de um novo Israel espiritual constituído por todas as pessoas que optam por segui-lo, incluindo tanto os judeus quanto os gentios. Em terceiro lugar, Jesus é o novo Moisés, o libertador e instrutor do povo de Deus. Em quarto lugar, Jesus é o Emanuel, o Filho de Deus nascido da virgem e que cumpre as promessas do Antigo Testamento. Assim, embora o Evangelho de Mateus seja de algumas formas semelhante a biografias antigas, ele continua diferente.¹⁵

Mateus anuncia que Jesus é o Messias e Rei aguardado por Israel; daí as instruções em 10.5-6; 15.24. No Evangelho de Mateus há “no mínimo quarenta citações formais”, precedidas por explicações de que a narrativa cumpre o que foi dito no Antigo Testamento, além de diversas citações sem frases introdutórias.¹⁶ Jesus é o descendente de Davi, cujo reinado evoca a adoração pelos magos do Oriente e perseguição, por Herodes, o Grande (Mt 1.1-17; 2.1-12). Ele é o Redentor, que nos salva de nossos pecados, nos concede descanso e sela a nova aliança, com sua morte e ressurreição (Mt 1.21-25; Mt 11.28-30; 26.26-30; 27.51-54). Ele voltará como Rei para julgar e governar (Mt 25.31) e possui “toda autoridade [...] no céu e na terra” (Mt 28.18).

Jesus é o Profeta, anunciado por Moisés (Dt 18.15,18-19). Ele “revela a vontade do Pai em tudo quanto é, diz e faz”.¹⁷ Ademais, “em nenhum dos Evangelhos sobressai em primeiro plano o aspecto profético de Jesus, de forma tão evidente, como no primeiro”.¹⁸ Jesus “ensina o real significado da Torá em todas as dimensões, chama à justiça prática, inaugura o reino e ensina sobre os eventos misteriosos da promessa de Deus”.¹⁹ A palavra de Jesus tem relação com o reino dos céus como “um programa” que tanto “está por vir”, quanto é “presente”, ou seja, está sendo implementado na história.²⁰

1.3. O SERMÃO DO MONTE COMO PROGRAMA DO REINO MESSIÂNICO

Dissemos que, em Mateus, as principais ordens de Jesus são organizadas em cinco discursos — o sermão do monte (Mt 5—7); a missão apostólica (Mt 10); como o reino vem (Mt 13); o discipulado na igreja (Mt 18) e os falsos mestres e o fim (Mt 23—25). Hendriksen declara que:

Ao desejarmos ler os grandes discursos de nosso Senhor e Salvador, naturalmente que nos voltamos para o Evangelho de Mateus em primeiro lugar, porque, sejam quais forem os paralelos que os outros Evangelhos contêm, é o

15 KÖSTENBERGER, Andreas J.; KELLUM, L. Scott; QUARLES, Charles L. *Introdução ao Novo Testamento: A manjedoura, a cruz e a coroa*. São Paulo: Vida Nova, 2022, p. 403. Edição do Kindle.

16 HENDRIKSEN, op. cit. p. 108-110.

17 Ibid., p. 110.

18 Ibid., p. 111.

19 BOCK, op. cit., p. 25.

20 Ibid., loc. cit. Neste estudo, “programa” corresponde a “plano, intento, projeto”, cf. “Programa”. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico 7.0*. Curitiba: Editora Positivo, 2009. CD-ROM.

ex-publicano que nos fornece esse material em sua forma mais plena e mais organizada (capítulos 5-7; 10; 13; 18; 23 e 24-25).²¹

Bock entende que tais discursos exercem uma “função-chave [...] no [...] desenvolvimento do argumento”²² do Evangelho de Mateus.

Não é sem razão que o sermão do monte é o primeiro, dentre os discursos de Jesus registrados por Mateus. Na seção 1.1, mencionamos que Bock encontra em Mateus a distinção do discipulado como aplicação em refletir a justiça de Deus, e Thielman, Jesus incorporando a lei e a sabedoria, além de apresentando-se como novo e maior Moisés. De fato, Mateus é único em registrar detalhes em Jesus, que fazem lembrar a figura de Moisés. Por exemplo, Moisés é um sobrevivente de infanticídio no Egito (Êx 1.15-22). Jesus também escapou de um infanticídio em Israel (Mt 2.16-18). Se Moisés guiou doze tribos, Jesus conduziu doze discípulos. Moisés permaneceu quarenta anos no deserto e Jesus, quarenta dias. Moisés promulgou a Lei, no monte Sinai. Jesus, o programa do reino, no sermão do monte (tabela 1).

Tabela 1. Paralelos entre Moisés e Jesus no Evangelho de Mateus.

Moisés	Jesus em Mateus
Infanticídio no Egito (Êx 1.15-22)	Infanticídio em Israel (Mt 2.16-18)
Doze tribos de Israel	Doze discípulos
Quarenta anos do deserto	Quarenta dias no deserto (Mt 4.2)
O Decálogo, no Sinai	O programa do reino, no sermão do monte

A *Bíblia de Genebra* designa o sermão do monte de “a Lei do reino”²³ e prossegue:

O sermão do monte é o primeiro de cinco grandes blocos de ensinamentos que aparecem em Mateus [...]. Os caps. 5-7 apresentam mais informações sobre os padrões éticos da soberania do reinado de Deus do que qualquer outra passagem e, portanto, têm sido extremamente valorizados pela igreja.²⁴

Há similaridades entre a lei mosaica e o sermão do monte.

O sermão do monte segue o padrão da lei mosaica: Sua promulgação está ligada a uma montanha (5.1), contém uma passagem programática demonstrando como conduz a lei mosaica ao cumprimento divinamente programado [...], e é concluída, da mesma forma que a lei mosaica, com uma bênção para os que lhe são obedientes e uma maldição para os transgressores (7.24-27).²⁵

A promulgação do sermão do monte corresponde ao estabelecimento de um programa do reino messiânico. Como explica Thielman:

21 HENDRIKSEN, op. cit. p. 110-111.

22 BOCK, op. cit., p. 24.

23 BEG³, p. 1626.

24 Ibid., loc. cit.

25 THIELMAN, op. cit., p. 110.

Mateus acreditava que Jesus estava reunindo um novo povo puro de coração (5.8). Para esse povo, o fundamento humano que subjazia à lei mosaica poderia ser trazido à tona e a lei chegaria ao seu objetivo. [...] o único tribunal será o juízo escatológico de Deus, e a pena capital não será a morte física, mas o inferno (5.22,29,30). As evidências nesse tribunal [...] serão [...] as intenções do coração (5.22,28; cf. 6.21; 12.34; 13.15; 15.8,18; 19.8).²⁶

As Escrituras se cumprem em Jesus e ganham sentido a partir dele. Como Filho de Deus, Rei, Messias, Profeta e encarnação da Sabedoria, Jesus possui autoridade e competência para nos instruir — sua Palavra é digna de crédito e conduz à vida.

O sermão do monte é importante, como norma para a crença e conduta no reino de Jesus. Vale a pena conhecê-lo e segui-lo.

²⁶ Ibid., p. 109.

CAPÍTULO DOIS

O CONTEXTO DOS PRIMEIROS OUVINTES

Desejamos mergulhar diretamente nas meditações sobre o sermão do monte. Antes, porém, será útil conhecer um pouco mais do contexto histórico, político, social e religioso dos primeiros ouvintes deste sermão.

Ao iniciar Mateus, depois de lermos o livro de Malaquias, a sensação é a de que ainda estamos no ambiente bíblico da Palestina, mas percebemos mudanças. Há entre os judeus uma instituição nova, a sinagoga, que enseja o *rabinismo* (mestres especialistas na interpretação do Antigo Testamento e tradições de Israel) e o *judaísmo* (a religião da sinagoga). De acordo com Daniel-Rops:

Não se pode subestimar a importância da sinagoga e seu significado na vida de Israel nos dias de Cristo. O que a câmara municipal e a igreja representam para a cidade medieval, a sinagoga representava para os judeus. Todos sem exceção iam à sinagoga para resolver todo e qualquer negócio administrativo e legal e não só para os cultos. Ser expulso da sinagoga constituía uma desgraça.²⁷

Em Mateus, os judeus estão sob o poder do Império Romano. O idioma litúrgico dos judeus é o hebraico, mas o da vida comum, é o aramaico. As cidades e vilas são influenciadas pelas culturas persa, grega e romana. Surge “um novo tipo de israelita, mais aberto ao sopro do mundo”.²⁸ Aparecem os essênios, fariseus, saduceus, herodianos e zelotes. O governo intramuros é exercido por um Sinédrio (o Supremo tribunal judaico), enquanto o civil é dividido, com alçadas distintas, entre a dinastia de Herodes e os governadores romanos (prefeitos ou procuradores). Espera-se a vinda do Messias, mas há diferentes entendimentos sobre ela.

Os primeiros ouvintes do sermão do monte são chamados a seguirem com Jesus neste ambiente complexo.

2.1. O CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL

Nós, leitores brasileiros do sermão do monte, não temos ideia do que seja andar com Deus em um país desarticulado e oprimido por dominação estrangeira.

Israel caiu sob o Império de Babilônia em 606 a.C. e prosseguiu como povo subjugado até 135 d.C. Em 587/86 a.C., Jerusalém, incluindo o Primeiro Templo (edificado

²⁷ DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. 3ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 423.

²⁸ DANIEL-ROPS, op. cit., p. 60.

por Salomão), foram destruídos e o povo foi levado para o exílio. Naquela ocasião, por conta da impossibilidade de cultuar na Cidade Santa, nasceu a sinagoga. Esse período se encerrou em 539 a.C., quando Babilônia caiu diante de Ciro, o Grande, e os judeus retornaram para Israel (tabela 2).

Tabela 2. O período do Segundo Templo: Período Babilônico.²⁹

I. FIM DA HISTÓRIA DO AT: O PERÍODO BABILÔNICO	
Período Babilônico (606-539 a.C.)	
606/5 a.C.	A conquista da Judeia por Nabucodonosor.
587/86 a.C.	O templo de Jerusalém é destruído. Judá vai para o Exílio; origem da sinagoga.
539 a.C.	Babilônia cai diante de Ciro, o Grande, da Pérsia; permissão aos exilados para retornarem a Israel.

Sob a liderança dos Macabeus e Asmoneus, os judeus obtiveram uma folga da autoridade estrangeira, de 165-63 a.C. Configurou-se um espírito nacionalista, ansioso por heróis capazes de expulsar os pagãos pela espada e estabelecer um reinado de paz e prosperidade. No entanto, responder à violência dos opressores com violência, não conduziu a bons resultados. As revoltas judaicas, articuladas por nacionalistas em 66-73 e 132-135 d.C., não contribuíram para libertar efetivamente Israel do poderio romano. Pelo contrário, em 70 d.C., Jerusalém, incluindo o Segundo Templo (edificado por Zorobabel e reformado por Herodes), foram arrasados por Tito, general romano, e depois da revolta de Bar Kokhba, os judeus foram “exilados até os tempos modernos”³⁰ (tabela 3).

A condição dos judeus sob os romanos variava, sendo confortável para os ricos e sofrida os pobres. “Havia judeus favoráveis ao governo deles ou pelo menos resignados ao mesmo como um mal menor. Tudo era preferível à guerra civil!”³¹ Os que colaboravam com os romanos, especialmente as famílias dos saduceus e sumos sacerdotes, desfrutavam de grande riqueza.³² Alguns do Sinédrio eram “altos comerciantes de trigo, vinho, óleo e lenha [ou] ricos proprietários de imóveis”.³³ Lucas menciona um aristocrata latifundiário (Lc 12.13-21) e o “rico que se vestia de púrpura e de linho finíssimo e que, todos os dias, se regalava esplendidamente (Lc 16.19). Tiago descreve um “homem com anéis de ouro nos dedos, em trajos de luxo” (Tg 2.2). Vários judeus “tinham ligações importantes, chegando mesmo aos círculos diretamente associados com o imperador e sua família”.³⁴ Sob Herodes, o

29 Extraído e adaptado de KÖSTENBERGER; KELLUM; QUARLES, op. cit., p. 150, 151-152.

30 Ibid., p. 153.

31 DANIEL-ROPS, op. cit., p. 73.

32 JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no tempo de Jesus*. Santo André; São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2010, p. 126-143.

33 JEREMIAS, op. cit., p. 139, cita Nicodemos (Naqdemon ben Gorion), membro do Sinédrio entre 66 d.C. e 70 d.C., e José de Arimateia (Mc 15.43).

34 DANIEL-ROPS, op. cit., p. 60.

Grande, a cidade de Jerusalém foi tida como “modelo para outros países por suas maneiras requintadas”.³⁵

Tabela 3. O período do Segundo Templo: Autogoverno Judaico e o contexto de Jesus e da Igreja Primitiva.³⁶

II. ENTRE OS TESTAMENTOS: AUTOGOVERNO JUDAICO	
Autogoverno Judaico: Os Macabeus e Asmoneus (165-63 a.C.)	
1. Os Macabeus (165-135 a.C.)	
165/4 a.C.	A adoração no Templo é restaurada. Festa da Dedicção (cf. Jo 10.22).
164-161 a.C.	Judas [Macabeu].
161-143/2 a.C.	Jônatas [Macabeu].
2. Os Asmoneus (135-63 a.C.)	
135/4-104 a.C.	João Hircano I.
104-103 a.C.	Aristóbulo I.
103-76 a.C.	Alexandre Janeu.
76-67 a.C.	Salomé Alexandra.
67-63 a.C.	Aristóbulo II.
III. O CONTEXTO DE JESUS E DA IGREJA PRIMITIVA	
Revoltas judaicas	
66-73	Primeira revolta judaica.
70	Tito destrói Jerusalém e o Templo (cf. Mt 24.1,2 e paralelos).
132-135	Revolta de Bar Kokhba: judeus exilados até os tempos modernos.

É discutível se no tempo de Jesus havia uma classe média em Israel. Joachim Jeremias acredita que sim, constituída de comerciantes, artesãos, “quando proprietários de oficinas e não trabalhando como assalariados”, os que se beneficiavam com as peregrinações a Jerusalém (hotelaria) e alguns sacerdotes.³⁷ Daniel-Rops, porém, afirma que:

Através do Novo Testamento, do Talmude e de Josefo têm-se a impressão de que não existia uma classe média, ou que ela quase não existia. A burguesia, como a conhecemos, é um fenômeno recente; nas em Roma e na Grécia havia pessoas de posição intermediária, que ficavam entre os ricos e os pobres. Na Palestina só eram encontradas nas cidades gregas, que não pertenciam ao povo escolhido. [...] Um judeu burguês só seria encontrado na Diáspora.³⁸

Quanto aos pobres, Salmier e Rolland esclarecem que:

³⁵ JEREMIAS, op. cit., p. 134.

³⁶ Extraído e adaptado de KÖSTENBERGER; KELLUM; QUARLES, op. cit., p. 148, 153.

³⁷ JEREMIAS, op. cit., p. 144, 146-155.

³⁸ DANIEL-ROPS, op. cit., p. 174.

[...] são chamados *ham ha'ares*, o povo da terra, os incultos [cf. Jo 7.49]. Todavia, bom número de escribas exerce essas humildes profissões e esse povo é o principal apoio dos fariseus, pois é ele quem mais sente na carne o peso da ocupação romana: sofre pacientemente, aguardando a intervenção libertadora de Deus.³⁹

Sabe-se que “a pobreza dos judeus chegou a ser alvo de chacota nas comédias pagãs, nas quais eram apresentados como pedintes, tendo apenas uma camisa para vestir e obrigados a alimentar-se de alfarrobas”.⁴⁰ Os pobres eram divididos entre os “que garantiam sua subsistência pelo trabalho e os que viviam, em parte ou totalmente, da ajuda alheia”.⁴¹ Nesta categoria subsistiam os escravos e diaristas, os escribas, proibidos de “receber qualquer remuneração pela sua atividade”,⁴² a maioria dos sacerdotes⁴³ (dentre eles, “os mais pobres [...] morriam de indigência”),⁴⁴ os “pequenos proprietários agrícolas”, que se contentavam em “consumir seus produtos” ou “fazer alguma troca”, a fim de obter o que lhes faltava⁴⁵ e os mendigos, dentre os quais os leprosos, “isto é, todos aqueles atacados de doença de pele e [...] considerados como impuros”.⁴⁶ De fato, “a maioria dos doentes e possessos provavelmente se mantinha com esmolas”.⁴⁷ Não era pequeno o número de endividados.⁴⁸

Parte das dívidas decorria da tributação. Incidia sobre os judeus uma carga tributária significativa. Quando Jesus proferiu o sermão do monte, alguns dos que o ouviam suspiravam indignação, por conta dos impostos.

Theissen registra que:

[...] numerosas queixas evidenciam que os tributos em geral eram tidos como opressivos: após a morte de Herodes reivindicou-se de seu sucessor que suspendesse determinados impostos (*Ant.* 17,205). Reclamou-se diante de Augusto de impostos pessoais muito elevados (*Ant.* 17,308). Palestinos e sírios pediram a Tibério uma redução do tributo (*Tácito, An.* II,42).⁴⁹

Daniel-Rops também informa:

Os impostos [...] deixavam os judeus furiosos. Não se trata de terem sido mais pesados do que nas outras províncias sujeitas ao tributo real: os impostos, diretos ou indiretos, eram mais ou menos os mesmos em toda parte; e em toda parte eram cobrados pelo mesmo

39 SALNIER, Christiane; ROLLAND, Bernard. *A Palestina no tempo de Jesus*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 61 (Cadernos bíblicos, 27).

40 DANIEL-ROPS, op. cit., p. 174.

41 JEREMIAS, op. cit., p. 157.

42 Jeremias (*ibid.*, p. 159). Alguns, porém, pertenciam a famílias de saduceus ou vinculadas ao sumo sacerdócio.

43 *Ibid.*, p. 155.

44 THEISSEN, Gerd. *Sociologia do movimento de Jesus*. São Leopoldo; Petrópolis: Editora Sinodal; Editora Vozes, 1989, p. 42.

45 SALNIER; ROLLAND, op. cit., p. 60.

46 *Ibid.*, p. 61.

47 THEISSEN, op. cit., p. 36.

48 *Ibid.*, p. 40-41.

49 *Ibid.*, p. 41.

péssimo sistema, de cobradores, os notórios “publicanos” do evangelho; que enriqueciam à custa dos contribuintes.

Mas os judeus não se conformavam porque todo esse dinheiro ia para o *fuscus*, o tesouro imperial, e ainda mais porque existiam impostos religiosos destinados ao Templo e aos sacerdotes, paralelos à maioria desses tributos estaduais, e a dupla carga era excessiva.⁵⁰

Isso engendrava desconfiança mútua: entre mestres e alunos de escolas rabínicas; entre fariseus e saduceus; entre evasivos e nacionalistas zelotes. Nestes últimos, o sentimento de repulsa imbricou em resistência militante.⁵¹ Prosternados,⁵² suscetíveis a rompantes ideológicos e megalômanos foram atraídos por esta militância. Os zelotes em Jerusalém “se intitulavam de ‘benfeitores e salvadores da cidade’”.⁵³ Como vimos na tabela 3, o povo oprimido, a sede de justiça e a instigação de sublevação, pelos zelotas, formavam um círculo diabólico de ódio que explodia em lutas sangrentas. Theissen menciona ações terroristas que incluem sequestros e assassinatos.⁵⁴

Jesus, no entanto, não era um chefe de quadrilha ou revolucionário de armas. Seu apelo contra a violência gratuita aparece no sermão do monte. Ao mesmo tempo Jesus não assumiu passividade, diante da injustiça. O reino que ele inaugura, cuja graça e poder libertam e santificam a alma de seus seguidores, instiga ações construtivas e transformadoras.

2.2. O CONTEXTO RELIGIOSO

O judaísmo do tempo de Jesus é uma religião pujante, que controla cada parte da vida. Daniel-Rops informa que:

A Torá e os comentários sobre a lei influenciaram todos os aspectos da vida, deram um significado verdadeiramente religioso ao lar, [...] e aos vestuários e alimentação. [...] elas governavam os relacionamentos humanos, na família, no trabalho e na comunidade, assim como os meios através dos quais as ideias eram expressas; em síntese, [...] colocavam o indivíduo numa estrutura, uma moldura que o mantinha preso desde o seu nascimento até sua morte, e da qual não podia escapar sem receber severo castigo. Pois desde que a autoridade civil se identificava com a religiosa, a lei secular era simplesmente a aplicação da lei de Deus.⁵⁵

O judaísmo do tempo de Jesus valoriza a devoção. O dia é consagrado pela oração. A semana é consagrada pelo sábado. O ano é consagrado pelas festas e a sequência dos anos é marcada pelos intervalos do ano sabático e do jubileu.⁵⁶ Na sinagoga, recebe-se instrução sobre a lei de Deus. No Templo de Jerusalém, são oferecidos

50 DANIEL-ROPS, op. cit., p. 89.

51 THEISSEN, op. cit., p. 35-36, 37.

52 Ibid., p. 41.

53 Ibid., p. 47.

54 Ibid., p. 44.

55 DANIEL-ROPS, op. cit., p. 387.

56 Ibid., p. 388-405.

os sacrifícios de conformidade com as instruções mosaicas, em grande quantidade e com grande solenidade e pompa.⁵⁷ Por suas características construtivas:

No momento em que se tinha acesso ao Templo o ruído exterior desaparecia; a mente mais obtusa sentia a proximidade do divino. [...] Assim construído, o Templo do Deus Único constituía com certeza uma das obras de arquitetura mais portentosas da época, despertando infinda admiração por parte dos judeus.⁵⁸

A religião era *teologicamente vigorosa*. Pensadores dedicavam a vida a destrinchar a lei. Apologistas respondiam aos detratores do judaísmo. Escolas rabínicas promoviam debates sobre ética e doutrina. Os construtos eram escritos e publicados em compêndios de tradição. Finalmente, este judaísmo era *missionário*, pois os escribas e fariseus não hesitavam em rodear “o mar e a terra para fazer um prosélito” (Mt 23.15).

Percebamos, no entanto, um problema. O uso massivo do vocábulo *hypokritēs*, “hipócritas”, em Mateus,⁵⁹ permite afirmar que o judaísmo do tempo de Jesus era uma religião não adequadamente observada. É digna de nota a fala do Senhor, em Mateus 15.7-9: “Hipócritas! Bem profetizou Isaías a vosso respeito, dizendo: Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim. E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens”.

No sermão do monte, Jesus não apenas cumpre a lei, mas a incorpora e interpreta (Mt 5.21-22,27-28,33-34,38-39,43-44). O sermão institui um programa a ser concretizado. Espera-se que os seguidores de Jesus o pratiquem, publicando a renovação radical operada nos que são alcançados por salvação graciosa e poderosa (Mt 5.13-16). O mundo é influenciado pelos discípulos de Jesus, cuja justiça excede a dos escribas e fariseus (Mt 5.20).

Jesus jamais foi um sonhador ou fanático religioso. Ele é realista no sermão do monte, convocando-nos a cultivar atitudes e atos consistentes com a vontade de Deus, na dependência dele. Ele instiga seus ouvintes (e a nós) à prática da vida pela fé instalada pelo Espírito Santo na alma deles, capacitando-os a glorificar a Deus participando da expansão de seu reino da nova criação.⁶⁰

57 Ibid., p. 408-413.

58 Ibid., p. 413, 414.

59 Cf. Mateus 6.2,5; 15.7; 22.18; 23.13,14,15,23,25,27,29; 24.51. O termo aparece também em Marcos 7.6 e Lucas 12.56; 13.15, mas é Mateus que o registra mais vezes.

60 BEALE, G. K. *Teologia bíblica do Novo Testamento: A continuidade teológica do Antigo Testamento no Novo*. Reimp. 2022. São Paulo: Vida Nova, 2018, p. 28.

CAPÍTULO TRÊS

JESUS, O JUDAÍSMO E O REINO DE DEUS

Nós corremos risco de interpretar as falas de Jesus conforme os modos de pensar evangélico e da cultura ocidental. A ruptura entre o judaísmo e o cristianismo, no século 1, não foi nada gentil. Os dois lados afastaram-se de vez sem poupar acusações mútuas. Isso afetou o entendimento da Igreja Cristã sobre a pessoa de Jesus. Foram afirmadas, corretamente, sua encarnação e, por conseguinte, sua natureza humana. Apesar disso, para alguns, seu vínculo com o judaísmo foi, na melhor das hipóteses, incidental e de pouca importância.

M. G. Goldsmith explica que:

[...] a igreja do Novo Testamento enfrentou o problema de as autoridades judaicas rejeitarem Jesus como Messias; e os Evangelhos (particularmente João) e Atos frequentemente se referem aos “judeus” recusando e se opondo ao Senhor. Embora isso seja verdadeiro a respeito da maioria deles, é preciso lembrar, no entanto, que o próprio João era judeu e que muitos dos sacerdotes e judeus importantes foram convertidos. Não obstante, as sementes de iminente ruptura entre a sinagoga e a igreja são evidentes no Novo Testamento. Após a destruição do templo, as autoridades judaicas se fortaleceram cada vez mais em sua posição anticristã. Por sua vez, a igreja passou a retaliar os judeus tão logo ela ganhou poder sob Constantino, no século IV, passando os concílios a emitir afirmações e juízos antissemitas. Assim, com o correr dos tempos, tornou-se cada vez mais difícil para os judeus crentes em Cristo sustentar simultaneamente sua fé cristã e permanecer culturalmente judeus. Seguir a *kashrut* (lei judaica) e permanecer na igreja grandemente gentílica se tornou impossível.

O antissemitismo passou a constituir uma parte normal da vida cristã. Entre outras coisas, os cristãos acusavam os judeus de deicídio [a morte de Deus em Cristo] e comumente acreditavam e sustentavam que estes estivessem sob maldição divina. Como se pode ler no Evangelho (judaico) de Mateus, o povo judeu teria dito a Pilatos, a respeito de Jesus: “Que o sangue dele caia sobre nós e sobre nossos filhos” (Mt 27.25). Os cristãos supunham, portanto, que essa auto maldição haveria de ser aplicada por Deus a todas as gerações futuras de judeus.

Quando os cristãos ganharam poder no Império Romano, os judeus, por sua vez, perderam as liberdades civis. Os pregadores cristãos receberam permissão de entrar à vontade nas sinagogas e ali pregar a fé cristã. Perseguições de autoridades e da igreja Cristã ocorriam com certa frequência. E assim o judaísmo acumula hoje em sua sofrida lembrança histórica os muitos e muitos batismos e “conversões” forçados, os abusos das Cruzadas, os horrores da Inquisição, os escritos antissemitas de Lutero, os massacres oficiais na Rússia imperial e a “solução final”, mediante o terrível Holocausto, a política de exterminação total promovida por Hitler, quando cerca da terça parte da população civil judaica do mundo da época, inclusive velhos, mulheres e crianças, foi assassinada, destruída em massa, com pouca ou insuficiente reação contrária por parte da igreja.

Como resultado, palavras como Cristo, cristão, igreja, cruzada etc. são associadas por muitos dos judeus a odiosas ideias e geralmente nem são proferidas, em seu próprio meio étnico ou cultural, por judeus que creem em Jesus como o Messias.⁶¹

Pedindo perdão pela citação longa, verifica-se que, com o passar do tempo, o cristianismo passou de religião perseguida, para religião perseguidora, distanciando-se das ordenanças de Jesus no sermão do monte. Jesus foi retratado cada vez menos como judeu e mais como europeu. As palavras dele, no sermão do monte, foram lidas e interpretadas descoladas de seu ambiente original.

3.1. O JUDAÍSMO PRATICADO POR JESUS

Jesus foi circuncidado ao oitavo dia (Lc 2.21). Ainda menino, foi levado ao templo (Lc 2.22-24,41-52). Adulto, participou da sinagoga de Nazaré e das assembleias solenes em Jerusalém (Lc 4.16-22; Jo 2.13; 5.1; 6.4; 7.2,10; 10.22-23). Quanto à devoção particular, em sua vida de oração, Jesus encarnou o que lemos na oração judaica de *Ne'ilah*: “Tu escolheste o homem desde o princípio, destinando-o a estar diante de ti”.⁶² Os Evangelhos sublinham Jesus orando (Mt 14.23; Mc 1.35; 6.46; Lc 3.21; 5.16; 6.12; 9.18,28-29; 11.1; Jo 17.1-26). Os sinóticos registram sua postura de adorador, “prostrando-se” ou “ajoelhando-se” submisso ao Pai (Mt 26.39; Mc 14.35; Lc 22.41). Daniel-Rops está certo, quando diz que:

Jesus, um filho da aliança, comportou-se como um judeu praticante, fervorosamente religioso. O evangelho menciona repetidamente sua presença nas sinagogas a fim de ensinar e orar — sente-se que ali ele estava em casa — e quando foi a Jerusalém subiu ao templo a fim de orar ao Pai. Seu respeito pelo prédio sagrado, o centro da vida religiosa judia, fica evidenciado pela sua indignação contra os que “compravam e vendiam no templo”, que transformaram sua “casa de oração” em um “covil de salteadores”. Ele não deixou de celebrar as grandes festas que se salientavam como marco durante o ano, santificando-o: ele celebrou a Festa dos Tabernáculos e a da Dedicção; e apenas alguns dias antes de sua morte mandou que dois de seus discípulos providenciassem os arranjos para a Páscoa, a fim de poder celebrá-la com elas. Supõe-se, erradamente, e muitos fazem isso, que ele rejeitou e condenou todas as observâncias da Lei Mosaica.⁶³

Recentemente, iniciou-se um esforço para entender o que Jesus ordenou à luz de sua origem, cultura e religião. Estudiosos judeus tentam motivar os cristãos a enxergar Jesus não tão afastado do judaísmo do segundo templo. Eruditos cristãos insistem na necessidade de a igreja admitir as origens judaicas, sua e de seu Redentor. Um exemplo da primeira iniciativa é a fala de Beatrice Bruteau, organizadora de estudos rabínicos sobre Jesus.

61 GOLDSMITH, M. F. “Judaísmo e cristianismo”. In: FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT, David F. *Novo dicionário de teologia*. São Paulo: Hagnos, 2011, p. 573-576. Logos software.

62 DI SANTE, Carmine. *Liturgia judaica: Fontes, estrutura, orações e festas*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 9.

63 DANIEL-ROPS, op. cit., p. 484.

Faz já algum tempo que tenho a impressão de que o cristianismo, na qualidade de religião que fala de Jesus, é em muitos aspectos sobretudo distinta da religião que Jesus praticou pessoalmente e cuja prática estimulou. Claro que essa religião que Jesus propôs foi a versão do judaísmo do segundo Templo. Convidar judeus a comentá-lo nesse contexto seria um passo para devolver a Jesus sua voz própria.⁶⁴

Ainda que, como cristãos conservadores, não concordemos com todas as premissas e conclusões dos estudos contemporâneos sobre Jesus, é possível admitir a relevância deles para nossa leitura e compreensão dos Evangelhos. Mesmo permanecendo uma divergência irreconciliável entre judeus e cristãos (a crença cristã em Jesus como homem e Deus, na relação da Trindade Bendita), não deve ser suprimido o fato bíblico e histórico de que Jesus era judeu, não apenas no sentido biológico, mas também cultural e religioso, ou seja, como homem, nosso Senhor pensava e se articulava como judeu.

Judeu é o “indivíduo que pertence ao povo, à comunidade judaica; israelita”.⁶⁵ O vocábulo “judeu” deriva de “Judá” e significa “louvado”.⁶⁶ A partir dessa significação, em Romanos 2.28-29, o apóstolo Paulo ensina que:

[...] não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porém judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus.

Nesse sentido, Jesus foi judeu pleno. O sermão do monte pode e deve ser entendido como ensino proferido pelo Messias judeu, num contexto judaico, fornecendo as bases da prática de vida que Deus requer do verdadeiro judeu, ou seja, da pessoa cuja vida é para o louvor de Deus, no discipulado de Jesus Cristo. No Evangelho de Mateus (e, por conseguinte, no sermão do monte), Jesus ministra como Filho de Deus, como novo e maior Moisés, e como judeu, para seus compatriotas judeus.⁶⁷ O cristianismo como brotou no solo do judaísmo, onde viscejava a expectativa do reino de Deus.

3.2. A NOVIDADE DO REINO DE DEUS EM JESUS

Se até aqui admitimos o vínculo de Jesus com a cultura e religião judaicas, faz-se

64 BRUTEAU, Beatrice. (Org.). *Jesus segundo o judaísmo: Rabinos e estudiosos dialogam em nova perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 2 (Biblioteca de estudos bíblicos). Edição do Kindle. O campo de pesquisa de acadêmicos judeus e “cristãos”, sobre a figura histórica de Jesus, denomina-se “Jesulogia”. Infelizmente, suas proposições e conclusões nem sempre se coadunam com a doutrina sadia, pois eles a Bíblia não é tida por eles como Escritura inspirada pelo Espírito Santo, infalível e inerrante.

65 “Judeu”. In: FERREIRA, op. cit., loc. cit.

66 HENDRIKSEN, William. 2ª ed. *Romanos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 141 (Comentário do Novo Testamento). Logos software.

67 THIELMAN, op. cit., p. 104.

necessário ratificar a citação que inicia este capítulo. Tanto nos Evangelhos, quanto em Atos, as autoridades judaicas do segundo templo rejeitam a Jesus e aos primeiros cristãos. Isso se dá porque o judaísmo do segundo templo não consegue conter as revelações de Jesus:

1. Como Filho de Deus em uma Trindade (Jo 5.18).
2. Da nova aliança por ele afeiçoada, implicando caduque da antiga (Mt 26.27-28; Hb 9.1—10.39).
3. Do reino de Deus, por ele instalado e assegurado (Mt 4.12-17; Mc 1.14-15; Mt 12.28; Is 35.4-6; cf. Lc 7.20-22; 11.20).

Beale afirma que os “acontecimentos fundamentais da vida de Cristo, suas provações, morte e ressurreição são particularmente escatológicos, pois deram início à nova criação e ao novo reino”.⁶⁸ De acordo com Ferguson, “o reino é o império, ou reinado, de Deus, a manifestação de sua graciosa e soberana vontade”.⁶⁹ Para Herman Ridderbos, “o tema central da mensagem de Jesus [...] consiste na vinda do reino de Deus ou, como Mateus geralmente o expressa, do reino dos céus”.⁷⁰ Apesar desta centralidade, “Jesus nunca definiu a palavra [*basileia*; ‘reino’]”.⁷¹ O conceito de um governo prometido por Deus consta no Antigo Testamento, apesar da locução “reino de Deus” não aparecer por lá.⁷² Não apenas a ideia, mas a realidade de um reino perpassa a *Bíblia hebraica*, sendo que o vocábulo “reino” refere-se a um “poder comandante; a manifestação deste poder, o lugar onde este poder é manifestado; e ao domínio que é influenciado”.⁷³

Bock relata que, no Antigo Testamento:

- O SENHOR é rei (1Sm 12.12; Sl 24.10; Is 33.22; Sf 3.15; Zc 14.16,17).
- Ele governa sobre Israel (Êx 15.18; Nm 23.21; Dt 33.5; Is 43.15).
- Ele governa sobre a terra ou a criação (2Rs 19.15; Is 6.5; Jr 46.18; Sl 29.10; 47.2; 93; 96.10; 145.11,13).
- Ele possui um trono (Sl 9.4; 45.6; 47.8; Is 6.1; 66.1; Ez 1.26).
- Seu reino é duradouro (Sl 10.16; 146.10; Is 24.23).

68 BEALE, op. cit., p. 39.

69 FERGUSON, Sinclair. *O sermão do monte*. São Paulo: Editora Trinitas, 2019, p. 15. As expressões reino de Deus e reino dos céus são intercambiáveis. “A nuance ‘dos céus’ sugere que a expressão essencial seja ‘reino’ e que esse reinado não se concretize por meio de esforço humano. ‘Reino do Pai’ (Mt 13.43; 26.29 [cf. 6.10]; 25.34; Lc 12.32) tem essencialmente o mesmo significado”; cf. KLEINKNECHT, H. et al. “*basileús, basileía, basilissa, basileuō, symbasileuō, basileios, basilikós*”. In: KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard; BROMILEY, Geoffrey W. (Org.). *Dicionário teológico do Novo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 109. Logos software.

70 RIDDERBOS, Herman. *A vinda do reino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 9.

71 ZABATIERO, Júlio Paulo T. “Rei, reino”. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2007, v. 2, p. 2035.

72 BOCK, op. cit., p. 539.

73 VAN GRONINGEN, Gerard. *Criação e consumação*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, v. 1, p. 90; cf. VAN GRONINGEN, Gerard. *Revelação messiânica no Antigo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.

- O governo ou reinado é dele (Sl 22.28).⁷⁴

Ademais, nestes textos:

É o relacionamento especial de Deus com Israel que está em vista [...], como se diz do filho de Davi que se senta no trono do SENHOR (1Cr 17.14; 28.5; 29.23; 2Cr 9.8; 13.8). Quando Israel foi conquistado pelas nações, houve um desejo de que um dia Deus restabelecesse seu governo em favor de seu povo e mostrasse sua abrangente soberania a toda a humanidade. Afinal de contas, Deus havia se comprometido com Davi a respeito de uma dinastia duradoura (2Sm 7.13). É aqui que a esperança de um reino futuro de Deus, feito não com mãos, veio a ser contrastado com reinos humanos em Daniel 2 e 7. Foi no contexto dessa expectativa que Jesus usou a expressão “reino de Deus”.⁷⁵

Bock prossegue afirmando que:

O que era esperado era alguma coisa que havia existido no passado, mas somente como um mero vislumbre do que fora prometido: um governo futuro envolvendo total paz para o povo de Deus. Em suma, como resultado do cativeiro babilônico, a esperança do reino é evidenciada pela visão da plenitude do governo de Deus aparecendo um dia. Foi essa esperança que Jesus pregou.⁷⁶

O judaísmo do segundo templo abraçou e nutriu esta esperança. Bock menciona *1Enoque*, *Assunção de Moisés*, *Salmos de Salomão*, *2Baruque*, escritos de Qumran, *4Esdras* e *2Macabeus*, documentando que, para o judaísmo do tempo de Jesus, “o reino *com frequência* estava ligado à esperança messiânica, mas ele *sempre* estava preso ao julgamento das nações e à vindicação dos santos”.⁷⁷ As nações seriam castigadas por tiranizarem e ultrajarem Israel, nos termos da oração de *2Macabeus* 1.24-29:

Senhor, Senhor Deus, criador de todas as coisas, temível, forte, justo, misericordioso, o único rei, o único bom, o único liberal, o único justo, Senhor Deus do universo e eterno, que salvas Israel de todo mal, que fizeste de nossos pais teus eleitos e os santificaste, digna-te aceitar este sacrifício por todo o teu povo de Israel, conserva teu patrimônio e santifica-o. Reúne os que dentre nós estão dispersos; liberta os que se acham em escravidão entre as nações, lança um olhar propício aos que são desprezados e objeto de abominação, a fim de que reconheçam as nações que tu és nosso Deus. *Castiga os que nos tiranizam e ultrajam insolentemente*. Implanta o teu povo no teu lugar santo, como disse Moisés.⁷⁸

Em certo sentido, as falas de Jesus Cristo, relativas ao reino de Deus, combinam com o entendimento geral do judaísmo do segundo templo, de que o governo de

74 BOCK, op. cit., p. 539.

75 Ibid., p. 539-540.

76 Ibid., p. 540.

77 Ibid., loc. cit.

78 *BÍBLIA TEB: Notas integrais tradução ecumênica*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020, p. 1540 (Coleção de livros da literatura judaica e cristã). Grifo nosso.

Deus seria manifestado na história. Após sua ressurreição, Jesus dedicou quarenta dias ao ensino sobre as “coisas concernentes ao reino de Deus” (At 1.3) e, ao fim daquele treinamento, os discípulos nutriam a esperança de uma “restauração” do “reino a Israel” (At 1.6).

Por outro lado, Jesus inovou ao anunciar que o reino chegou.

Como assim? Como Jesus pôde dizer que o reino já é chegado? Porque o próprio Jesus é o Rei no reino de Deus. Onde ele reina, lá o reino dos céus já está presente.

Esta foi uma mensagem chocante àqueles que a estavam ouvindo. Eles compreenderam imediatamente (ao menos em parte) o que Jesus disse. Jesus declarou que aquele dia tão esperado, o dia do reino de Deus, não mais estava limitado ao futuro — mas era o agora. Em sua pregação, Jesus estava declarando que o reino de Deus, já prometido pelos profetas do Antigo Testamento (e.g., Is 52.7; Mq 4.7), havia chegado!⁷⁹

Jesus identificou-se com uma importante profecia relativa ao reino fazendo uso da expressão “Filho do Homem” (*ho huios tou anthrōpou*).⁸⁰ Apesar desta locução constar no Antigo Testamento com significados distintos,⁸¹ um novo sentido surge em Daniel 7.13-14. Possivelmente baseado em Salmos 2.6-12, surge a figura de “um como o Filho do Homem” (*bār ’ēnās*)⁸² exaltado, recebendo “a glória, e o reino”, das mãos do “Ancião de Dias”. De acordo com Ridderbos:

Em especial, elas [as profecias de Daniel] esclarecem a antítese entre o que pode ser concisamente formulado como o império terreno e o reino de Deus. Em oposição ao poder de Nabucodonosor, que usurpou direitos reais divinos, mantém-se em primeiro lugar que o *māl-kūt* [reino] de Deus é eterno e infinito (Dn 4.25) e que, portanto, ele é livre para conceder o domínio real a quem quiser. Mas esse pensamento genérico ganha mais concretude quando dizemos que Deus irá, de fato, esvaziar os impérios mundanos do domínio deles; e que ele dará o domínio à figura daquele que, nas visões noturnas do profeta, se dirige ao Ancião de Dias no seu trono flamejante “um como o Filho do Homem”.⁸³

79 FERGUSON, op. cit., p. 15.

80 Cf. Mateus 8.20; 9.6; 10.23; 11.19; 12.8,32,40; 13.37,41; 16.13,27,28; 17.9,12,22; 18.11; 19.28; 20.18,28; 24.27,29,30,37,39,44; 5.31; 26.2,24,45,64 — mencionando apenas as referências em Mateus.

81 Colpe informa que “essa expressão do Novo Testamento é um aramaísmo no qual está por trás de *anthrōpos* um conceito geral que é, então, individualizado. No hebraico, a forma indeterminada ocorre 93 vezes em Ezequiel, ao Deus se dirigir ao profeta, e também outras 14 vezes, sempre em um contexto poético ou grandioso, como um termo para o homem”; cf. COLPE, C. “*ho huios tou anthrōpou*”. In: KITTEL; FRIEDRICH; BROMILEY, op. cit., p. 612. Logos software. No Antigo Testamento, a expressão hebraica *bēn ’ā-dām* significa “humano” ou “humanidade” (Sl 89.47; 12.8; Ec 9.12; Is 52.14; Ez 31.14); cf. STRONG, James. *Léxico hebraico, aramaico e grego de Strong*. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002, #120. Logos software. Em Ezequiel, a finalidade é contrastar Deus majestoso com o profeta, “um mero homem”; cf. BLOCK, Daniel I. *O livro de Ezequiel*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, v. 1, p. 134 (Comentários do Antigo Testamento). Em Salmos 8.4-5, Deus concede ao homem glória e honra, apesar de sua aparente insignificância. “Filho do homem” também corresponde à “nação de Israel”, em Salmos 80.17-19.

82 “Filho do homem”, em aramaico, carrega o mesmo sentido da locução hebraica, cf. BRANNAN, Rick (Org.) *Léxico Lexham das porções em aramaico da Bíblia hebraica*. Bellingham, WA: Lexham Press, 2020. Logos software.

83 RIDDERBOS, op. cit., p. 28.

Dentre as distinções da literatura apocalíptica, no judaísmo do tempo de Jesus, Gasque lista o “aparecimento da figura transcendente do ‘Filho do Homem’”.⁸⁴ Colpe esclarece que “o judaísmo em geral identifica o Filho do Homem de Daniel 7.13-14, ou o Filho das nuvens, como o Messias glorioso e poderoso que ainda está por vir”.⁸⁵ Joachim Jeremias declara que “na linguagem apocalíptica, *bār ʿēnāš*, apoiando-se em Daniel 7.13, tornou-se um título messiânico, como o sabemos pelos discursos metafóricos do Enoque Etíope”.⁸⁶

Este título aparece nos Evangelhos 82 vezes, sempre nos lábios de Jesus.⁸⁷ No Novo Testamento, além dos ditos de Jesus, nós o encontramos somente na fala de Estêvão, em Atos 7.56, e em Apocalipse 1.13; 14.14. A igreja não usou este termo depois de Jesus. “A igreja de língua grega evitou o título de Filho do Homem já no tempo de Paulo [...]. O título Filho do Homem não aparece em nenhuma confissão de fé das origens cristãs. Nunca é usado como atributo ou predicado”.⁸⁸ Segundo Jeremias, isso ocorreu porque o título passou a ser considerado sacrossanto.⁸⁹

Jesus revela-se como Filho do Homem que cumpre a profecia de Daniel, inaugura o reino com seu ministério (o que ele fez e disse, até ser elevado às alturas; cf. At 1.1-2) e o expande em resposta às orações e pela pregação do evangelho (Mt 6.10; 24.14; At 1.8; 8.12), até sua completação, na parousia e consumação do século (Mt 24.30-31; 28.20; At 1.6,11).⁹⁰ O reino de Deus chegou e está chegando. Fomos inseridos nele, mas nem tudo está sujeito a ele (Cl 1.13-14; Hb 2.8; 1Jo 3.2; 1Co 15.24-28). O reino está em construção e não será plenamente instalado por evolução, e sim, por intervenção de Deus no cosmos, na volta de Jesus. George Ladd está certo quando diz que “o Filho de Deus inaugurou a vida e o poder do reino de Deus na história. Este reino está confiado aos discípulos de Jesus a fim de ser proclamado a todo o mundo”.⁹¹ E ainda:

[...] o reino de Deus é o domínio redentor de Deus, dinamicamente ativo, que visa estabelecer seu governo entre os seres humanos; e [...] este reino, que aparecerá como um ato apocalíptico na consumação dos tempos, já entrou para a história humana na pessoa e na missão de Jesus com a finalidade de vencer o mal, de libertar os homens do seu poder e de propiciar-lhes a participação nas bênçãos

84 Cf. GASQUE, W. W. “Literatura apocalíptica”. In: TENNEY, Merrill C. *Enciclopédia da Bíblia Cultura Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, v. 3, p. 992.

85 COLPE, op. cit., p. 616.

86 JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Editora Teológica; Paulus, 2004, p. 375.

87 JEREMIAS, 2004, p. 373-374, 382.

88 Ibid., p. 382.

89 Ibid., p. 383.

90 Bock (op. cit., p. 549) afirma que “o reino, em última instância, é futuro, mas sua formação começou com a poderosa pregação e a obra de Jesus atraindo cidadãos para o novo governo que ele estava em processo de estabelecer”.

91 LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Edição revisada. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 267-268. Logos software.

do reinado de Deus. O reino de Deus envolve dois grandes momentos: o cumprimento no cenário da história humana e a consumação no fim da história.⁹²

O sermão do monte contém as ordenanças deste reino, as instruções de um programa já instalado na história por nosso Senhor Jesus, capaz de salgar e iluminar o mundo (Mt 5.13-16).

Este reino abrange esperanças judaicas da época de Jesus, mas vai além delas, corrigindo-as e acrescentando revelação.

Jesus extrapola as expectativas do judaísmo do segundo templo. Não é sem razão que, quando ele conclui o sermão do monte, as multidões maravilham-se, pois ele as ensina “como quem tem autoridade e não como os escribas” (Mt 7.28-29). Ele e suas palavras são admiráveis e nos alcançam como enunciados do rei divino. Por conta disso, nós o louvamos, como sugere o poeta:

Vinde, louvai ao Rei-Senhor,
ao Filho de Davi!
Vem ajudar-nos, Salvador,
e habita em nós aqui.⁹³

92 LADD, op. cit., p. 126.

93 WATTS, I; COSTA, J. “Hino 348, É este o dia”. In: MARRA, Cláudio. (Org.). *Novo cântico*. 16^a ed. Reimp. 2017. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 271.

CAPÍTULO QUATRO

ABORDAGENS EQUIVOCADAS DO SERMÃO DO MONTE

O sermão do monte é resultado e testemunho do evangelho. Ele resulta do evangelho, no sentido de ser pregado a pessoas inseridas na salvação, no contexto da inauguração do reino de Deus (Mt 4.17,23). Ele é testemunho do evangelho, pois sua prática resulta em boas obras, visíveis ao mundo (Mt 5.16).

Infelizmente, às vezes ele não é compreendido deste modo. No século 16, Martinho Lutero mencionou interpretações equivocadas deste sermão:

Assim mesmo, o diabo infernal não perverteu a nenhum outro texto que encontrou na Escritura de modo mais escandaloso do que este, e de nenhum deles extraiu tanta heresia e ensino falso do que justamente deste, que o próprio Cristo instituiu e estabeleceu para prevenir doutrina falsa.⁹⁴

A partir do século 19, influenciados pelo Iluminismo, liberalismo teológico e dispensacionalismo, estudiosos propuseram leituras dos Evangelhos e, por conseguinte, do sermão do monte, que nem sempre combinavam com aquilo que lemos nos capítulos 5–7 do Evangelho de Mateus.

Iluminismo é:

O período do pensamento europeu caracterizado pela ênfase na experiência e na razão, pela desconfiança em relação à religião e às autoridades tradicionais, e pela emergência gradual do ideal das sociedades liberais, seculares e democráticas.⁹⁵

O Iluminismo ensejou a “modernidade” e trouxe consigo desenvolvimento científico e tecnológico, consolidando riqueza e poder das nações à frente da Revolução Industrial. Negativamente, abriu espaço para o liberalismo teológico, descrito por Justo González, no âmbito do protestantismo, como:

Um movimento que floresceu no século 19 e começo do 20. Mesmo que haja grandes diferenças entre os liberais, em geral concordam com a necessidade de reconciliar a doutrina e a fé cristã com a modernidade. Isso inclui uma valorização da bondade e potenciais humanos mais positivos do que havia sido na teolo-

94 LUTERO, Martinho. “Prédicas semanais sobre Mateus 5–7. 1530/32”. In: LUTERO, Martinho. *Interpretação do Novo Testamento. Mateus 5–7, 1Coríntios 15, 1Timóteo*. São Leopoldo; Porto Alegre; Canoas: Sinodal; Concórdia; Ulbra, 2017, p. 21 (Obras selecionadas, v. 9).

95 “Iluminismo”. In: BLACKBURN, Simon (Org.). *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 196.

gia cristã. Tal valorização, do potencial humano, normalmente é acompanhada da expectativa que o progresso humano levaria por sua natureza a uma ordem social mais justa e razoável. Dada a ordem racional do universo da qual cada dia se sabia mais, a teologia deveria, também, tornar-se puramente racional e, assim, encontrar seu lugar entre as ciências (Razão). Isso por sua vez implica que deve rechaçar os milagres, assim como toda apelação ao “sobrenatural”. A Bíblia deve ser estudada e criticada com as mesmas ferramentas analíticas e históricas que os eruditos aplicam a qualquer peça da literatura ou registros supostamente históricos. Mesmo que Jesus fosse, sem dúvida alguma, uma figura excepcional, era, provavelmente, possível que fosse muito diferente do que a tradição cristã — inclusive os Evangelhos — tem feito dele e, portanto, os teólogos devem buscar o “Jesus histórico”.⁹⁶

J. I. Packer enxerga, no liberalismo teológico:

Uma visão da Bíblia como simplesmente um registro humano, passível de todo tipo de falha, do pensamento e da experiência religiosa, em vez de a revelação divina da verdade e realidade a respeito da vida e do homem; dúvidas, mais ou menos extensivas, quanto aos fatos históricos sobre os quais os escritores da Bíblia baseiam o advento do cristianismo; insistência em que as igrejas deveriam ter um caráter nada dogmático, tolerar uma pluralidade e variedade de teologias e ideias e considerar como sua principal preocupação a ética pessoal e social; a crença de que a tarefa cristã principal é a de procurar a renovação da sociedade, em vez de evangelizar o indivíduo.⁹⁷

Quanto ao dispensacionalismo, trata-se de:

Um método de interpretação bíblica que foi criado na Grã-Bretanha por John Nelson Darby (1800–82), e popularizado nos Estados Unidos e depois em outras partes do mundo pelas notas e referências da *Bíblia de Scofield*, publicada pela primeira vez no ano de 1909. Embora haja várias interpretações dispensacionalistas da História, todas concordam que a História se compõe de uma série de dispensações nas quais Deus revela algo para a humanidade, que a humanidade não consegue cumprir, e com isso surge uma nova dispensação e uma nova revelação. Tais interpretações também concordam que a Escritura, e em particular os livros de Daniel e Apocalipse, são um anúncio profético de acontecimentos por vir e que, portanto mediante uma leitura correta das profecias é possível determinar em qual estágio nos encontramos e quais acontecimentos estão por vir, assim como sua ordem. Nos esquemas de Darby e de Scofield, há um total de sete dispensações, e atualmente estamos na sexta, chamada “dispensação da igreja” que, como qualquer dispensação anterior implica em uma grande apostasia. Tudo isso terminará com o retorno de Cristo, que marcará o início de seu reino sobre a Terra por mil anos (Milenarismo), antes de passar para o Reino eterno de Deus.

Ao mesmo tempo em que a maioria dos estudiosos bíblicos pressupõe o dispensacionalismo como uma interpretação errônea e mal-informada das Escrituras, há muitos seguidores entre as massas.⁹⁸

96 “Liberalismo”. In: GONZÁLEZ, Justo. (Org.). *Breve dicionário de teologia*. São Paulo: Hagnos, 2009, 191–192.

97 PACKER, J. I. “Liberalismo e conservadorismo em teologia”. In: FERGUSON; WRIGHT, op. cit., p. 614.

98 “Dispensacionalismo”. In: GONZÁLEZ, op. cit., p. 94–95.

Joachim Jeremias lista três interpretações equivocadas do sermão do monte: a concepção perfeccionista, a teoria do ideal inatingível e o entendimento do sermão do monte como ética de emergência.⁹⁹ Adicionamos a estas, a interpretação dispensacionalista.

4.1. O PONTO DE VISTA PERFECCIONISTA

Este ponto de vista foi notabilizado pelo teólogo Hans Windisch.¹⁰⁰ Jeremias entende que, para Windisch, no sermão do monte “Jesus indica a seus discípulos o que ele exige deles; mostra-lhes a vontade de Deus e como sua vida deve ser por ela comandada”.¹⁰¹ Olhando para esta declaração inicial não encontramos problema, até porque, no século 5, Agostinho de Hipona já descrevia o sermão do monte como “regra perfeita da vida cristã”.

Quem quer que considere de modo piedoso e simples o sermão que nosso Senhor Jesus Cristo pronunciou na montanha, segundo o lemos no Evangelho de São Mateus, julgo que encontrará nele, no tocante à retidão moral, a regra perfeita da vida cristã, o que não ousou afirmar temerariamente, mas deduzindo-o das mesmas palavras do Senhor. Do próprio final do sermão depreende-se que nele estão contidos todos os preceitos concernentes à regulação da vida.¹⁰²

Agostinho entendeu corretamente que o discipulado de Jesus modela nossas crenças, pensamentos e comportamentos.

Qual o problema então, com o ensino de Windisch? Ele presta atenção na palavra solene de Jesus, sobre a entrada no reino dos céus: “Porque vos digo que, *se* a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, *jamaiz entrareis no reino dos céus*” (Mt 5.20, grifo nosso). Ele constata a excelência ética requerida em Mateus 5—6. Por fim, ele considera as quatro figuras usadas por Jesus, na conclusão do sermão — os dois caminhos; a árvore que não produz fruto; os religiosos reprovados e as casas construídas sobre a rocha e sobre a areia (Mt 7.13-27). Daí, Windisch conclui que “a ética de Jesus é legalista, isto é, uma justiça determinada pela obediência a mandamentos”.¹⁰³ Em outras palavras, nós somos salvos pela obediência ao sermão do monte.

Fazendo justiça a Windish, Ladd explica que ele defendeu a tese de que “Jesus pressupôs uma renovação interior, que capacitaria os homens a cumprir os seus

99 JEREMIAS, Joachim. *O sermão da montanha*. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 5-21. Jeremias é também um estudioso crítico, mas suas ponderações aqui são pertinentes ao nosso propósito, em nada ferindo a ortodoxia evangélica.

100 JEREMIAS, 1984, p. 6.

101 *Ibid.*, loc. cit.

102 AGOSTINHO DE HIPONA. *Sobre o sermão do Senhor na montanha*. São Paulo: Editora Filocalia, 2017, p. 14. Edição do Kindle.

103 LADD, op. cit., p. 113.

ensinamentos. [...] O problema é que Windisch não explica de que modo esta nova disposição e ativação da vontade são conquistadas”.¹⁰⁴

Windisch faz parte de uma corrente de interpretação do reino de Deus denominada “escola da escatologia consistente”,¹⁰⁵ influenciada pelo liberalismo teológico. Ele entende o sermão de Jesus como “ensino de sabedoria radicalmente purificado”¹⁰⁶ e para ele “a ética do sermão da montanha é [...] da obediência, como a do Antigo Testamento. [...] se trata de um perfeccionismo, duma justiça mediante as obras. Isto é lei e não evangelho.”¹⁰⁷ E ainda:

O sermão da montanha se enquadra [...] no contexto do Antigo Testamento e do judaísmo. Pois é justamente isto que o Antigo Testamento repete sem cessar: obedece e viverás! Do mesmo modo, o tema central da teologia do judaísmo do tempo de Jesus era o caráter inflexível da lei divina.¹⁰⁸

De acordo com Windish, o crente atual deve perceber que os ensinamentos de Jesus, no sermão do monte, possuem paralelo no Talmude.¹⁰⁹ Para ele, “no Talmude a palavra que Jesus deve ter usado para “reino” (*māl·kūt*) quase sempre tem o significado do senhorio de Deus, o governo que é estabelecido onde quer que os homens empreendam o cumprimento da lei de Deus”.¹¹⁰ Sendo assim, “Jesus apresenta aqui [no sermão do monte] exigências extremamente pesadas”.¹¹¹

Jeremias refuta a interpretação de Windisch demonstrando que, ao contrário do que ele afirma, o ensino de Jesus se distancia do Talmude judaico em vários pontos.¹¹² Na verdade, de acordo com Jeremias, não é fácil “enquadrar” o sermão do monte “no contexto do judaísmo”.¹¹³ Jesus não pode ser reduzido à categoria de doutor da lei, nem mestre de sabedoria de seu tempo e “sua mensagem rompeu as barreiras do judaísmo”.¹¹⁴

Nós temos de evitar esse erro, de entender o sermão do monte como lei promulgada como condição para a salvação, mas somos atraídos por essa possibilidade, de aperfeiçoamento com base em esforço próprio e salvação ancorada em justiça própria. Na ocasião em que este texto foi escrito, na cidade onde vive o autor, havia

104 Ibid., p. 175.

105 RIDDERBOS, op. cit., p. 14-15.

106 Ibid., p. 14.

107 JEREMIAS, 1984, p. 6-7. Desde sempre, a salvação dos eleitos de Deus é assegurada por Jesus, o “descendente da mulher”, exclusivamente pela graça (Gn 3.15; 1Pe 1.20).

108 JEREMIAS, 1984, p. 7.

109 O Talmude é “o livro que estruturou a religião judaica nos moldes atuais. Trata-se do imenso conjunto de textos que reúne os compêndios da lei oral, em complemento à lei escrita, a Torá, e ao mesmo tempo discute cada decisão legal-religiosa”; SOBEL, Henri I. In: AMÂNCIO, Moacir. *O Talmud (excertos)*. São Paulo: Iluminuras, 1992. Edição do Kindle.

110 WINDISH, H. *The meaning of the sermon on the mount*, p. 199 et seq., 62,28 et. seq., apud LADD, op. cit., p. 169.

111 JEREMIAS, 1984, p. 9.

112 Ibid., p. 8-11.

113 Ibid., p. 11.

114 Ibid., p. 12.

igrejas ensinando que é possível ser plenamente santo nesta vida, antes da glorificação, bem como perder a salvação, caso cometamos pecado, afrontando João 10.28-30; Romanos 8.31-39; 1João 1.8—2.2. Nós não somos salvos por obedecer ao sermão do monte. Isso corresponderia a sinergismo, salvação defluindo da colaboração entre Deus e o homem (cf. Ef 2.8-9). Não, o sermão do monte é dado para ser praticado *porque* nós fomos salvos e não *para que* sejamos salvos.

4.2. A TEORIA DO IDEAL INATINGÍVEL

O segundo equívoco é a sugestão de que o sermão do monte é *propedêutico*, quer dizer, mera preparação para a compreensão e busca da graça de Deus. Jesus proferiu este sermão não visando que o praticássemos e sim, que nos convencêssemos de nossa impossibilidade disso, em razão de nosso pecado.

Jeremias explica que esta é uma “resposta apresentada pela ortodoxia luterana”¹¹⁵ e continua:

Não podemos ler seriamente o sermão da montanha — diz esta segunda teoria — sem ficarmos desesperados. Jesus exige que nos libertemos de toda cólera: uma simples palavra ofensiva merece a pena de morte. Jesus exige uma castidade que evita até mesmo o olhar impuro. Jesus exige a veracidade absoluta, o amor ao inimigo. Quem é que vive assim? Quem consegue viver assim? Quem pode satisfazer tais exigências?

Este é o ponto de partida da teoria do ideal inatingível. É um grande erro — diz ela — julgar realizável o sermão da montanha. O que Jesus prega é impossível de se praticar e ele bem o sabe.¹¹⁶

O sermão do monte — afirma Jeremias — foi dado assim como a lei do Antigo Testamento, para revelar “ao homem sua incapacidade”, conduzi-lo “ao desespero” e, deste modo, abrir seus olhos à “maravilha da graça de Deus”.¹¹⁷ E prossegue:

[...] foi esta a intenção de Jesus. Quis dar a entender a seus ouvintes que, por suas próprias forças, não podiam satisfazer às exigências de Deus. Tencionava levá-los, pela experiência de sua incapacidade, a desesperar de si mesmos. Suas exigências tendiam a quebrar nossa autossuficiência e nada mais que isso visavam. [...] Se a primeira interpretação via no sermão da montanha uma lei perfeccionista, a segunda aí descobre uma [...] lei que pretender ser uma pedagogia da salvação.¹¹⁸

O problema com esta interpretação é que:

Em lugar algum do sermão da montanha encontra-se uma declaração neste sentido, que poderia servir como referência; em lugar algum se faz uma reflexão, como em Paulo, sobre a incapacidade do homem de cumprir a vontade de Deus;

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Ibid., p. 12-13.

¹¹⁷ Ibid., p. 13.

¹¹⁸ Ibid., p. 14.

ao contrário, — e isto nos admira — Jesus confia que seus discípulos farão o que ele exige. Faz um apelo positivo à vontade.¹¹⁹

Jeremias conclui que “devemos, pois, rejeitar também a teoria do ideal inatingível”¹²⁰ e eu concordo com ele, ao mesmo tempo em que pontuo que a ortodoxia luterana não está errada ao dizer que é impossível ler o sermão do monte sem constatar que somos pecadores, incapazes de praticá-lo perfeitamente, antes da glorificação. O erro, que devemos evitar, é o de esvaziá-lo de seu caráter normativo. Neste sermão, nós estamos diante do que Jesus “ordenou” e, por conseguinte, deve ser “guardado” (Mt 28.20). Nós ouvimos a voz de Jesus e a seguimos (Jo 10.27; 14.21). Não podemos ser separados do amor de Deus porque fomos predestinados para sermos “conformes à imagem” de Jesus (Rm 8.28-30). Desfrutamos do perdão divino andando em sua luz (1Jo 1.5-7; cf. Gn 5.24; 6.9; 17.1). Jesus é nosso advogado e nós “guardamos” os seus “mandamentos” (1Jo 2.3-6). Recebemos a fé como “dom de Deus” e agora, como “feitura dele”, praticamos “boas obras” preparadas para nós “de antemão [...] para que andássemos nelas” (Ef 2.10; cf. Tt 1.15-16; 2.11-14; Ap 14.13).

Nós não somos salvos pela obediência ao sermão do monte, mas o levamos a sério como Palavra autoritativa para nossa santificação e prática, como cidadãos do reino de Deus.

4.3. O SERMÃO DO MONTE COMO ÉTICA DE EMERGÊNCIA

O terceiro entendimento equivocado do sermão do monte é o da ética de emergência, proposto por Johannes Weiss e Albert Schweitzer. De acordo com este ponto de vista, Jesus aguardava que o fim do mundo viesse durante seu ministério terreno, mas “se enganou”. O ensino radical do sermão do monte só pode ser aplicado por aqueles que esperam o fim dos tempos para agora. Não tem como ser praticado em todos os lugares e épocas.

Joachim Jeremias explana a teoria, como segue:

O que Jesus prega [...] não é uma moral de progresso ao longo prazo: suas exigências se fundam na terrível gravidade do momento. [...] o documento mais importante desta interpretação nova — essencialmente escatológica — da pregação de Jesus, é o sermão da montanha.¹²¹

Ridderbos também nos ajuda a entender que, para Weiss:

O radicalismo da ética de Jesus é o [...] daqueles que sabem que o fim está próximo e que, portanto, abandonaram, em princípio, todos os interesses e possessões mundanos. [...] Eles não podem ser compreendidos como regras de conduta dadas para todas as épocas e aceitáveis em qualquer período [...]. Do mesmo modo que, em tempos de guerra, a ordem normal das coisas é temporariamente sus-

¹¹⁹ Ibid., p. 15.

¹²⁰ Ibid., p. 16.

¹²¹ Ibid., p. 17.

pensa e tudo se torna subserviente à causa maior, os mandamentos radicais de Jesus devem ser compreendidos somente a partir da sua expectativa escatológica da chegada do reino de Deus.¹²²

O primeiro problema evidente deste ponto de vista é a sugestão de que Jesus se enganou, ao esperar por um fim iminente. Weiss propôs, absurdamente, que “a princípio, Jesus esperava a vinda do reino antes de sua morte. Somente depois, sob o impacto de experiências decepcionantes, foi que ele adiou o tempo da vinda do reino”.¹²³ A ideia de um “Jesus decepcionado” não encontra espaço nos Evangelhos. Outro problema é apontado por Jeremias: “Não existe no sermão da montanha nenhum sinal de tensão violenta em vista do esforço supremo; nele não se pode ver uma moral dos últimos momentos, nem o produto duma psicose de fim de mundo”.¹²⁴ E ainda:

Jesus não é [...] um exaltado; sua moral não exprime angústia em face de alguma catástrofe iminente. Nele, o que impera é algo bem diferente, a saber, a consciência da salvação. [...] na doutrina de Jesus, a ênfase principal recai não nos esforços do homem, mas na presença da salvação de Deus. É absolutamente certo que Jesus não ditou normas excepcionais válidas apenas temporariamente [...].¹²⁵

Nós temos de evitar esse erro, de entender que o sermão do monte não é para nosso tempo, que o radicalismo de suas exigências não cabe nas vidas de cristãos comuns e nada diz para os que querem conhecer e servir a Deus, hoje. Erramos feio cada vez que abordamos este sermão imaginando que ele não se dirige a nós. A primeira teoria é equivocada ao sugerir salvação pelas obras. A segunda, ao aventar uma “graça barata”, ou seja, justificação sem santificação.¹²⁶ A terceira tropeça ao negar a utilidade e aplicabilidade imediata do sermão do monte; se ele só pode ser praticado em circunstância histórica distinta da nossa, é útil apenas para “os outros”.

Resumindo, Jeremias está certo ao rejeitar as três teorias, do sermão do monte como perfeccionismo moral, pedagogia da salvação (ideal inatingível) e ética de emergência. Elas devem ser rejeitadas porque não fazem jus ao Jesus bíblico. “A primeira teoria faz dele um doutor da lei; a segunda, um arauto da penitência; a terceira, um apocalíptico. Mas ele terá sido isso?”¹²⁷

4.4. A ÉTICA DO MILÊNIO DISPENSACIONALISTA

A última ideia equivocada acerca do sermão do monte, apresentada neste estudo, é a sugerida pelo dispensacionalismo.

¹²² RIDDERBOS, op. cit., p. 11.

¹²³ Ibid., loc. cit.

¹²⁴ JEREMIAS, 1984, p. 19-20.

¹²⁵ Ibid., p. 20-21.

¹²⁶ “A graça barata é a inimiga mortal de nossa igreja. Hoje, nossa luta é pela graça preciosa”; cf. BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. São Paulo: Mundo Cristão, 2016, posição 187 de 3933. Edição do Kindle.

¹²⁷ JEREMIAS, 1984, p. 21.

Podemos falar de um dispensacionalismo *clássico*, proposto por John N. Darby, Edward Irving, C. I. Scofield e Lewis Sperry Chafer, popularizado na edição de 1909 da *Bíblia Scofield*. Este foi seguido pelo dispensacionalismo *revisado ou normativo*, preconizado por C. C. Ryrie, J. Dwight Pentecost, John Feinberg, Paul Feinberg, Norman Geisler, J. Scott Horrell, Walter C. Kaiser, Francis Schaeffer e John MacArthur Jr., popularizado pelos escritos destes autores, e pela *Nova Bíblia Scofield* (1967) e a *Bíblia anotada*, de Ryrie. Atualmente viceja o dispensacionalismo *progressivo ou pactual*, muito criticado pelos dispensacionalistas das escolas clássica e revisada, preconizado por R. L. Saucy, C. Marvin Pate, C. A. Blaising e Darrell L. Bock.¹²⁸ Segundo Grudem:

[...] ainda existe uma diferença entre os dispensacionalistas progressivos e o restante dos evangélicos quanto a um único aspecto: eles diriam que as profecias do Antigo Testamento a respeito de Israel ainda serão cumpridas no milênio pelo povo étnico judeu que acreditará em Cristo e viverá na terra de Israel como “nação-modelo”, para que todas as nações vejam e aprendam. Portanto, eles não diriam que a igreja é o “novo Israel”, ou que todas as profecias do Antigo Testamento sobre Israel seriam cumpridas na igreja, porque essas profecias ainda seriam cumpridas no Israel étnico.¹²⁹

Essa ideia — de Israel como nação-modelo, sob Cristo, em um reino milenar — impacta o entendimento e prática do sermão do monte. Lloyd-Jones esclarece que:

Determinados ensinamentos se têm popularizado [...], ensinando um ponto de vista dispensacional do sermão do monte e dizendo que ele não tem a mínima ligação com os crentes modernos. [...] o Senhor retornará, a fim de inaugurar o reino, e será reintroduzido o sermão do monte. [...] o sermão do monte seria a lei daquela época e do reino dos céus, nada tendo a ver, em absoluto, com os cristãos que viverem nesse intervalo.¹³⁰

Na prática, o dispensacionalismo nos coloca diante da mesma questão que a ética de emergência. Nós não levaremos o sermão do monte a sério, se entendermos que ele não tem nada a dizer ao nosso tempo e geração. Lloyd-Jones está certo ao afirmar que “pouca coisa é tão enganadora como dizer-se que o sermão do monte não tem qualquer vinculação com os crentes modernos. [...] O sermão do monte destina-se ao povo cristão inteiro. Trata-se de uma perfeita representação da vida no reino de Deus”.¹³¹

Concluimos afirmando que as quatro abordagens equivocadas do sermão do monte se fazem presentes no cenário religioso atual. A ideia de que somos salvos por nosso esforço e boas obras viceja em igrejas que enfatizam o perfeccionismo e o legalismo. Ao mesmo tempo, não é raro pessoas que se dizem cristãs sugerirem

128 Cf. FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. *Teologia sistemática: Uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 1107-1111.

129 GRUDEM, Wayne. *Teologia sistemática ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019, p. 759-759. Edição do Kindle.

130 LLOYD-JONES, D. Martyn. *Estudos no sermão do monte*. 2ª ed. São José dos Campos: Editora Fiel, 2017, p. 18. Logos software.

131 LLOYD-JONES, op. cit., p. 20.

que a ética bíblica é inatingível e, portanto, nem vale a pena tentar praticá-la. Talvez isso que Jesus exige no sermão do monte possa ser praticado em outro lugar e tempo, mas não aqui e agora.

Após analisar os pontos de vista equivocados sobre o sermão do monte, Joachim Jeremias conclui que este sermão não é lei, e sim evangelho. Ele diz que:

[...] efetivamente, esta é a diferença entre lei e evangelho: a lei deixa o homem entregue às suas próprias forças e o desafia a empregá-las ao máximo; o evangelho, porém, coloca o homem diante do dom de Deus e lhe pede que faça deste dom inefável o verdadeiro fundamento de sua vida. São dois mundos diferentes.¹³²

As sentenças de Jesus, explica Jeremias:

Não pretendem fazer pesar sobre os discípulos um jugo legalista, nem [é] como se dissessem: [...] “Deves fazer tudo isso, mas vê o quanto és miserável”; nem mesmo num terceiro sentido: “Reúne tuas forças, trata-se do combate final”.

Estas palavras de Jesus descrevem a fé vivencial. Elas querem dizer: “Estás perdoado, és o filho de Deus, pertences a seu reino. Sobre tua vida também se levantou o sol da justiça. Não te pertences mais, é da cidade de Deus, cuja luz ilumina as trevas. Agora podes fazer mais esta experiência: da gratidão do filho de Deus remido, brota o fruto de uma vida nova”. Tal é o sentido do sermão da montanha.¹³³

Como dissemos no início, o sermão do monte é resultado e testemunho do evangelho, para todos os tempos e praticável por quem foi alcançado pela salvação graciosa de Deus. Como propõe Fritz Rienecker:

No seu agir Jesus realizará e executará pessoalmente o que está dando como tarefa aos seus discípulos nesse sermão do monte. Ao segui-lo, os discípulos deverão transformar em ação o que ele está pedindo deles neste discurso.¹³⁴

Que Deus nos ajude no entendimento e prática do sermão do monte!

¹³² JEREMIAS, 1984, p. 57.

¹³³ Ibid., p. 57-58.

¹³⁴ RIENECKER, Fritz. *Evangelho de Mateus*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1998, p. 75 (Comentário Esperança).

2ª PARTE
AS BEM-AVENTURANÇAS E
O PROGRAMA DO REINO

CAPÍTULO CINCO

AS BEM-AVENTURANÇAS DESCREVEM OS QUE GUARDAM O QUE JESUS ORDENOU

Mateus inicia o quinto capítulo de seu Evangelho assim: “Vendo Jesus as multidões, subiu ao monte, e, como se assentasse, aproximaram-se os seus discípulos; e ele passou a ensiná-los, dizendo”. Todos os olhos estavam sobre ele. Homens, mulheres e crianças atentavam para aquele homem, especialmente porque, como lemos nos versículos anteriores:

Percorria Jesus toda a Galileia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo. E a sua fama correu por toda a Síria; trouxeram-lhe, então, todos os doentes, acometidos de várias enfermidades e tormentos: endemoninhados, lunáticos e paráliticos. E ele os curou. E da Galileia, Decápolis, Jerusalém, Judeia e dalém do Jordão numerosas multidões o seguiam
(Mt 4.23-25).

Jesus era espantoso e desafiador. Não, desafiador não é a palavra adequada. Talvez aquela multidão pudesse defini-lo com outro termo: “Messias”. Ele é “Emanuel, Deus conosco” (Mt 1.23). Nele atualiza-se a experiência do salmista: “Baixou ele os céus, e desceu” (Sl 18.9). Os céus foram rasgados, Deus mostrou-se presente e humano. O Rei chegou; irrompeu o reino esperado.

Podemos imaginar a condição das pessoas que constituíam aquela multidão, gente sofrida que ansiava por uma vida melhor, por libertação da opressão; gente cansada, marcada por humilhação. Também, gente desconfiada e ressentida, prestes a explodir como pólvora, ao menor sinal ou chamado à revolta armada. Naquela rude realidade, o pecado e Satanás faziam ciranda com vidas preciosas. Os rostos expressavam expectativa ávida, pois aguardavam que Deus ouvisse o seu clamor e os socorresse, como se deu no Êxodo:

Disse ainda o SENHOR: Certamente, vi a aflição do meu povo, que está no Egito, e ouvi o seu clamor por causa dos seus exatores. Conheço-lhe o sofrimento; por isso, desci a fim de livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel [...] (Êx 3.7-8a).

Se a multidão era atraída pelas obras e ensinamentos de Jesus, os discípulos mais ainda, vinculados a ele por chamado pessoal (Mt 4.18-22). Como afirma Wright,

“Siga-me, disse Jesus aos primeiros discípulos, pois nele, o Deus vivo está fazendo algo novo [...]. Jesus está iniciando uma nova era para o povo e o mundo de Deus”.¹³⁵ Rienecker propõe que, apesar de, no sermão do monte, Jesus falar em voz alta, de modo que a multidão pode saber o que ele exige de seus discípulos, é a estes últimos que ele se dirige *exclusivamente*.¹³⁶ Gerhard Lohfink entende diferente, que Jesus se dirige aos discípulos e à multidão, simultaneamente, pois Mateus 4.23-25 indica que “todo Israel está reunido diante de Jesus; todas as regiões do país são enumeradas cuidadosamente: Galileia, Judeia, Jerusalém, a região do além Jordão. Jesus proclama, portanto, *diante de todo Israel* a nova ordem social do povo de Deus”.¹³⁷ E Mateus 7.28-29 implica a multidão ser convocada a ouvir e praticar o que Jesus disse a todo o povo de Deus.¹³⁸ Por fim:

Este duplo endereço do sermão da montanha, esta oscilação do discurso entre o grupo dos discípulos e o povo, não é, na verdade, um acaso. [...] o sermão da montanha é dirigido primeira e insistentemente aos discípulos, mas além disso, a todo o povo de Israel, que ouviu a boa-nova do reino de Deus e cujos doentes foram curados pelo anunciador desta mensagem.¹³⁹

Jesus sabia que a profecia de Isaías 61 falava sobre ele:

O SENHOR Deus me deu o seu Espírito, pois ele me escolheu para levar boas notícias aos pobres. Ele me enviou para animar os aflitos, para anunciar a libertação aos escravos e a liberdade para os que estão na prisão. Ele me enviou para anunciar que chegou o tempo em que o SENHOR salvará o seu povo, que chegou o dia em que o nosso Deus se vingará dos seus inimigos. Ele me enviou para consolar os que choram, para dar aos que choram em Sião uma coroa de alegria, em vez de tristeza, um perfume de felicidade, em vez de lágrimas, e roupas de festa, em vez de luto. Eles farão o que é direito; serão como árvores que o SENHOR plantou para mostrar a todos a sua glória (Is 61.1-3; NTLH).¹⁴⁰

Diante de Jesus estavam discípulos comuns e falhos, além de uma multidão surrada, talvez desimportante para os homens, mas Jesus sabia que:

Deus escolheu aquilo que o mundo acha que é loucura; e, para envergonhar os poderosos, ele escolheu o que o mundo acha fraco. Para destruir o que o mundo pensa que é importante, Deus escolheu aquilo que o mundo despreza, acha humilde e diz que não tem valor (1Co 1.27b-28; NTLH).

135 WRIGHT, Nicolas Thomas. *Mateus para todos: Mateus 1-15, parte 1*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020, p. 51.

136 RIENECKER, op. cit., p. 75.

137 LOHFINK, Gerhard. *Como Jesus queria as comunidades? A dimensão social da fé cristã*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 56. Grifo do autor.

138 LOHFINK, op. cit., p. 57.

139 Ibid., p. 58.

140 Jesus aplicou esta passagem a si mesmo, na sinagoga de Nazaré (Lc 4.16-21).

Ele contemplou a multidão e se sentou, indicando que tinha algo para ensinar. Assentar-se era o costume do professor.¹⁴¹ Então os discípulos se aproximaram para ouvi-lo.

Talvez nos seja permitido pintar a cena da seguinte forma: os Doze formavam um círculo imediato em torno do Salvador; mais abaixo estava um grande número de outros discípulos; mais afastada destes, uma grande multidão de outros ouvintes interessados e inquisitivos.¹⁴²

Eis nosso Senhor, assentado e cheio do Espírito Santo (Mt 3.16). “E, abrindo a boca, os ensinava, dizendo” (Mt 5.2, ARC).

“Bem-aventurados”!

5.1. AS BEM-AVENTURANÇAS E O SIGNIFICADO DE “BEM-AVENTURADO”

Olhemos para as bem-aventuranças, registradas em Mateus 5.3-12:

3 Bem-aventurados os humildes de espírito,
porque deles é o reino dos céus.

4 Bem-aventurados os que choram,
porque serão consolados.

5 Bem-aventurados os mansos,
porque herdarão a terra.

6 Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça,
porque serão fartos.

7 Bem-aventurados os misericordiosos,
porque alcançarão misericórdia.

8 Bem-aventurados os limpos de coração,
porque verão a Deus.

9 Bem-aventurados os pacificadores,
porque serão chamados filhos de Deus.

10 Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça,
porque deles é o reino dos céus.

11 Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem, e vos perseguirem, e, mentindo, disserem todo mal contra vós.

12 Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; pois assim perseguiram aos profetas que viveram antes de vós.

O Senhor começa seu sermão com a mesma palavra do saltério (Sl 1.1). Nos salmos, bem-aventurado é o povo de Deus, por ele escolhido e alcançado por sua graça, que espera nele, se submete a ele e caminha na luz de sua presença. Como lemos na *Bíblia de estudo herança reformada* (BEHR), os bem-aventurados são “ricos nos benefícios da graça divina, a despeito de sua condição presente exterior”.¹⁴³

¹⁴¹ BEG³, p. 1627.

¹⁴² HENDRIKSEN, 2010, p. 325.

¹⁴³ *BÍBLIA DE ESTUDO HERANÇA REFORMADA*. [BEHR]. São Paulo; Barueri: Cultura Cristã; Sociedade

Vejamos os bem-aventurados, nos Salmos:

Bem-aventurado o homem que não anda no conselho dos ímpios, não se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores. Antes, o seu prazer está na lei do SENHOR, e na sua lei medita de dia e de noite (Sl 1.1-2).

Bem-aventurado aquele cuja iniquidade é perdoada, cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o SENHOR não atribui iniquidade e em cujo espírito não há dolo (Sl 32.1-2).

Oh! Provai e vede que o SENHOR é bom; bem-aventurado o homem que nele se refugia (Sl 34.8).

Bem-aventurado o homem que põe no SENHOR a sua confiança e não pende para os arrogantes, nem para os afeiçoados à mentira (Sl 40.4).

Bem-aventurado o que acode ao necessitado; o SENHOR o livra no dia do mal (Sl 41.1).

Bem-aventurado aquele a quem escolhes e aproximas de ti, para que assista nos teus átrios; ficaremos satisfeitos com a bondade de tua casa — o teu santo templo (Sl 65.4).

Bem-aventurado o homem cuja força está em ti, em cujo coração se encontram os caminhos aplanados (Sl 84.5).

Bem-aventurado o povo que conhece os vivas de júbilo, que anda, ó SENHOR, na luz da tua presença. Em teu nome, de contínuo se alegra e na tua justiça se exalta, porquanto tu és a glória de sua força; no teu favor avulta o nosso poder (Sl 89.15-17).

Bem-aventurado o homem, SENHOR, a quem tu repreendes, a quem ensinas a tua lei (Sl 94.12).

Aleluia! Bem-aventurado o homem que teme ao SENHOR e se compraz nos seus mandamentos (Sl 112.1).

Bem-aventurado aquele que teme ao SENHOR e anda nos seus caminhos! (Sl 128.1).

Bem-aventurado o povo a quem assim sucede! Sim, bem-aventurado é o povo cujo Deus é o SENHOR! (Sl 144.15).

Bem-aventurado aquele que tem o Deus de Jacó por seu auxílio, cuja esperança está no SENHOR, seu Deus (Sl 146.5).

Comentando o salmo 1, Allan Harman diz que “em hebraico há duas palavras para bênção, uma usada por Deus quando está expressando uma bênção; a outra (usada aqui [*š-rê*]) por seres humanos, quando em referência aos outros seres humanos”.¹⁴⁴

Bíblica do Brasil, 2018, p. 1332.

¹⁴⁴ HARMAN, Allan. *Salmos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 77 (Comentários do Antigo Testamento).

No Novo Testamento, seguindo-se a acepção dos salmos, *makarios* quer dizer mais do que meramente “feliz”, como sugerem a NTLH, NVT e versões contemporâneas católicas (BJ, BPV, BTE). “Bem-aventurado” significa “abençoado”.¹⁴⁵

5.2. POR QUE AS BEM-AVENTURANÇAS AQUI?

Ao iniciar este sermão chamando seus seguidores de bem-aventurados, Jesus lhes infunde ânimo. Lapide sugere que, nas bem-aventuranças, é como se Jesus dissesse: “Atendei! Aqui existe uma fortuna secreta, escondida pelas mãos da própria existência, que compensa e supera qualquer infortúnio”.¹⁴⁶

Os cristãos podem levantar a cabeça e olhar para o horizonte apontado por Deus, dando cada passo na cadência das palavras de Jesus: “Bem-aventurados, bem-aventurados”. As bem-aventuranças informam que Deus livremente decidiu nos amar e abençoar. Ele está conosco para o que der e vier e nós podemos servi-lo motivados por gratidão e amor. Ele nos concede ânimo para lutar nas batalhas da vida nos alegrando nele, ainda que sofrendo. Somos abençoados mesmo nas horas de choro, ainda que tumultuados pelo caos.

O cristianismo alerta contra o otimismo ingênuo e o pensamento positivo dissociado de lastro teológico da autoajuda. No entanto, Jesus nos convoca para um otimismo ou pensamento positivo bíblicos, uma crença sincera e profunda no amor e cuidado de Deus, que retira de nós a ansiedade (Mt 6.25-34). É por conta desta fé (cristã), que nós podemos cantar:

No poder do Deus bendito
vai tudo bem!
Seu amor é infinito,
vai tudo bem!
Esse amor nos foi provado
em seu Filho muito amado
Que por nós foi imolado!
Vai tudo bem!

[...] Na doença ou na tristeza,
vai tudo bem!
Proclamamos com certeza:
vai tudo bem!
Pois se Deus é quem nos guia,
ternamente nos vigia,
Com bondade, noite e dia,
vai tudo bem!

¹⁴⁵ “Ser abençoado significa, basicamente, ser aprovado, ter aprovação. [...] Quando Deus abençoa o homem, ele o está aprovando, e esse é sempre um ato de aproximação divina”; cf. CARSON, D. A. *O sermão do monte: Exposição de Mateus 5–7*. São Paulo: Vida Nova, 2018, p. 16.

¹⁴⁶ LAPIDE, Pinchas. *O sermão da montanha. Utopia ou programa?* Petrópolis: Vozes, 1986, p. 33.

[...] Quer na vida, quer na morte,
vai tudo bem!
Mui feliz é nossa sorte,
vai tudo bem!
Pelo sangue resgatados
e do mundo separados,
Sempre por Jesus guardados,
vai tudo bem!¹⁴⁷

A vida real, constituída de alegrias e infortúnios, pode e deve ser olhada do ponto de vista de Jesus. Nosso Senhor não começa seu sermão com historietas emocionalistas, declarações rebuscadas ou chavões de retórica. Ele inicia ajustando nosso olhar sobre a vida — ajudando-nos a compreender o que significa andar neste mundo como seguidores dele.

Tal caminhada, como ele próprio explicará, não é fácil, mas é empreendida pelos que sabem que são amados e abençoados por Deus, os bem-aventurados. Para o servo que se sente abençoado por Deus e se dispõe a viver pela fé nele, as ordenanças de Jesus são leves, desejáveis e realizáveis.

5.3. AS BEM-AVENTURANÇAS SÃO DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO

As bem-aventuranças são formuladas no indicativo e não no imperativo, ou seja, não constituem mandamentos e sim descrições de caráter ou postura. Para Jesus, o povo da aliança, abençoado por Deus, é assim: humilde, que chora; manso, que tem fome e sede de justiça; misericordioso e limpo de coração; pacificador que sofre por causa da justiça. “Essas ‘bênçãos’, as ‘boas novas maravilhosas’ que ele [Jesus] anuncia não dizem: ‘Esforce-se para viver dessa maneira’. Elas dizem que as pessoas que já *são* assim estão em boa condição. Essas pessoas devem alegrar-se e celebrar”.¹⁴⁸

Mesmo quando assumimos que as bem-aventuranças descrevem o caráter dos seguidores de Jesus, não o fazemos como um chamado ao supremo esforço do autoaperfeiçoamento. Trata-se de caráter formado pelo Espírito, unicamente por graça, como expressam Suy lô.

O Espírito renova os corações
Afirma os quebrantados de espírito
Ele é Deus que sonda os corações
E trata as emoções.

Ele nos consagra até o fim, até o fim.¹⁴⁹

¹⁴⁷ WRIGHT, H. M. “Hino 169, Grata confiança”. In: MARRA, op. cit., p. 131.

¹⁴⁸ WRIGHT, op. cit., p. 51. Grifo do autor.

¹⁴⁹ SUYLÔ, FRANÇA, Eloyse; FRANÇA, Suelen. “O Espírito faz”. In: SUYLÔ. *Céu*. Produção independente. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/6np0CqWtHaKwLnUNoCm19?si=d9ce6677d58742ce>>. Acesso em: 29 set. 2023.

De acordo com Rienecker, corretíssimo, “por essa razão o sermão do monte não consiste apenas de ordens e exigências, mas simultaneamente ele doa e presenteia muito mais. Oferece-se, àquele que de si não é nem consegue nada, forças do mundo vindouro”.¹⁵⁰ “Vocês são assim!” — é o que diz Jesus. “Vocês são estes cidadãos do reino que eu estou inaugurando”. Os méritos e capacidades humanas não interessam aqui, somente gratidão que transborda na vida *do* e *no* reino. A fonte da bênção é Deus e não o homem. Ele nos abençoa com salvação eterna e nos consagra “até o fim”.

Apesar disso, se entendemos caráter como “o conjunto de qualidades (boas ou más) de um indivíduo, e que lhe determinam a conduta e a concepção moral”,¹⁵¹ não há como deixar de inferir, em cada bem-aventurança, aquilo que John Stott chamou de “responsabilidade” que precede a bênção, como segue:

A segunda metade da bem-aventurança explica a bênção que desfrutam os que exibem essas qualidades. Eles possuem o reino dos céus e herdam a terra. Os que choram são consolados e os que têm fome, satisfeitos. Recebem misericórdia, veem a Deus, são chamados filhos de Deus. Grande é a sua recompensa celestial. E todas essas bênçãos são desfrutadas ao mesmo tempo. Assim como as oito qualidades descrevem todo cristão, as oito bênçãos são dadas a todo cristão. É verdade que a bênção em particular prometida em cada caso é apropriada à qualidade descrita em particular. Ao mesmo tempo, certamente não é possível herdar o reino dos céus sem herdar a terra, ser consolado sem ser satisfeito ou ver a Deus sem receber a misericórdia divina.

As oito qualidades juntas constituem as responsabilidades e as oito bênçãos, os privilégios que o cristão recebe por ser cidadão do reino de Deus. É isso que significa desfrutar da lei de Deus em nossa vida.¹⁵²

É nesse sentido que as bem-aventuranças descrevem os discípulos de Jesus, que guardam o que ele ordenou.

5.4. UMA BREVE EXPOSIÇÃO DAS BEM-AVENTURANÇAS

Nosso Senhor menciona os “*humildes de espírito*” (Mt 5.3; grifo nosso). Outras traduções trazem “pobres de espírito” (ARC, NVT). Em uma tradução recente, ao invés de “pobres”, nós lemos a palavra “mendigos” (FL), informando sobre a radicalidade do vocábulo grego *ptōchos*, que remete a pobreza extrema.

De acordo com Louw e Nida, a tradução literal “pobres em espírito” (NVI, NAA) ou “pobres no espírito” (BJ) “pode levar a um grave mal-entendido, uma vez que ‘pobre em espírito’ significa ‘falta do Espírito Santo’ ou ‘falta de ambição ou impulso’”.¹⁵³ Além disso, Jesus se refere não à pobreza material, e sim, à admissão de nossa pobreza espiritual, diante de Deus. As últimas palavras escritas por Lutero

¹⁵⁰ RIENECKER, op. cit., p. 76.

¹⁵¹ “Caráter”. In: FERREIRA, op. cit., loc. cit.

¹⁵² STOTT, John; CONNELLY, Douglas. *Lendo o sermão do monte com John Stott*. Viçosa: Editora Ultimato, 2018, p. 17-18.

¹⁵³ LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene Albert. *Greek-english lexicon of the New Testament: Based on semantic domains*. Nova York: United Bible Societies, 1996, p. 748, #88.57 πτωχὸς τῷ πνεύματι.

foram: “Somos mendigos. Essa é a verdade”.¹⁵⁴ Nada temos a apresentar diante de Deus, senão fraqueza e pecado. “A pobreza de espírito é o reconhecimento pessoal da falência espiritual. É a confissão consciente da própria indignidade diante de Deus. Portanto, é a mais profunda forma de arrependimento”.¹⁵⁵ Bem-aventurados são aqueles que não encontram, em si mesmos, nenhuma justiça própria, e que recorrem a Jesus como seu único e suficiente salvador (Sl 34.18; 51.17; Mq 6.8; Lc 18.9-14). Destes é o reino dos céus.

Em seguida, são “bem-aventurados *os que choram*, porque serão consolados” (Mt 5.4; grifo nosso). Em Salmos 56.8, lemos que Deus recolhe nossas lágrimas em seu odre. Em Isaías 61.2-3, o Messias traz consolação aos abatidos e chorosos. No reino consumado, por conta da cessação da morte, não haverá mais choro (Ap 21.4). Daí, apesar de alguns intérpretes argumentarem que “Jesus não está falando da tristeza do luto”,¹⁵⁶ não deixa de ser correta a tradução: “Bem-aventurados os que estão de luto, porque serão reconfortados”. Além disso, lamenta-se pela injustiça, crueldade, mesquinhez e egoísmo deste mundo.¹⁵⁷

Este choro também “pode ser entendido como o complemento emocional da pobreza de espírito. [...] Para o indivíduo, esse choro é o pesar que ele sente por seu próprio pecado”.¹⁵⁸ Trata-se do “pranto daqueles que reconhecem sua bancarrota espiritual (primeira beatitude) e sentem — ou em breve vão sentir — fome e sede de justiça (quarta beatitude) — eis a ênfase aqui”.¹⁵⁹ Ferguson explica que “o pecador odeia o pecado que nele persiste e pranteia por isso, pois é uma ofensa a Deus. E ainda maior é seu lamento porque este mesmo Deus é o Deus que perdoa pecados!”¹⁶⁰ Os que choram deste modo serão consolados.

Na terceira bem-aventurança, Jesus declara que são “bem-aventurados *os mansos*, porque herdarão a terra” (Mt 5.5; grifo nosso). De modo geral, os evangélicos concordam que esta “mansidão” decorre das afirmações anteriores, sobre a humildade de espírito e o choro, no sentido do cristão lamentar por sua pecaminosidade e agradecer pela salvação por graça somente, deixando de ser petulante diante de Deus.¹⁶¹ Concordamos com este entendimento, mas não deixamos de afirmar que, olhando para o restante do sermão do monte, *há uma dimensão horizontal na mansidão*, ou seja, os discípulos de Jesus são configurados para a gentileza para com o próximo, como propõe Ferguson:

154 GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Vida Nova, 2017, p. 125.

155 CARSON, op. cit., p. 19.

156 STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 19; LLOYD-JONES, op. cit., p. 48; FERGUSON, op. cit., p. 35-36.

157 CARSON, op. cit., p. 22.

158 Ibid., p. 19; STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 36.

159 HENDRIKSEN, 2010, p. 333.

160 FERGUSON, op. cit., p. 37-38.

161 Cf. LLOYD-JONES, op. cit., p. 57-65.

A pobreza de espírito e o prantear sobre o pecado exercem influência persuasiva em nossa vida, cujos efeitos imediatos são transformar-nos em *seres mansos*.

A palavra *mansidão* é [...] de difícil definição. Certamente não é fraqueza de caráter. Ao contrário, é uma força humilde que faz parte do homem que aprendeu a submeter-se às dificuldades (experiências difíceis e pessoas difíceis), sabendo que em tudo Deus está cooperando para o seu bem. O homem manso é o homem que compareceu ao julgamento de Deus e abdicou de supostos “direitos”. Ele aprendeu, em gratidão à graça de Deus, a submeter-se ao Senhor e a ser gentil com pecadores.¹⁶²

Em Salmos 37.11, lemos que “os mansos herdarão a terra e se deleitarão na abundância de paz”. Este salmo inicia com uma instrução, para que o salmista não se deixe tomar por “indignação”, no trato com os malfeitores. Por este ângulo, podemos ler o sermão do monte como uma orientação para sabermos como lidar com aqueles que são diferentes de nós (cristãos) e pensam e agem diferentes de nós (os que não se identificam como “cristãos”). Construiremos pontes ou muros? Pensando em construir pontes, podemos acolher, sem problema, a tradução: “Bem-aventurados os gentis” (FL) — e penso que faria grande diferença se, para os descrentes ou adeptos de outras religiões, os cristãos pudessem ser descritos como pessoas generosas, amáveis e “gentis”.¹⁶³

A quarta bem-aventurança é: “Bem-aventurados os que *têm fome e sede de justiça*, porque serão fartos” (Mt 5.6; grifo nosso). Carson explica que “justiça’ aqui (e nos v. 10,20) significa um padrão de vida em conformidade com a vontade de Deus”.¹⁶⁴ O seguidor de Jesus deseja uma sociedade justa neste mundo, mas entende que, por conta da Queda, ela só existirá após a volta de Jesus. Por isso o apóstolo diz que “nós, segundo a sua promessa, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita justiça” (2Pe 3.13). Ele age agora mesmo a fim de dar sabor, preservar e iluminar; ele realiza boas obras, conduzido pelo Bom Pastor, nas “veredas da justiça” (Sl 23.3). E ele anseia ser mais “santo”.¹⁶⁵ Carson cita a oração de um cristão escocês: “Ó, Deus, faz-me tão justo quanto um pecador perdoado pode ser!”¹⁶⁶ Isso combina com o que Jesus ensina neste mesmo sermão (Mt 5.20,48; 6.10).

Esta fome e sede de justiça atualiza a experiência dos salmistas, que celebravam a Deus por sua justiça (Sl 9.7-8; 11.7; 33.5; 35.28; 36.6; 50.6; 97.2; 98.2; 103.6; 111.3) e oravam para que ele realizasse justiça na terra, em favor dos frágeis (Sl 10.17-18); guiasse os crentes para fazerem o que é certo (Sl 25.9; 82.2-4); os ajudasse em suas causas justas (Sl 26.1; 35.23; 43.1; 54.1; 119.84) e exercesse juízo contra os maus (Sl 94.1-3,15; 96.12-13).

162 FERGUSON, op. cit., p. 40. Grifos do autor.

163 Escrevendo depois de lecionar uma aula sobre *Evangelização e discipulado*, o autor destes estudos confessa que, para ele, nesta época de polarizações, esta parece ser a grande “frente” da igreja: “Será que os crentes darão conta de construir pontes, a fim de alcançar os que não professam o cristianismo?”

164 CARSON, op. cit., p. 25.

165 Cf. LLOYD-JONES, op. cit., p. 57-65.

166 CARSON, op. cit., loc. cit.

Os famintos e sedentos da justiça “serão fartos”, talvez não hoje, nem nesta vida, mas certamente, em sua glorificação e na consumação (Ap 6.9-11; 20.10,13-15; 21.8,27; 22.3-5,11-15).

A quinta bem-aventurança é: “Bem-aventurados os *misericordiosos*, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5.7; grifo nosso), sendo que o exercício da misericórdia, segundo Jesus, é resultado direto da salvação somente pela graça. Os humildes de espírito, que choram por seus próprios pecados, são feitos mansos e anelam por justiça, entendem que é preciso tratar o próximo com graça semelhante.¹⁶⁷ Jesus retorna a este tema neste mesmo sermão, quando ensina os discípulos a orar (Mt 6.12-15) e no discurso de Mateus 18 (cf. Mt 18.21-35).

A sexta bem-aventurança — “bem-aventurados os *limpos de coração*, porque verão a Deus” (Mt 5.8; grifo nosso) — prossegue com o tema de Salmos 15.1-5 e 24.3-5, relacionando-se com a “pureza moral” do cristão, bem como com o “compromisso” do seu coração e de sua “vontade para com o Senhor”.¹⁶⁸ O vital é compreender que a purificação do coração não decorre de mero esforço moral, e sim, da operação do Espírito Santo, aplicando os benefícios da nova aliança da redenção (Jr 31.31,33; Ez 36.24-27). Jesus falará sobre isso outra vez, a partir de Mateus 5.27.

A sétima bem-aventurança é: “Bem-aventurados os *pacificadores*, porque serão chamados filhos de Deus” (Mt 5.9), e alguns intérpretes esclarecem que esta palavra de Jesus não pode ser confundida com *pacifismo*, que é a “doutrina, sistema ou sentimento daqueles que propugnam paz universal e o desarmamento das nações”.¹⁶⁹ O anelo dos pacifistas por um mundo sem guerras, com entendimento entre os homens, não é destituído de validade e sentido, pois o senso de divindade, instalado pelo criador na alma humana, nos encaminha a sonhar com um futuro pacífico, em plena harmonia uns com os outros e com o cosmos. O problema com a visão pacifista é conceber paz entre os homens dissociada de reconciliação com Deus no reino consumado de Jesus Cristo.¹⁷⁰ A paz final vem depois do juízo final. Antes da consumação, a experiência humana evidencia a *antítese*, quer dizer, a discordância entre os crentes e poderes e a cultura do mundo, além dos cristãos e não cristãos lutando entre si.

O pacificador é um apaziguador, alguém que ajuda as pessoas a se abrandar e serenar. O pacificador faz “o que é possível para promover a paz”.¹⁷¹ A partir de uma parábola rabínica, podemos comparar o pacificador a uma panela:

167 CARSON, op. cit., p. 28; HENDRIKSEN, 2010, p. 339; STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 26; LLOYD-JONES, op. cit., p. 87-88; FERGUSON, op. cit., p. 51-52.

168 Ibid., p. 61.

169 “Pacifismo”. In: FERREIRA, op. cit., loc. cit.; cf. FERGUSON, op. cit., p. 62-63.

170 Sobre este assunto, cf. o texto de Lewis, “Por que não sou pacifista”. In: LEWIS, C. S. *Ética para viver melhor: Diferentes atitudes para agir corretamente*. São Paulo: Planeta, 2017, p. 9-31.

171 CARSON, D. A. (Org.). *Bíblia de estudo Thomas Nelson*. [BETN]. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2021, p. 1848.

[...] lembramos a parábola rabínica da panela, recomendada como modelo a todos os agentes da paz. É que a humilde panela, sem alarde, produz um milagre diário, digno de inspirar os nossos políticos. Vejamos: O seu fundo fininho separa dois elementos hostilíssimos, o fogo e a água, [...] obrigando-os a uma colaboração positiva e construtiva.

Uma colaboração culinária, por certo, mas revertendo no bem em forma de um manjar saboroso e abençoado. Uma façanha nada desprezível — em todas as épocas de nossa conflitada história humana!¹⁷²

D. A. Carson afirma que:

O discípulo de Jesus deve ser um pacificador no sentido mais amplo do termo. O papel de pacificador do cristão implica não só propagar o evangelho, mas também acalmar tensões, buscar soluções, garantir que a comunicação seja eficiente. [...] Nesse caso, é preciso lembrar que “a ira do homem não produz a justiça de Deus” (Tg 1.20) e que “a resposta branda desvia o furor” (Pv 15.1).¹⁷³

O pacificador será chamado de filho de Deus, porque “ele reflete o maravilhoso caráter [...] de seu Pai celestial”.¹⁷⁴

A oitava bem-aventurança, a mais extensa de todas é:

Bem-aventurados os *perseguidos por causa da justiça*, porque deles é o reino dos céus.

Bem-aventurados sois quando, por minha causa, vos injuriarem, e vos perseguirem, e, mentindo, disserem todo mal contra vós. Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; pois assim perseguiram aos profetas que viveram antes de vós (Mt 5.10-12; grifo nosso).

Para John Stott:

Pode parecer estranho o fato de que Jesus passa diretamente da pacificação para a perseguição, mas a verdade é que, por mais que tentemos viver em paz com algumas pessoas, elas podem se negar a viver em paz conosco. Nem todas as tentativas de reconciliação têm êxito. Algumas pessoas podem até tomar a iniciativa de insultar-nos ou formular todos os tipos de maldade contra nós. Isso não acontece por causa de nossa aparência ou origem étnica, mas “por causa da justiça” e porque nos associamos com Jesus. Algumas pessoas acham insípida a justiça da qual temos fome e sede. Rejeitam o Mestre a quem buscamos seguir e descarregam seus ressentimentos em nós.¹⁷⁵

No segundo grande discurso do Evangelho de Mateus, sobre a missão apostólica, Jesus prepara seus seguidores para enfrentarem oposição e perseguição (Mt 10.16-22). Esse antagonismo contra os cristãos durará até a volta de Jesus (Mt 10.23). Hoje, enquanto este texto está sendo digitado, cristãos estão sendo perseguidos em algum lugar do mundo. Se a perseguição nos alcançar, não devemos nos amedrontar, e sim

¹⁷² LAPIDE, op. cit., p. 38.

¹⁷³ CARSON, 2018, p. 31.

¹⁷⁴ Ibid., p. 34.

¹⁷⁵ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 28.

perseverar até o fim, sabendo que o reino dos céus é dado aos perseguidos por causa da justiça. “Alegram-se! Vocês têm uma grande recompensa nos céus!” (Mt 5.12; FL).

Que ânimo nos trazem estas declarações! Elas nos dão força para enfrentar as aflições com “bom ânimo” (Jo 14.1,27; 16.20,33). Nosso Senhor começa este sermão com encorajamento. Mas ele não para aí. Logo adiante, ele nos mostrará uma realidade nova e maravilhosa sobre o sal, a luz e a cidade que se vê de longe. Tais verdades devem nos dispor a aceitar o jugo suave da vida cristã, com gratidão (Mt 11.28-30).

CAPÍTULO SEIS

O SAL E A LUZ, A CIDADE E A CANDEIA

No início do século passado, A. V. Harnack propôs que o cristianismo devia ser entendido prioritariamente como religião que sublinha o valor infinito da alma individual. O reino destaca a paternidade de Deus, a irmandade dos homens, a ética do amor e o valor infinito da alma do indivíduo.¹⁷⁶ De acordo com Ridderbos, Harnack entendia que “o reino de Deus não se preocupa com ‘principados e potestades, nem com demônios e anjos, mas com Deus e a alma, com a alma e seu Deus’”.¹⁷⁷

Há um sentido em que *sim*, a Escritura destaca o valor da alma e a salvação individual (Gn 5.24; 6.9; Ez 18.19-20; Lc 17.11-19). Cada ser humano é importante, nos tratos da graça comum e especial (Mt 5.43-45; Lc 15.3-32). Jesus demonstrou isso nas interações com pessoas improváveis (leprosos, samaritanos e pecadores) e em sua fala sobre o valor da alma, em Marcos 8.36. Se olharmos para os ensinamentos do Novo Testamento sobre a habitação do Espírito no crente, operando sua união com Cristo, podemos afirmar que a fé salvadora vincula pessoal, profunda e eternamente, Deus com a alma e esta, com Deus (Fp 3.8-11; Cl 1.27).

Apesar disso, Harnack *erra* ao minimizar o caráter coletivo da fé, pois o reino de Deus nos encaminha para a comunhão com o “irmão” (Mt 5.22,23,24), influencia as nossas conexões sociais e marca a sociedade e a cultura. Carson diz que “é impossível seguir as normas do reino unicamente na vida privada. A justiça da vida que o crente vive vai chamar atenção”.¹⁷⁸ Hendriksen argumenta que:

As palavras de 5.13-16 revelam quão diferentes do mundo são os crentes, e não obstante quão relacionados com o mundo estão eles. O mundanismo ou a secularização é aqui condenada, porém a indiferença e o isolacionismo são igualmente condenados. O sal é uma bênção enquanto permanece sendo verdadeiramente sal; a luz, enquanto permanece sendo realmente luz. Entretanto, o sal precisa ser espalhado, ou, melhor ainda, precisa ser friccionado na carne. A luz precisa ser deixada livre para brilhar na escuridão. Não se deve encobri-la.¹⁷⁹

Vejamos o que Jesus ensina sobre o sal e a luz, a cidade e a candeia.

¹⁷⁶ Cf. LADD, op. cit., p. 84. Harnack assume pressupostos do liberalismo teológico.

¹⁷⁷ RIDDERBOS, op. cit., p. 14.

¹⁷⁸ CARSON, 2018, p. 37.

¹⁷⁹ HENDRIKSEN, op. cit., p. 349.

6.1. O SAL DA TERRA

Após proferir as bem-aventuranças, nosso Senhor afirma:

Vós sois o sal da terra; ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta senão para, lançado fora, ser pisado pelos homens (Mt 5.13).

Primeiro ele chama o povo de “bem-aventurado”. Agora este povo é “sal” e nós, leitores do século 21, corremos risco de compreender mal tal afirmação, pois vivemos no tempo que alerta para os malefícios do sal para a saúde humana. Ouvimos que temos de reduzir o consumo de sal e lemos cuidadosamente cada rótulo, assegurando-nos de que aquilo que comemos e bebemos não possui alto teor de sódio.

Quando meu pai nasceu, em 1902, não havia refrigeradores. Para ser conservada, a carne precisava ser salgada ou frita e guardada em um recipiente próprio — a “carne de lata”, conhecida apenas por quem não tem mais cabelo, ou por quem os têm, mas esbranquiçados. Na casa de meu pai, sobre a pia da cozinha, víamos as “carnes” dependuradas em um cordão, devidamente “salgadas”. E quando eu o visitava, ele me recebia alegre e corria para a cozinha, para preparar um arroz carreteiro, que nunca encontrei mais delicioso! Pelo menos quanto à conservação dos alimentos, meu pai experimentou condições semelhantes à dos judeus, da época de Jesus.

John Stott explica que:

Para demonstrar como os cristãos podem influenciar o mundo, Jesus usou duas metáforas domésticas. Toda casa, por mais pobre que fosse, usava tanto o sal como a luz. Durante sua própria infância, é provável que Jesus tenha observado com frequência sua mãe usando sal na cozinha e acendendo as candeias quando o sol se punha. Sal e luz são utilidades domésticas indispensáveis.¹⁸⁰

Apesar do sal ser recurso tanto de sabor quanto de conservação, o contexto parece exigir a primazia do segundo sentido; ele impede o apodrecimento. “O mundo se decompõe como peixe ou carne estragada”.¹⁸¹ Nosso próprio coração, deixado por conta própria, também se deteriora, daí a palavra de Jesus em Marcos 9.49-50, discorrendo sobre a santidade prática de seus discípulos: “Porque cada um será salgado com fogo. Bom é o sal; mas, se o sal vier a tornar-se insípido, como lhe restaurar o sabor? Tende sal em vós mesmos e paz uns com os outros”.

No Antigo Testamento, o sal era adicionado à oferta de manjares: “Toda oferta dos teus manjares temperarás com sal; à tua oferta de manjares não deixarás faltar o sal da aliança do teu Deus; em todas as tuas ofertas aplicarás sal” (Lv 2.13).

Alguns intérpretes entendem que isso era exigido porque o sal, como elemento preservador, é adequado para simbolizar o “vínculo perpétuo e duradouro entre

¹⁸⁰ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 30.

¹⁸¹ Ibid., loc. cit.

Deus e Israel”,¹⁸² como “lembrete da aliança de Deus conosco”.¹⁸³ Mesmo enfatizando o sal como símbolo da aliança, Wenham admite que “geralmente, o uso de sal é considerado contraparte da proibição de fermento. ‘O sal impede a putrefação, enquanto o fermento e mel a produzem’”.¹⁸⁴

Aqui, em Mateus 5.13, a metáfora do sal evoca a ideia de preservação de deterioração espiritual e moral. Jesus fala do crente como chamado para “impedir ou retardar a corrupção ou queda do mundo”.¹⁸⁵ Stott propõe que “a intenção de Deus é que seus próprios remidos, regenerados e justos sejam a mais poderosa influência para restringir essa decomposição”.¹⁸⁶ Jesus descreve os discípulos funcionando “como um purificador moral em um mundo onde os padrões morais são baixos, instáveis ou mesmo inexistentes”.¹⁸⁷ O cristão saneia a terra com seu procedimento.

Ferguson esclarece que, nesta declaração, “vós sois o sal da terra”:

O modo do verbo é indicativo (uma declaração ou um fato), não imperativo (uma ordem a fim de que algo seja feito). Jesus não está instando seus discípulos que se tornem algo que não são, mas está dizendo o que os cristãos já são enquanto cidadãos do reino. Infere-se, portanto, que, sendo uma nova criatura, gerada por Deus, o cristão deve ser essa nova pessoa e agir de acordo com sua nova natureza.¹⁸⁸

Se o sal perder seu sabor, foi-se sua utilidade. Isso acontece quando ele é “misturado com impurezas”¹⁸⁹ e esta salinidade “é o caráter cristão, como descrito nas bem-aventuranças”.¹⁹⁰ A *Bíblia de Genebra* informa ainda que:

Os depósitos de sal ao longo do mar Morto contêm não somente cloreto de sódio, mas também uma variedade de outros minerais. Ao longo dos anos, esse sal pode perder o sabor por causa das chuvas, chegando a um ponto em que não serve para nada a não ser para ser usado na construção de estradas.¹⁹¹

Por isso o sal insípido “para nada mais presta senão para, lançado fora, ser pisado pelos homens”. Agostinho vincula este dito com a oitava bem-aventurança:

182 VASHOLZ, Robert I. *Levítico*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018, p. 40-41 (Comentários do Antigo Testamento).

183 MATTHEWS, Kenneth. *Levítico: Deus santo, povo santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018, p. 37 (Estudos bíblicos expositivos). O mesmo autor (op. cit., loc. cit.) diz que “a qualidade duradoura do sal indicava a perpetuidade do compromisso de Deus com Israel (Nm 18.19). A mesma ideia descreve o amor de Deus pelo rei Davi (2Cr 13.5). [...] o povo [...] deveria manter-se leal ao seu redentor com o qual estava em aliança”.

184 WENHAM, Gordon J. *Levítico: Comentário exegetico*. São Paulo: Vida Nova, 2021, p. 61.

185 BEG³, p. 1627.

186 STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 30.

187 TASKER, R. V. G. *Mateus: Introdução e comentário*. Reimp. 2020. São Paulo: Vida Nova, 1980, p. 50-51 (Série cultura bíblica).

188 FERGUSON, op. cit., p. 88.

189 Ibid., loc. cit.

190 STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 31.

191 BEG³, loc. cit.

Não é pisoteado pelos homens o que padece perseguição, mas sim o que, temendo a perseguição, fraqueja e perde a força. Ninguém pisoteia senão o que lhe está debaixo; e o que tem o coração voltado para o céu, por mais que sofra corporalmente na terra, não está debaixo de ninguém.¹⁹²

Resumindo, na nova realidade do reino, o povo de Deus é “sal”. Esta é uma boa oportunidade para orar: “Senhor, converte meu coração, perdoa meus pecados e faz de mim sal”. Mas não apenas isso, pois Jesus continua a enfatizar a influência de seus discípulos no mundo, através da metáfora da luz.

6.2. A LUZ DO MUNDO

Para os ouvintes originais do sermão do monte, nenhum homem poderia dizer de si mesmo “eu sou luz”, ou dizer de outrem “você é luz”. Este é um ponto de distanciamento entre a crença judaico-cristã e o pensamento mágico e místico do paganismo. No paganismo, apregoa-se que o ser humano é capaz de manipular a luz/força/energia. Ou que somos divinos, portadores de luz em nós mesmos. A Sagrada Escritura revela que *somente o Senhor é luz* (Êx 13.21; Sl 27.1; 36.9). Isaías descreve o tempo do Messias, quando a terra seria agraciada com a luz de Deus (Is 9.2; 60.19-20). O Novo Testamento ensina que Deus é luz e que Jesus é a luz do mundo (1Jo 1.5; Jo 8.12; 9.5).

Considerando esse enquadramento, como podemos compreender a declaração de Jesus em Mateus 5.14: “Vós sois a luz do mundo”?

Jesus não está dizendo que nossa essência é transmutada em luz, como sugerem os pagãos e místicos da nova era, e sim que o caráter bem-aventurado (Mt 5.1-12) enseja conduta modificada que se distingue no contexto de trevas espirituais e morais. Agostinho considera que “mundo” deve ser entendido como os homens que nele habitam, “incluídos aí os pecadores, [...] os mesmos homens para cuja iluminação foram enviados os apóstolos”.¹⁹³ Paulo parece replicar o ensino de Jesus, quando insta com os irmãos de Filipos, para que resplandeçam “como luzeiros no mundo”, como “filhos de Deus inculpáveis no meio de uma geração pervertida e corrupta” (Fp 2.15). Stott conclui, acertadamente, que “a luz são nossas boas obras” (cf. Mt 5.16)¹⁹⁴ e isso combina com o que veio antes: Os seguidores de Jesus influenciam por meio de sua fé e procedimento, salgando e iluminando (Mt 5.13-14).

Paulo explica que nós somos luz “no Senhor”. Por isso andamos “como filhos da luz”.

Pois, outrora, éreis trevas, porém, agora, sois luz no Senhor; andai como filhos da luz (porque o fruto da luz consiste em toda bondade, e justiça, e verdade), provando sempre o que é agradável ao Senhor. E não sejais cúmplices nas obras infrutíferas das

¹⁹² AGOSTINHO DE HIPONA, op. cit., I.VI.17, p. 22.

¹⁹³ Ibid., I.VI.17, p. 24.

¹⁹⁴ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 24.

trevas; antes, porém, reprovai-as. Porque o que eles fazem em oculto, o só referir é vergonha.

Mas todas as coisas, quando reprovadas pela luz, se tornam manifestas; porque tudo que se manifesta é luz. Pelo que diz: Desperta, ó tu que dormes, levanta-te de entre os mortos, e Cristo te iluminará. Portanto, vede prudentemente como andais, não como néscios, e sim como sábios, remindo o tempo, porque os dias são maus (Ef 5.8-16).

Hendriksen nos protege de erro, com seu discernimento agraciado:

É Cristo que é a “luz do mundo”, verdadeira e original (Jo 8.12; 9.5; 12.35,36,46; 2Co 4.6; cf. Sl 27.1; 36.9; 43.3; Is 49.6; 60.1; Lc 1.78,79; 2.32). Os crentes são “a luz do mundo” num sentido secundário ou derivado. Jesus é “a luz refletora” (Jo 1.9); os crentes são “a luz refletida”. Jesus é o sol; os crentes são semelhantes à lua, refletindo a luz do sol. Fora de Cristo eles não podem brilhar. A lâmpada elétrica não pode emitir luz por si mesma. Ela comunica luz somente quando conectada e ligada à corrente elétrica, de modo que essa corrente gerada na central elétrica lhe transmita a energia. Assim também no tocante aos seguidores de Cristo, quando permanecem em vivo contato com a luz original, para que sejam luz para os outros (cf. Jo 15.4,5).¹⁹⁵

Quando assediados por desânimo ou tentações, lembremo-nos de que, como seguidores de Jesus e participantes do reino de Deus, “somos a luz do mundo”. *Devemos estar limpos*, pois uma lâmpada embaçada não brilha com o devido fulgor. *Temos de nos nutrir com a visão de Cristo*, pois esta contemplação nos configura e anima para lutar contra o pecado (2Co 3.18; cf. Hb 12.1-3).

Nós cantamos sobre isso, no hino *Brilhando por Jesus*:

Vejo no céu, esplendente, do sol a clara luz!
Quero viver tão-somente brilhando por Jesus.
Brilhando, brilhando, brilhando qual doce luz!
Brilhando, brilhando, brilhando por meu Jesus!¹⁹⁶

Resumindo, na nova realidade do reino, o povo de Deus é “luz”. Esta é uma boa oportunidade para orar: “Senhor, converte meu coração, perdoa meus pecados e faz de mim sal e luz”. Mas não apenas isso, pois Jesus continua a enfatizar a influência de seus discípulos no mundo, através das metáforas da cidade e da candeia.

6.3. A CIDADE E A CANDEIA

Eis as palavras de Jesus, em Mateus 5.14b-16:

14b [...]. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; 15 nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos os que se encontram na casa. 16 Assim brilhe também a vossa luz diante

¹⁹⁵ HENDRIKSEN, 2010, p. 351.

¹⁹⁶ TALBOT, N.; FERRAZ, S. “Hino 362, Brilhando por Jesus”. In: MARRA, op. cit., p. 280.

dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus.

Carson declara que “Jesus fala de duas fontes de luz no sentido físico: a luz de uma cidade situada sobre um monte e a luz de uma lâmpada sobre um pedestal”¹⁹⁷ e explica que tais figuras talvez não sejam bem-entendidas por leitores modernos, mas que:

No Canadá é possível acampar a centenas de quilômetros de qualquer cidade ou vilarejo. Se a noite estiver nublada e não houver nenhum objeto fosforescente na área, a escuridão é total. Não se consegue enxergar um palmo adiante do nariz. Mas, se houver uma cidade próxima, talvez a uma centena de quilômetros de distância, a escuridão se atenua. A luz da cidade se reflete nas nuvens, e a noite, antes negra como o breu, já não é mais tão escura. Da mesma forma, os cristãos que deixam sua luz brilhar diante dos homens não podem ser escondidos, e a boa luz que eles lançam ao redor atenua as trevas que, sem ela, seriam absolutas.¹⁹⁸

Quando se viaja à noite da cidade de São Paulo para São José do Rio Preto, há um ponto em que, depois de um longo trecho de absoluta escuridão na rodovia, é possível enxergar Rio Preto que ainda está longe, mas nosso coração é alentado pela simples vista de suas luzes. Eu aprecio esta ideia dos seguidores de Jesus, apesar de tão frágeis e imperfeitos, alentarem o mundo com a luz do Redentor. Ademais, Jesus compara seus seguidores a “candeias” que não podem ficar escondidas “debaixo do alqueire”, ou, como diz a NAA, “de um cesto”. Pelo contrário devem ser colocadas em um lugar alto, de modo a alumiar toda a casa. Carson sublinha que:

A luz é tão importante que chega a ser ridículo pensar que alguém possa querer apagar a chama bruxuleante de uma lâmparina de azeite sufocando-a debaixo de um cesto. Aquele pavio incandescente pode projetar só uma luz fraquinha pelos padrões modernos, mas, se a alternativa é a escuridão total, sua luz é maravilhosa, suficiente para iluminar todos os que estão na casa.¹⁹⁹

O ensino é encerrado com a afirmação de que as obras dos cristãos serão vistas pelos não cristãos e isso redundará na glorificação de Deus. “Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras [o vosso brilho] e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus” (Mt 5.16).

É interessante que, neste mesmo sermão, Jesus enfatiza a discrição da devoção dos filhos de Deus (Mt 6.1 et. seq.). Fica claro que os seus seguidores não realizam boas obras com a finalidade de promoverem a si mesmos. Nosso Senhor está ensinando que o seu discípulo, cujo caráter foi transformado por graça, vive neste mundo de modo a glorificar a Deus naquilo que faz, sem qualquer intenção de

¹⁹⁷ CARSON, 2018, p. 40.

¹⁹⁸ Ibid., p. 41.

¹⁹⁹ Ibid., loc. cit.

colocar holofotes sobre si mesmo, simplesmente andando com Deus, sob a égide de Cristo (Jo 15.8; 1Co 10.31; cf. Lc 8.17; Jo 3.21).

Hendriksen assegura que:

É inevitável que algumas dessas boas obras sejam vistas pelos homens. Até mesmo os incrédulos pararão para ouvir, de vez em quando, os cânticos de louvor cantados pelos filhos de Deus. Pessoas mundanas observarão a serena confiança em Deus manifestada pelos crentes em tempos de provação e ansiedade. Fortuitamente expressarão perplexidade ante a maneira como os cristãos encararão a enfermidade, correndo risco de grave perigo e até mesmo enfrentando a morte com o fim de prestar socorro aos enfermos e moribundos. [...].

É bom que essas boas obras sejam vistas pelos homens. Isso é exatamente o que Jesus quer. Corretamente considerado, é isso mesmo o que desejam todos aqueles que as praticam, porém não com o fim de granjearem honra para si mesmos, no sentido de [Mt] 6.1,5,16. Ao contrário, diz Jesus: “[...] e glorifiquem a vosso Pai que está no céu”. Portanto, o fim, e até certo ponto também o resultado, de tais obras serem vistas é que os homens, sob a influência do Espírito de Deus, renderão a Deus a reverência que Lhe é devida, por haver acendido a luz que ora brilha na vida dos homens (Is 24.15; 25.3; Sl 22.23; cf. 1Co 10.31).²⁰⁰

Os discípulos de Jesus brilharão. Serão vistos de longe. Iluminarão os ambientes onde estiverem colocados. Isso nos conduz a uma última ponderação, sobre “a cidade edificada sobre um monte” (v. 14), pois concordo com aqueles que sugerem que dificilmente um judeu ouviria esta expressão sem pensar em Jerusalém aperfeiçoada, tal como fizeram os filhos de Corá:

Grande é o SENHOR e mui digno de ser louvado,
na cidade do nosso Deus. Seu santo monte,
belo e sobranceiro, é a alegria de toda a terra;
o monte Sião, para os lados do Norte,
a cidade do grande Rei.
Nos palácios dela,
Deus se faz conhecer como alto refúgio (Sl 48.1-3).

Eu visitei Jerusalém em 2015 e não me esqueço desta cena; depois de uma subida longa, o descortinar da paisagem deslumbrante, a cidade belíssima e brilhante, pois cores são proibidas nas edificações e tudo é no tom de calcário esbranquiçado e brilha refletindo o sol, destacando o dourado do domo da mesquita situada no lugar em que, antes, havia o segundo templo.

Nesta pequena frase, “a cidade edificada sobre um monte” (v. 14), reside uma verdade importante, pois existia (e ainda existe, no Estado de Israel) uma esperança de que a vinda do Messias se vincula com a edificação da “Cidade de Deus”, a “Jerusalém aperfeiçoada”. Os judeus sonhavam com o cumprimento das profecias que anunciavam Jerusalém exaltada sobre todas as cidades, e os reis do mundo prestando

²⁰⁰ HENDRIKSEN, 2010, p. 354.

adoração nela; Jerusalém como centro de vida não apenas para os judeus, mas também para “toda a terra”, um tempo de purificação espiritual para “os de Israel que forem salvos” (Is 1.26-27; 2.3-5; 4.2-6; 59.20; Jl 3.16-17; Zc 1.16-17; 8.3-8).

Esta “Jerusalém do novo pacto” é constituída dos discípulos de Jesus, cujas obras são visíveis de longe, especialmente porque, no Apocalipse, a nova Jerusalém é descrita tanto como *cidade*, quanto como o *povo* redimido por Deus (cf. Ap 21.9-14,22—22.5).

E aqui temos de ter cautela, para não cometer o erro histórico, de identificar a igreja com a totalidade do reino de Deus,²⁰¹ mas não podemos nos furtar deste fato, de que, na igreja, o reino de Deus é mostrado em antecipação, como já iniciado, mesmo que ainda não consumado. Calvino não erra quando propõe que há uma relação entre o reino dos céus e a renovação da igreja pela pregação do evangelho²⁰² e Hendriksen também informa que há um sentido em que, no Evangelho de Mateus, reino de Deus e igreja são quase equivalentes, quando esta última é descrita como “a comunidade de homens em cujos corações Deus é reconhecido como Rei. [...] Este é o significado em Mateus 16.18,19”.²⁰³ Nesses termos, não configura falha enxergar a igreja como neste hino antigo:

Uma casa cheia de glória
abrange com a vista todos os países,
construída de pedra eterna
pela mão do mestre-Deus.

Ó Deus, nós vos louvamos,
ó Deus, nós vos bendizemos,
ó deixa-nos todos abrigados
dentro de vossa casa.²⁰⁴

A fé cristã é comunal e influencia o mundo. Não se trata apenas da relação entre Deus e a alma, mas da tratativa divina com a alma tornando-a agente actual, no cumprimento dos mandatos espiritual, social e cultural, no mundo, para o agrado de Deus. A proposição de Harnack, infelizmente, remonta a um Agostinho ainda influenciado pelo neoplatonismo, como segue:

Agostinho: Deste modo, pois, rezei a Deus.

Razão: O que você quer saber?

Agostinho: Tudo o que disse na oração.

Razão: Faça um resumo.

²⁰¹ LOHFINK, op. cit., p. 92-93.

²⁰² CALVINO, João. *Commentary on a harmony of the evangelists Matthew, Mark, and Luke*. Bellingham, WA: Logos Bible Software, 2010, v. 1, p. 279. Tradução nossa.

²⁰³ HENDRIKSEN, 2010, p. 308.

²⁰⁴ GOTTESLOB (“Louvor a Deus”), apud, LOHFINK, op. cit., p. 92.

Agostinho: Quero conhecer a Deus e à alma.

Razão: E mais nada?

Agostinho: Não, mais nada!²⁰⁵

Resumindo, na nova realidade do reino, o povo de Deus é “cidade edificada sobre um monte” e “candeia” a ser colocada “no velador”, a fim de alumiar “a todos os que se encontram na casa”.

Esta é uma boa oportunidade para orar: “Senhor, converte meu coração, perdoa meus pecados e faz de mim sal e luz do mundo. E aleluia por tua igreja, Jerusalém que se vê de longe, candeia que alenta e ilumina”.

Tudo isso nos prepara para o que vem, sobre o relacionamento de Jesus e de seus seguidores com a lei do Senhor.

²⁰⁵ AGOSTINHO DE HIPONA. *Soliloquios* I § 7, apud LOHFINK, op. cit., p. 254.

CAPÍTULO SETE

O REINO DE DEUS E A LEI

Por meio das bem-aventuranças e das figuras do sal e da luz, da cidade e da can-deia, Jesus revelou que o reino já veio, mas ainda não completamente. Lidamos com imperfeições: ira e rotulação (Mt 5.22); tendência a coisificar e descartar (Mt 5.28); desconfiança (Mt 5.34); ressentimento e ânsia por retaliar (Mt 5.38-39). Se isso não bastasse, aversão ao outro, tido por inimigo ou diferente (Mt 5.44). Para corrigir estas distorções, nosso Senhor profere as ordenanças de Mateus 5.21-48. Nelas, encontramos a trilha para a vida prática do reino.

Antes de detalhar suas ordenanças, Jesus esclarece que ele não veio revogar, e sim, cumprir o Antigo Testamento (Mt 5.17). Para Jesus, a lei é válida até a consumação (Mt 5.18). Ademais, nossa atitude para com as Escrituras produz consequências (Mt 5.19). Por fim, a justiça do reino de Jesus extrapola a religiosidade dos escribas e fariseus (Mt 5.20). Olhemos mais de perto para estes esclarecimentos.

7.1. JESUS E A LEI

Começemos com Mateus 5.17: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir”. Sproul explica que:

A palavra que Jesus emprega no início do v. 17 é parte do verbo *nomizō*, que significa “pensar ou conjecturar”. [...] Tal é a força do que Jesus está dizendo aqui: “Não permitam que este tipo de pensamento entre em sua mente. Não pensem que vim destruir a lei”. [...] Jesus estava dizendo: “Não pensem, nem mesmo por um minuto, que eu vim destruir a lei”.²⁰⁶

Jesus não veio revogar, e sim, cumprir o Antigo Testamento. Ele não é contrário à “Lei” e aos “Profetas”.²⁰⁷ Como judeu, ele ama esta lei (Sl 19.7-11; 119.97). Como Deus, ele é seu autor e inspirador.

O verbo *katalyō*, traduzido duas vezes por “revogar”, na ARA, NAA e BJ, carrega o sentido de “destruir”; “demolir” ou “invalidar completamente”,²⁰⁸ daí a ARC e TEB: “não vim ab-rogar”; a NVI, NVT e BPV: “Não vim abolir” e FL: “não vim

²⁰⁶ SPROUL, R. C. *Estudos bíblicos expositivos em Mateus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017, p. 85.

²⁰⁷ A expressão “a Lei e os Profetas” equivale ao Antigo Testamento; cf. GEISLER, Norman L. *Introdução geral à Bíblia: Uma análise abrangente da inspiração, canonização, transmissão e tradução*. São Paulo: Vida Nova, 2021, p. 22-23; CARSON, D. A. *O comentário de Mateus*. São Paulo: Shedd Publicações, 2010, p. 177.

²⁰⁸ LOUW, NIDA, op. cit., #76.23, καταλύω, p. 681.

para anular”. Hendriksen traduz como “por de lado” e “menosprezar”.²⁰⁹ Jesus está dizendo que, *em hipótese alguma, ele considera ou torna a lei do Antigo Testamento inválida*. Isso torna indigna de atenção qualquer interpretação das Escrituras que sugira que o crente da nova aliança não deve atentar para a lei do Senhor. Sproul demonstra esse perigo compartilhando uma experiência:

Há vários anos, fui convidado para falar em uma conferência em Nova York sobre a santidade de Deus. Após o primeiro culto do evento, os membros da equipe pediram que eu me juntasse a eles em oração. Fui para a casa de um deles acompanhado por quase 20 pessoas, e ali nos reunimos para orar. Alguém desligou as luzes e, em seguida, todos se ajoelharam e começaram a orar por familiares mortos, invocando-os. Quando questionei o que estava acontecendo, eles explicaram que estavam “no Espírito”. Então eu disse:

— Vocês sabiam que receberiam pena de morte no Antigo Testamento por causa do que estão fazendo? Deus disse que esse tipo de coisa é tão ofensivo a ele, que toda a nação seria punida se isso fosse permitido.

Eles responderam:

— Sim, sabemos, mas não estamos no Antigo Testamento. Estamos liberados dele agora.

Repliquei:

— Vocês acham que aconteceu algo na história da redenção para que algo tão repugnante aos olhos de Deus passasse a ser agradável agora?

Essa crença é a essência do antinomianismo.²¹⁰

Antinomianismo é a crença de que a lei do Antigo Testamento não tem valor para os discípulos de Jesus Cristo, uma vez que estes desfrutaram de comunhão com Deus no âmbito da nova aliança. González informa que este termo, “do grego *anti*, “contra”, e *nomos*, “lei”, foi criado:

[...] por Martinho Lutero em suas controvérsias contra João Agrícola, que negava primeiro o uso da Lei de Israel — principalmente o Decálogo — para instruir os fiéis sobre as suas obrigações, e depois, também se opunha ao seu uso como meio de chamar os pecadores ao arrependimento, dizendo que a pregação do próprio evangelho bastava para esse propósito. Lutero respondeu com um tratado *Contra os antinomianos*, no qual defendia o uso da lei tanto no ensino como na pregação.²¹¹

Para Ferguson, a preocupação dos fariseus era a seguinte: “Tire a lei como meio de obter méritos e ninguém levantará um dedo para guardá-la. A lei ficará frouxa e não mais ‘agarrará’ as pessoas; elas viverão como bem entendem. [...]. Mas nada poderia estar mais distante do ensino de Jesus”.²¹²

Retornando a Mateus 5.17, Jesus afirma: “não vim para revogar, vim para cumprir”. O verbo “cumprir” traduz *plēroō*, “encher”; “tornar pleno” ou “dar o significado

209 HENDRIKSEN, 2010, p. 355.

210 SPROUL, op. cit., p. 84.

211 GONZÁLEZ, op. cit., p. 29.

212 FERGUSON, op. cit., p. 105.

verdadeiro ou completo a”.²¹³ Carson entende que:

[...] Jesus não concebe sua vida e seu ministério como oposição ao Antigo Testamento, mas, sim, como um cumprimento daquilo que o Antigo Testamento prevê. Logo, a Lei e os Profetas, longe de serem abolidos, têm sua continuidade vigente levando em conta o cumprimento em Jesus. Os preceitos detalhados do Antigo Testamento podem ser suplantados, porque tudo o que é profético tem de ser, em algum sentido, provisório. Ao mesmo tempo, porém, tudo o que é profético encontra sua continuidade legítima na feliz chegada do que foi profetizado. Tudo isso pressupõe que uma nova abordagem do Antigo Testamento está sendo inaugurada por Jesus, concomitantemente com a perspectiva transformada resultante do avanço do reino.²¹⁴

Jesus afirma, ainda, que *a lei é válida até a consumação*: “Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra” (Mt 5.18). A expressão “em verdade” acrescenta solenidade ao dito de Jesus. De acordo com Sproul:

Muitas vezes, no Novo Testamento, vemos Jesus dizer: “Em verdade vos digo [...]”. Em alguns casos, encontramos a expressão: “Em verdade, em verdade vos digo [...]”. A tradução vem da palavra hebraica “verdade” que, em aramaico, é traduzida com o termo *amên*. Quando o povo de Deus fala “amém” depois de uma pregação ou oração, o significado é: “É verdade” ou “Que assim seja”. Jesus, entretanto, começa seus pronunciamentos com a palavra “amém”. Ao fazê-lo, ele está dizendo: “Esta verdade que estou prestes a dizer a vocês é absolutamente certa.” Cristo introduz este segmento do sermão com uma linguagem de tamanho peso.²¹⁵

A Palavra de Deus se cumprirá cabalmente. Jesus diz “até que o céu e a terra passem” e “até que tudo se cumpra”, referindo-se “à totalidade da vontade de Deus, seu propósito para a renovação” ([Mt] 6.10).²¹⁶ Lloyd-Jones diz que “esta [...] expressão aponta para o fim da era”.²¹⁷ Conforme Hendriksen:

“A lei”, como um livro escrito, não mais se fará necessária no novo céu e na nova terra. De fato, a Bíblia escrita – Antigo e Novo Testamentos – se tornará supérflua. Entretanto, enquanto esse tempo não chega, nada faltará até que tudo se cumpra. O programa de Deus com referência a Cristo, à igreja, ao homem em geral e ao universo será plenamente executado (Is 40.8).²¹⁸

Após a renovação de todas as coisas nós estaremos com Deus, glorificados (Mt 5.8). Não precisaremos mais de uma revelação escrita para nos orientar no caminho

213 LOUW; NIDA, op. cit., #33.144, πληρόω, p. 404.

214 CARSON, 2018, p. 50-51.

215 SPROUL, op. cit., p. 86.

216 BEG³, p. 1628.

217 LLOYD-JONES, op. cit., p. 174.

218 HENDRIKSEN, 2010, p. 360.

da vida.²¹⁹ Até lá, porém, a Escritura continua sendo “lâmpada” para nossos “pés” e “luz” para nossos “caminhos” (Sl 119.105), e nossa oração continua sendo: “Ensina-me, SENHOR, o caminho dos teus decretos, e os seguirei até ao fim. Dá-me entendimento, e guardarei a tua lei; de todo o coração a cumprirei” (Sl 119.33-34).

7.2. A JUSTIÇA DOS DISCÍPULOS DE JESUS

Depois de falar sobre seu relacionamento com a lei e os profetas, Jesus se dirige a seus ouvintes, mencionando o “reino dos céus”: “Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus” (Mt 5.19).

Notemos a dinâmica de conduta, ensino e consequência. Uma pessoa viola um mandamento (conduta), depois ensina outras a fazer o mesmo (ensino), por isso é considerada mínima no reino dos céus (consequência). Outra pessoa observa o mandamento (conduta), ensinando outras a fazer o mesmo (ensino) e é considerada grande no reino dos céus (consequência). Esta dinâmica é tão importante que Jesus a menciona novamente quase no fim deste sermão, alertando sobre os falsos profetas, falantes e carismáticos, que não caminham em intimidade com ele e refestelam-se em iniquidade (Mt 7.15-23).

Vejam os ainda que, no versículo seguinte, Jesus menciona os “escribas e fariseus” (Mt 5.20). No restante de Mateus 5, ele compara suas ordenanças com os ensinamentos deles e, em Mateus 6, convoca seus discípulos para uma devoção distinta daquela encenada por eles. Mateus 5.19 se refere primariamente aos “que [...] se assentavam na cadeira de Moisés e pelos seus comentários corrompiam e desvirtuavam o texto”.²²⁰

Os “mandamentos” equivalem tanto à “Lei” e aos “Profetas”, dos v. 17-18, quanto às ordenanças de Jesus, proferidas a partir de 5.21.²²¹ De modo mais amplo, é possível aplicar este dito a toda a Bíblia, ou seja, *nossa atitude para com as Escrituras produz consequências*.

219 Calvino entendia diferente. Para ele, a expressão é apenas figurada, e Jesus está apenas indicando que “a verdade da lei, e de cada parte dela, é segura, e que nada tão durável pode ser encontrado em toda a estrutura do mundo. [...] mais cedo o céu desmoronará e toda a estrutura do mundo se tornará uma massa de confusão, do que a estabilidade da lei cederá”; cf. CALVINO, op. cit., p. 278. Tradução nossa.

220 HENRY, Matthew. *Novo Testamento: Mateus a João*. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010, p. 51 (Comentário bíblico Matthew Henry).

221 Agostinho (op. cit., I.VIII.20, p. 25) diz que o termo “menores”, no v. 19, tem relação com o “i” e o “til” da lei, mencionados no v. 18. Calvino (op. cit., p. 279) entende que “Cristo aqui fala expressamente dos mandamentos da vida, ou das Dez Palavras, que todos os filhos de Deus devem tomar como regra de suas vidas”. Nesta mesma direção seguem Hendriksen (2010, p. 361-362), Stott e Connelly (op. cit., p. 37), Rienecker (op. cit., p. 84) e Lloyd-Jones (op. cit., p. 186-187). Thielman (op. cit., p. 110) defende que “mandamentos” deva ser entendido como “o próprio ensino de Jesus como uma nova lei, comparável, em autoeidade, à lei de Moisés, mas diferente dela por ser seu ensino” e Carson (2018, p. 51), segue em direção semelhante, propondo que “a expressão ‘esses mandamentos’, [...] não se refere aos mandamentos da lei do Antigo Testamento, mas, sim, aos mandamentos do reino do céu, reino mencionado três vezes nos versículos 19 e 20. São os mandamentos já preceituados e os que ainda virão no sermão do monte”.

O verbo “violar”, na ARA, ARC, KJA, BJ e BPV, aparece como “desrespeitar”, na NAA, “desobedecer”, na NVI e NVT e “transgredir”, na TEB. O termo grego é *lyō*, cujo sentido primário é “liberar”; “soltar”; daí FL, “aquele que afrouxar [...]”. Trata-se de um desdobramento do ensino anterior. Assim como Jesus valoriza a lei e não veio para revogá-la, seus discípulos devem fazer o mesmo. Quem tiver a Palavra de Deus em alta conta, dispendo-se para praticá-la, e ensinar outras a fazerem o mesmo, será beneficiado, atualizando Daniel 12.3: “Os que forem sábios, pois, resplandecerão como o fulgor do firmamento; e os que a muitos conduzirem à justiça, como as estrelas, sempre e eternamente”. Por outro lado, aquele que fizer pouco caso das Escrituras, violando levianamente seus preceitos, racionalizando sua transgressão e ainda incitando outros a procederem de igual modo, será prejudicado.

O prejuízo é ser “considerado mínimo no reino dos céus” e o benefício, ser “considerado grande no reino dos céus”. Com base no v. 20, que é iniciado com a conjunção *gar*, “porque”; “pois”, e fala da entrada no reino dos céus, e ainda, Mateus 7.15-23, onde lemos que os iníquos não serão salvos, entendemos que Mateus 5.19 se refere à salvação e não a galardões.²²² Nesse ponto, concordamos com a leitura de Matthew Henry: “Aquele que faz isto será chamado o menor do reino dos céus, o reino da glória; ele nunca irá para lá, mas será eternamente excluído. Ele não fará parte do reino da igreja do evangelho”.²²³ Também abraçamos a interpretação de Ferguson:

Com estas palavras, Jesus está invertendo seu ensino anterior, de que entramos no reino de Deus pela graça? Claro que não. Ele, com isso, está dizendo que nosso proceder perante a lei de Deus é um indicador de nossa atitude para com o próprio Deus. Se tratamos a lei despreziosamente e encorajamos outros a fazerem o mesmo (se temos uma atitude decidida e intransigente de antagonismo em relação à lei divina), demonstramos ser estrangeiros à promessa da nova aliança em Cristo. Mas se amamos e guardamos até mesmo o menor dos mandamentos do Senhor e encorajamos outros a procederem de igual forma (se deliberadamente nos propusermos à obediência), temos uma marca clara de que amamos a Cristo e pertencemos ao seu reino.²²⁴

Stott também afirma que “é impossível entrar no reino sem obediência”.²²⁵ Trocando em miúdos, o fato de Jesus dizer que alguém pode ser considerado mínimo no reino dos céus não significa que esta pessoa irá para o céu e lá será considerada menor ou

222 Hendriksen (2010, p. 362) entende que Jesus se refere a diferentes graus de fidelidade e de glória no céu e no tempo da ressurreição. Carson (2010, p. 182) pensa igual e fala de “graduações de privilégio ou de desonra no reino”. Atkinson é mais modesto, admitindo que há compreensões diversas da passagem, mas optando pela ideia de salvação, como segue: “não é possível concluir se o Senhor se refere aqui aos que não têm valor no reino e que nele nunca entrarão ou se está indicando que haverá diferenças de posição e galardão entre os salvos no estado final. Cf. [Mt] 18.1-6. A primeira alternativa talvez seja a mais provável.; cf. ATKINSON, F. C. “Mateus”. In: DAVIDSON, F. (Org.). *O novo comentário da Bíblia*. Reimp. 1985. São Paulo: Vida Nova, 1963, v. 2, p. 953.

223 HENRY, op. cit., p. 51.

224 FERGUSON, op. cit., p. 115.

225 STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 37.

inferior. Esta pessoa não terá valor no reino do céu, ou seja, quando da manifestação deste reino, ela será condenada e não entrará nele (Rm 1.18,32; Ap 21.7-8,27; 22.11-15).

Convictos dessa verdade, nós cantamos com fé dependente da graça e animação de Deus:

Em Jesus confiar,
sua lei observar,
oh! Que gozo, que bênção, que paz!
Satisfeito guardar
tudo quanto ordenar,
alegria perene nos traz.

Crer e observar
tudo quanto ordenar!
O fiel obedece
ao que Cristo mandar!²²⁶

Por fim, *a justiça proposta por Jesus extrapola a religiosidade dos escribas e fariseus*. É o que consta em Mateus 5.20: “Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus”.

Primeiro, vejamos o conceito bíblico amplo de justiça. Na *Enciclopédia bíblica Baker*, o verbete “justiça” é explicado como:

Conformidade com um certo conjunto de expectativas, que variam de função para função. Justiça é o cumprimento das expectativas em qualquer relacionamento, seja com Deus ou com outras pessoas. É aplicável em todos os níveis da sociedade e é relevante em todas as áreas da vida. Portanto, a retidão denota as expectativas satisfeitas nos relacionamentos entre marido e mulher, pais e filhos, concidadãos, empregador e empregado, comerciante e clientes, governante e cidadãos, e Deus e o homem. Dependendo do cumprimento das expectativas de alguém, um indivíduo pode ser chamado de justo e seus atos e palavras podem ser designados como justos. O oposto de justo é “mau”, “perverso” ou “errado” (cf. Sl 1.6; Sf 3,5). A retidão é a fibra que mantém unida a sociedade, a religião e a família. A retidão aumenta o bem-estar da comunidade. Uma pessoa piedosa [...] era chamada de “justa” (*ṣaddîq*). O *ṣaddîq* era uma pessoa de sabedoria, cuja “retidão” trazia alegria para sua família (Pv 23.22-25), para sua cidade (Pv 11.10) e para o povo de Deus (Pv 29.2).²²⁷

Ao dizer que são “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”, Jesus identifica seu seguidor como “justo” ou *ṣaddîq*.

Segundo, desdobrando o que vimos no v. 17-19, a justiça proposta por Jesus equivale a amar a lei do Senhor, pois, “o propósito da vinda de Jesus foi o de capa-

²²⁶ SAMMIS, J. H.; GINSBURG, S. L. “Hino 110-A, Crer e observar”. In: MARRA, op. cit., p. 87.

²²⁷ “Righteousness” (“Justiça”). In: ELWELL, Walter A.; BEITZEL, Barry J. *Baker encyclopedia of the Bible*. Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1988, p. 1860. Logos software. Tradução nossa.

citar-nos a observar a lei, e não o de revogá-la. Isso posto, ele enfatiza aqui que [...] devemos ser-lhe obedientes”.²²⁸

Terceiro, a justiça proposta por Jesus, em Mateus 5.20, não equivale a “justiça própria” ou legalismo rigorista, pois essa pretensa “justiça”, os fariseus já praticavam (Lc 18.9-14). O discipulado cristão nos introduz em uma caminhada que, ainda que enseje luta, provê descanso, paz e alegria em Jesus (Mt 11.28-30; Jo 14.27; 16.24,33). Em outro lugar, Paulo explica que “o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo. Aquele que deste modo serve a Cristo é agradável a Deus e aprovado pelos homens (Rm 14.17-18).

Quarto, a justiça proposta por Jesus é, antes de tudo, justiça *de* Jesus, graciosamente atribuída aos que creem nele. Justiça dada por Jesus aos que foram “salvos de seus pecados” pela fé nele como “Emanuel (que quer dizer: Deus conosco)” (Mt 1.21). Justiça como dádiva de Jesus aos arrependidos e alcançados pelo reino dos céus (Mt 4.17). Justiça como bênção de Jesus aos chamados de suas vidas para o serviço dele (Mt 4.18-22). Justiça de Jesus aos curados e libertados pelo poder dele (Mt 4.23-24). Justiça como ação que brota da alma encontrada e nutrida pelo amor de Deus, jungindo obras e misericórdia, dever e graça. Esta justiça deve existir na vida dos discípulos.²²⁹

Quinto, a justiça proposta por Jesus não equivale a impecabilidade antes da glorificação. Pelo menos duas das bem-aventuranças implicam consciência de pecado individual (Mt 5.3-4) e outras três, pecado social (Mt 5.7,9-11). Nós ainda lidamos com imperfeições. Viver segundo a justiça proposta por Jesus, que excede “em muito a dos escribas e fariseus”, equivale a prosseguir neste mundo certos de que Deus nos ama e estamos seguros sob os cuidados dele (Mt 6.1-34). Significa desejar, a cada dia, viver da melhor maneira possível, segundo a Palavra dele e para o louvor dele (como verdadeiros “judeus”, no sentido espiritual; cf. seção 3.1).

Concluindo, as palavras de Jesus, em Mateus 5.17-20, atestam o quanto, para ele, o respeito às Escrituras e sua prática são coisas sérias. Jesus não brinca com a lei; para ele, a lei é verdade e norma a ser seguida. Trata-la com leviandade é sinal de que a graça salvadora não alcançou nosso coração. Quem despreza a Bíblia e ainda ensina outros a desprezá-la, por mais que se diga cristão, não passará pelo crivo do tribunal divino, pois não deu importância ao que Deus revelou e exaltou. Por outro lado, valorizar a Palavra e observá-la sinaliza desfrute da graça maravilhosa. Os que movidos por fé e amor assim fizerem, serão considerados “grandes” no reino dos céus, ou seja, experimentarão não a ira, mas a aprovação amorosa de Deus, seu Pai celestial.

O verdadeiro crente tem a lei como revelação do amor de Deus, e motivado por esse amor deseja observá-la (cf. Sl 119.140-144). No culto da sinagoga, havia

²²⁸ LLOYD-JONES, op. cit., p. 268.

²²⁹ Cf. “*Tsedaqah*”. In: THOMAS, Robert L. *New american standard hebrew-aramaic and greek dictionaries: Updated edition*. Anaheim: Foundation Publications, Inc., 1998, #6665-66; LAPIDE, op. cit., p. 24-28.

um momento para agradecer a Deus pela revelação da lei. Essa parte da liturgia se chamava simplesmente “*ahavá*, isto é, amor. Porque a plenitude do amor celestial, manifestado no dom gracioso da Torá, é o motivo da ação de graças diária dos judeus [...]. A Torá foi dada por amor e é por amor que ela é observada”.²³⁰

²³⁰ LAPIDE, op. cit., p. 20.

CAPÍTULO OITO

O REINO DE DEUS E O RESPEITO ÀS PESSOAS

Após mostrar que a lei tem valor até a consumação do século, e de alertar os discípulos para a necessidade da justiça melhor, o Senhor Jesus Cristo volta-se para as ordenanças do reino. Ele as enuncia baseando-se na lei do Antigo Testamento, do seguinte modo:

1. Em Mateus 5.21-26, Jesus discorre sobre o sexto mandamento, “não matarás” (Êx 20.13).
2. Em Mateus 5.27-30, Jesus explica o sétimo mandamento, “não adulterarás” (Êx 20.14).
3. Em Mateus 5.31-32, ele se pronuncia sobre o divórcio, evocando Deuteronômio 24.1-4.
4. Em Mateus 5.33-37, nosso Senhor interpreta o terceiro e o nono mandamentos (Êx 20.7,16), desdobrados na instrução para não cometer perjúrio, de Levítico 19.11-12.
5. Em Mateus 5.38-41, o Redentor dá seu parecer sobre o entendimento corrente do direito à retaliação (cf. Êx 21.23-25).
6. Por fim, em Mateus 5.43-48, Jesus discorre sobre o amor ao próximo, cravado em Levítico 19.18.

Jesus aborda inclinações próprias de nossa condição humana: ira, rotulação e tendência a coisificar e descartar. Além disso, desconfiança, ânsia por retaliar e aversão ao outro, tido por inimigo ou diferente. Neste capítulo, olharemos mais de perto para as primeiras três inclinações, verificando que nosso Senhor critica a forma como reagimos às circunstâncias e tratamos o outro humano. Jesus nos ajuda a entender que o reino possui não apenas verticalidade — a devoção da alma ao Criador —, mas também horizontalidade — um modo prescrito por ele mesmo, de interação respeitosa com o próximo.

8.1. “OUVISTES QUE FOI DITO AOS ANTIGOS [...] EU, PORÉM, VOS DIGO [...]”

Alguns chamam esta parte do sermão do monte de “as seis antíteses”. Isso é compreensível, pois todo o trecho, de Mateus 5.21-48, pode e deve ser lido como um embate entre Jesus e a liderança religiosa de Israel. A seção contém exemplos prá-

ticos da justiça que ultrapassa à dos “escribas e fariseus” (Mt 5.20). O contraponto de Jesus a entendimentos vigentes é acentuado nas afirmações “ouvistes o que foi dito [...] eu, porém, vos digo” (Mt 5.21-22,27-28,33-34,38-39,43-44). É debatido se a designação “antíteses” é adequada para nomear esta seção, porque uma antítese é uma “oposição entre duas palavras ou ideias”²³¹ e, como vimos, Jesus não se opõe à lei judaica. O teólogo da Universidade Hebraica em Jerusalém, Pinchas Lapide, vê Jesus como mestre muito próximo do judaísmo da sinagoga, expondo o verdadeiro sentido da Torá.²³² Do lado evangélico, Darrell Bock defende que “Jesus introduz a unidade não como contraste para a Lei, mas como uma realização dela. Assim, esse rótulo [antítese] desvirtua o objetivo mais fundamental de Jesus: ele veio cumprir a Lei”.²³³ E complementa:

Parece que aqui Jesus está tratando da acusação de ser antinômico, uma vez que suas controvérsias sugeriram uma abordagem à Lei diferente do pensamento tradicional. Sua réplica mostra que ele procura um padrão que vê a Lei de uma perspectiva interna, não externa.²³⁴

Jesus conduziu a Lei a seu “cumprimento escatológico”.²³⁵ Enquanto a Lei, olhada apenas pelo ângulo jurídico, julga comportamentos ou atos externos, as ordenanças do Redentor nos colocam diante do escrutínio interior, de nossa própria consciência, e do tribunal divino.

[...] a Lei não poderia julgar o estado do coração da pessoa. Por isso, o assassinato poderia ser proibido como forma de redução do número de pessoas mortas por outros seres humanos, porém, [...] [a] fúria latente, originadora do assassinato, [...] essa emoção interior não poderia ser julgada pelos tribunais. Determinados atos de adultério poderiam ser proibidos como forma de evitar que maridos abusassem das mulheres, porém o abandono emocional existente no cerne desses atos adúlteros é conhecido apenas por Deus e pelos culpados. As motivações pecaminosas suscitadoras do assassinato e do adultério encontram-se fora do alcance das evidências exigidas pelos tribunais.²³⁶

Jesus não contradiz a Lei, mas interpretações equivocadas dela. “Eu, porém, vos digo”, não implica contestação e sim, explicações e aplicações da Lei. Nestas, Jesus convoca seus discípulos à convivência respeitosa, fiel e pacífica com o próximo, demonstrando que seu reino difere absolutamente do slogan “guerra é paz, liberdade é escravidão e ignorância é força”, do partido que governa Oceânia, na ficção *1984*.²³⁷

231 “Antítese”. In; FERREIRA, op. cit., loc. cit.

232 LAPIDE, op. cit., p. 44-123.

233 BOCK, op. cit., p. 123.

234 Ibid., loc. cit.

235 THIELMAN, op. cit., p. 108.

236 Ibid., loc. cit.

237 ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2020, p. 12.

Como vimos na seção 7.2, o reino de Jesus é constituído de “justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (Rm 14.17).

8.2. O REINO DE DEUS NÃO É EDIFICADO COM IRA PECAMINOSA

Jesus distingue o reino de Deus dos deste mundo. Em outro lugar, respondendo a um pedido de Tiago e João, para que se assentassem ao seu lado, na glória, Jesus afirmou que “os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiores exercem autoridade” (Mc 10.42). Entre seus discípulos não seria assim, pois “quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será servo de todos” (Mc 10.43-44). Impérios deste mundo são estabelecidos por força e ira humanas, mas o reino dos céus, não. Nosso Senhor explica isso em Mateus 5.21-26.

21 Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento.

22 Eu, porém, vos digo que todo aquele que [sem motivo] se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo.

23 Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, 24 deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faz a tua oferta. 25 Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz, ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. 26 Em verdade te digo que não sairás dali, enquanto não pagares o último centavo.

O “não matarás”, promulgado por Deus no Sinai (Êx 20.13), exige que os crentes não se entreguem ao ódio. O apóstolo João declara que “todo aquele que odeia a seu irmão é assassino; ora, vós sabeis que todo assassino não tem a vida eterna permanente em si” (1Jo 3.15). O v. 22 assusta, ao informar que “todo aquele que [sem motivo] se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento”. A expressão “sem motivo”, na ARA, aparece entre colchetes, sinalizando que tais palavras não constam em todos os manuscritos do Novo Testamento, por isso, na NAA, lemos apenas que “todo aquele que se irar contra o seu irmão estará sujeito a julgamento”.

Em seguida, temos o dito “se irar”, traduzindo *orgizō*, “zangar-se”; “enfurecer-se”. Daí, na ARC e BJ, “se encolerizar”; na BPV, “todo aquele que ficar com raiva” e, em FL: “todo o que se zanga”.

Antes de prosseguir, observemos que existe ira santa. A ira de Deus é santa (Sl 7.11-13). A ira de Jesus, expulsando os vendilhões do templo, é santa (Jo 2.13-16). A ira do crente, por conta das injustiças ofensivas a Deus, é santa; é possível se irar sem pecar (Sl 139.19-22; Ef 4.26). O ideal de um ser humano sereno e imune às paixões, jamais tomado por indignação, combina com a religiosidade grega ou oriental, mas não com a cristã. John Stott está correto, quando afirma que:

Nem toda raiva é maligna. Deus muitas vezes manifesta sua santa ira, e até mesmo Jesus expressou raiva às vezes. Nós, como seres humanos caídos, podemos sentir uma ira justa contra a injustiça ou a crueldade. Jesus está se referindo à ira pecaminosa, à ira do orgulho, ódio ou vingança.²³⁸

O objeto da zanga é identificado, “seu irmão” (v. 22). Jesus usa uma palavra que se aplica ao parentesco biológico (*adelphos*), mas que também designa “uma pessoa que vive perto de outras e que, portanto, por implicação, faz parte do chamado ‘grupo interno’, isto é, o grupo com o qual um indivíduo se identifica tanto étnica quanto culturalmente — ‘vizinho’”.²³⁹ No Novo Testamento, este termo designa os irmãos em Cristo.

A frase “estará sujeito a julgamento” acentua o potencial destrutivo da ira pecaminosa. Os v. 21-22 apresentam uma gradação, do “julgamento” em primeira instância (*krisis*), para o “julgamento do tribunal” conciliar (*synedrion*) e, por fim, a *geenna* ou “inferno de fogo”; do juízo dos homens ao juízo escatológico.

Para piorar, a ira pode convergir para desrespeito humano (v. 22). Stott diz que “são mencionados insultos nesses versículos — palavras que ‘matam’ e ferem de maneira tão profunda quanto uma faca”.²⁴⁰ Na ARA, temos “e quem *proferir um insulto* a seu irmão” (grifo nosso), sendo que outras versões (ARC, NVI, FL) acentuam o aramaismo *rhaka*, “cabeça-oca”; traduzido como “cretino” (BJ); “imbecil” (BPV, TEB) e “estúpido” (NVT). O segundo insulto é “tolo” (ARA, NAA), traduzindo *mōros*, “imprudente”, que aparece como “louco” (na ARC, NVI, NVT, TEB) e “idiota” (na BPV).²⁴¹ Não é sem razão que lemos na paráfrase *A mensagem*: “Chame um irmão de ‘idiota’, e você corre o risco de parar num tribunal. Chame sua irmã de ‘burra’, e estará no limiar do inferno”.

Isso pode parecer exagerado, mas como explica Ferguson:

Jesus reconheceu que não temos noção para julgar quão descuidados conseguimos ser no falar e como isso é grave; nesse sentido, ele declara que não somos confiáveis. Com nossos próprios lábios ferimos pessoas, daí tentamos tratá-las com medicamentos brandos demais, uma vez que não vemos o rastro de cadáveres que deixamos para trás. É por isso que Jesus arromba nosso torpor moral, dizendo-nos quão sério tudo isso é aos olhos de Deus.²⁴²

Eu estudei sobre esta passagem nas devocionais matutinas das quartas-feiras (*café com o pastor*, toda quarta, às 6h30), nos meses finais da pandemia de Covid-19, em 2021. Na época, era impressionante o furor das discussões nas redes sociais, sobre diferentes assuntos (pandemia, política, eclesiologia e escatologia). Muitos

²³⁸ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 40.

²³⁹ LOUW; NIDA, op. cit., #11.89, γείτων, ονος; περίοικος, ου; πλησίον; ἀδελφός, p. 134.

²⁴⁰ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 40.

²⁴¹ LOUW; NIDA, op. cit., #32.55, μωρός, p. 386; HENDRIKSEN, op. cit., p. 367.

²⁴² FERGUSON, op. cit., p. 125.

conteúdos compartilhados naqueles dias incitavam à rotulação, ódio e medo. De vez em quando alguém lia uma postagem ou assistia a um vídeo e respondia com um comentário desrespeitoso achando que, com aquilo, contribuía para o progresso do reino de Deus. Eu fiquei impressionado com a facilidade com que um pastor denominava outro e cristãos com termos depreciativos. E me assustou como evangélicos “curtiam” os comentários ou postagens de ódio.

Em 2018 eu publiquei um livro afirmando que o ambiente das mídias sociais ou aplicativos de mensagens não é o melhor para propiciar debate sadio e entendimento sobre questões complexas.²⁴³ Pelo contrário, redes sociais e aplicativos de mensagens incitam à desinformação e ao que Byung-Chu Han denomina *shitstorm*.

Shitstorm, traduzido tipicamente como “tempestade de indignação”, [...] é o termo usado para descrever campanhas difamatórias de grandes proporções na internet contra pessoas ou empresas, feitas devido à indignação generalizada com alguma atitude, declaração ou outra forma de ação tomada por parte delas.²⁴⁴

Han argumenta que estas ondas produzem a sociedade do escândalo e da indignação e o enxame digital. As pessoas se aglomeram no ambiente on-line, mas o resultado disso é somente *barulho*.²⁴⁵ Trocando em miúdos, publicar indignação ou xingar uma pessoa, instituição ou ideologia on-line não muda o mundo para melhor.

O apóstolo Tiago reafirmou o ensino de Jesus, com outras palavras: “Sabeis estas coisas, meus amados irmãos. Todo homem, pois, seja pronto para ouvir, *tardio para falar, tardio para se irar*. Porque a ira do homem não produz a justiça de Deus” (Tg 1.19-20; grifo nosso). Poderíamos parafrasear isso, como segue: “Todo homem, pois, seja pronto para ouvir, tardio para compartilhar ou comentar nas mídias sociais, tardio para se irar”. Uma lógica para comentários, extraída da própria internet, nos ajuda com isso. Antes de comentar algo, é bom averiguar se o que diremos é necessário ou ofensivo, se corresponde a fatos e se é algo que gostaríamos que escrevessem sobre nós (figura 01).

Em Mateus 5.23-26, Jesus destaca que os ressentimentos não tratados prejudicam o culto e exigem solução rápida. Antes de apresentar a Deus nossas ofertas, se soubermos que alguém tem algo contra nós, temos de primeiro buscar reconciliação (Mt 5.23-24). Isso não deve ser deixado para depois; é preciso resolver a pendência enquanto há tempo (Mt 5.25-26).

Para Jesus, odiar ou ofender o irmão corresponde a transgredir o sexto mandamento. Não desejaria aqui Jesus dizer a seus discípulos e ouvintes judeus: “Antes de vocês ganharem os romanos, devem ganhar uns aos outros”? Havia ódio e divisão entre os próprios judeus? Que diziam os zelotas dos saduceus e dos fariseus? Que

243 NASCIMENTO, Misael. *Igreja real na cultura digital*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018, p. 34-37.

244 HAN, Byung-Chul. *No enxame: Perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 14.

245 HAN, op. cit., p. 11-34.

diziam os fariseus do povo? O que dizia o povo da aristocracia judaica e dos publicanos? Um povo que “matava a si mesmo”, poderia ser forte?



Figura 01. Lógica simples para comentários.

Aplicamos o dito de Jesus à igreja e aos cristãos. Sabemos conviver com nossas diferenças, sem nos destratarmos mutuamente? A cidadania do reino deve extirpar de nosso meio o ressentimento e as disputas que “matam”. No seu conhecimento perfeito do ser humano e seus problemas, Jesus adverte: “Cuidado com os começos!” A indignação catalisa reações que podem imbricar em morte. Este tipo de ira não constrói nada de bom; nenhuma relação sadia é edificada sobre ela. O reino de Deus não é introduzido pela raiva dos homens.

Esta ordenança desdobra o que consta na terceira, quinta e sétima bem-aventuranças, sobre ser manso, misericordioso e pacificador (Mt 5.5,7,9). Abençoados são estes!

8.3. O REINO DE DEUS É IMPLANTADO SEM COISIFICAR OU DESCARTAR PESSOAS

Depois de explicar e aplicar o sexto mandamento, Jesus aborda o Mandamento seguinte e o entendimento corrente sobre o divórcio.

27 Ouvistes que foi dito: Não adulterarás.

28 Eu, porém, vos digo: qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela.

29 Se o teu olho direito te faz tropeçar, arranca-o e lança-o de ti; pois te convém que se perca um dos teus membros, e não seja todo o teu corpo lançado no inferno.

30 E, se a tua mão direita te faz tropeçar, corta-a e lança-a de ti; pois te convém que se perca um dos teus membros, e não vá todo o teu corpo para o inferno.

31 Também foi dito: Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio.

32 Eu, porém, vos digo: qualquer que repudiar sua mulher, exceto em caso de relações

sexuais ilícitas, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que [se] casar com a repudiada comete adultério (Mt 5.27-32).

Jesus comenta a interpretação vigente do mandamento “não adulterarás” (Êx 20.14). O adultério é a infidelidade conjugal e Jesus aborda este problema em duas etapas, informando que tal pecado inicia no coração e analisando sua mais séria consequência, que é o divórcio.

8.3.1. A DIGNIDADE ULTRAJADA: O SER HUMANO COISIFICADO (MT 5.27-30)

Para Jesus, o mal do adultério reside não apenas no ato em si, mas no desejo inicial de cometê-lo: “Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela” (Mt 5.27-28). Há uma relação entre o adultério (sexto mandamento) e a cobiça (décimo mandamento; Êx 20.17). O adultério deflui da cobiça do coração, que é pecaminoso. Jesus exorta: “Sufocai a cobiça, matai-a quando se mostra nascente no coração!”

A diferença entre pensamento e ato é apenas exterior e de consequência. Os homens avaliam o que se vê, mas Deus enxerga o coração (1Sm 16.7; Sl 19.12; 139.1-4). Jesus não ensina algo novo, uma vez que o patriarca Jó afirmou, séculos antes: “Fiz aliança com meus olhos; como, pois, os fixaria eu numa donzela? Que porção, pois, teria eu do Deus lá de cima e que herança, do Todo-Poderoso desde as alturas?” (Jó 31.1-2). O sábio alertou para a importância dos mandamentos, “para te guardarem da vil mulher e das lisonjas da mulher alheia. Não cobices no teu coração a sua formosura, nem te deixes prender com as suas olhadelas” (Pv 6.24-25). Antes de Cristo, outro judeu, Jesus Sirac já dizia: “Não se entregue às prostitutas, para não perder sua própria herança. Não fique olhando pelas ruas da cidade, nem vagando em lugares isolados. Desvie o seu olhar de uma mulher bonita e não fite uma beleza que não lhe pertence” (Eclesiástico [Eclo] 9.7-8a; BPV). Os conselhos iam mais longe, como segue: “Nunca se assente à mesa ao lado de mulher casada, nem comemore com ela tomando vinho, para você não ficar atraído por ela e acabar caindo na ruína” (Eclo 9.9; BPV). Diz ainda uma interpretação antiga do sétimo mandamento:

O verbo hebraico “adulterar” é composto de quatro consoantes, “para te advertir que não adulteres nem com as mãos, nem com o pé, nem com o olho, nem com o coração” (*Midrasch Hagadol*, sobre Êxodo 20.14). Bem parecido com a advertência de Jesus é o axioma de Resh Lakish: “Não penses ser adúltero apenas aquele que comete adultério corporalmente; também é adúltero aquele que cobiça com os olhos” (Lev. Rabá 23).²⁴⁶

Quando desejamos uma pessoa em nosso coração, nós “a possuímos”, “tomamos posse” dela em nossa mente. Nós a consideramos como *objeto* para nossa satisfação, a tratamos como *coisa*. Essa coisificação do ser humano é condenada por Jesus. Outro

²⁴⁶ LAPIDE, op. cit., p. 53.

ponto a considerar diz respeito à pessoa enganada, tida como “tola”, pois quem trai seu cônjuge o trata sem o respeito devido, como a um “idiota” e, portanto, torna-se réu de assassinato (cf. Mt 5.21-22). É duplo o pecado cometido. Finalmente, quem adultera engana e fere a si mesmo, pois, ao esculpir na alma a hipocrisia, o adultério se desdobra em culpa, ódio a si mesmo e desespero.

Por isso diz o Senhor Jesus: “Cortem a cobiça pela raiz! Não a deixem florescer. Paguem o preço que for necessário para extirpá-la, pois ela pode levá-los ao inferno” (Mt 5.29-30). Aqui Jesus fala de uma condenação eterna (a *geenna* ou “inferno”). No entanto, cremos que não é ferir o texto, afirmar que quem adultera já estabelece um inferno aqui, para si e para as pessoas envolvidas em sua transgressão.

Jesus tem como absoluta a verdade já afirmada, que só os “limpos de coração” verão a Deus (Mt 5.8). Em outro lugar, lemos que o servo de Deus deve seguir “a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14). No adultério a paz com o próximo é quebrada e escamoteada, fruto de fingimento. A santificação é desconsiderada. Jesus diz que há duas opções, salvação que purifica a vida ou impureza que a condena, pois os que nutrem o adultério na alma, tratando pessoas como objetos para uso e descarte, irão de corpo e alma para a *geenna*.

O povo clamava por justiça diante da ocupação romana, enquanto suas famílias eram profanadas por adultério. Para alguns judeus da época de Jesus, existiam duas formas de medir justiça. O romano oprimir o povo judeu era pecado; cobiçar e ser regido pela cobiça interior não era pecado. Pensavam em exterminar a injustiça exterior (a opressão romana), mas Jesus lhes chama a eliminarem a injustiça que brota do coração, causadora de todas as outras injustiças. Por que os romanos tomaram a Palestina? Por cobiça. Por que um homem adultera? Por cobiça. As ações externas são diversas, mas a causa é uma só; elimine-se a causa e os efeitos serão cortados.

Admitindo a citação longa, concluímos com aplicações propostas por Ferguson:

Como, então, podemos manter nossos caminhos puros? As intensas ilustrações que Jesus apresenta dão-nos uma série de princípios gerais de grande importância.

1. Compreenda para onde as concupiscências do pecado o conduzirão, caso você ceda. Jesus declara que o inferno é para onde todo pecado nos direciona (Mt 5.29-30). Tenha essa verdade sempre em mente.

2. Lide com a verdadeira causa de seu pecado. Se é o olho direito que o faz pecar, Jesus diz, arranque-o. Podemos, em vez disso, substituir por alguma outra medida? Não, Jesus diz.

A maioria de nós compreende o que ele quer dizer. Não obstante, oferecemos substitutos a Deus. Se somos capazes de preservar aquela nossa concupiscência favorita, então também estaremos prontos a sacrificar outras coisas. Leremos mais a Bíblia, participaremos dos cultos de oração com maior frequência, nossa oferta será sacrificial. Podemos mesmo estar preparados para doar-nos em medida muito maior à obra do Senhor — que seja tudo, exceto arrancar nosso “olho direito”. Mas deixar de arrancá-lo não pode remediar nada, nem com ofertas substitutas de obediência e sacrifício.

3. Aja decididamente, imediatamente, mesmo que seja doloroso. Jesus descreve de forma terrível aquilo que outros autores do Novo Testamento chamam de “mortificação”. É como arrancar seu próprio olho ou cortar fora um membro do seu corpo. Causará dor, lágrimas e sangue. Haverá sintomas de abstinência depois da amputação. As consequências parecerão praticamente insuportáveis. Mas a natureza drástica da solução é simplesmente o que indica o perigo radical e absoluto do pecado. Não é um caso de negociação. A obediência não pode ser negociada, assim como céu e inferno também não podem.

4. Sobretudo, esteja consciente de que a concupiscência que habita em você não é tudo na vida, e pese na balança tudo o que será seu, se você abandonar suas influências. É melhor perder seu próprio olho e conservar seu corpo do que perder tudo perecendo no inferno, Jesus assevera.

O que acontece quando somos pegos em algum pecado específico? Tornamo-nos objetos de chantagem. Pensamos, ou Satanás diz: “Se você lidasse com esse pecado como Jesus disse para fazê-lo, o que sobrarão para você? Pense na jornada imensa que é a recuperação espiritual. Pense nas coisas que você perderá, se disser não”. Tal é a natureza do engodo e da escravidão do pecado que este se torna a nossos olhos uma obsessão doentia. Ele exige de nós tudo o que pudermos dar.

Mas Jesus nos dá esperança apresentando-nos uma nova perspectiva. Arranque o olho que faz com que você peque, mas salve a sua vida. Sim, talvez você tenha cometido um pecado que jamais será capaz de apagar da memória, mesmo que lhe seja perdoado. Mas, ainda assim, você terá dado passos rumo ao caminho da vida e se afastado das veredas que conduzem à morte. Não se deixe enganar ou ser enganado entregando-se ao desespero do pecado.²⁴⁷

Jesus prossegue com suas ordenanças. Não apenas temos de evitar usar pessoas, na prática de promiscuidade sexual; também não podemos coisificar e descartar nosso cônjuge, por meio de divórcio leviano.

8.3.2. O SER HUMANO DESCARTADO: A REGULAMENTAÇÃO DO DIVÓRCIO (MT 5.31-32)

Depois de abordar a questão do adultério, nosso Senhor se pronuncia sobre o divórcio, como segue: “Também foi dito: Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio” (Mt 5.31). Jesus alude à regulamentação do divórcio, de Deuteronômio 24.1: “se um homem [na *Bíblia hebraica*, יָדָה; “varão”; “esposo”] [...]; e se ele lhe lavar um termo de divórcio [...]”. O documento de repúdio podia ser oficializado, caso o marido encontrasse na esposa “coisa indecente” (Dt 24.1). O ponto de discussão é: O que configura esta “coisa indecente”?

Em outro lugar, fariseus tentam experimentar Jesus com a seguinte pergunta: “É lícito ao marido repudiar a sua mulher por *qualquer* motivo?” (Mt 19.3; grifo nosso). Parece que alguns intérpretes da lei eram flexíveis demais, quanto ao significado de “coisa indecente”, facilitando o divórcio irrefletido. Tasker acerta ao defender que:

Esta era uma das passagens que alguns dos fariseus costumavam citar para justificar uma atitude muito mais liberal quanto ao divórcio do que foi nela permitido. [...] Jesus não desautoriza a lei que permitia o divórcio quando o marido

²⁴⁷ FERGUSON, op. cit., p. 133-135.

achasse “coisa indecente” em sua esposa, mas condena a interpretação frouxa destas palavras, tão comumente adotada naquele tempo.²⁴⁸

No texto hebraico de Deuteronômio 24.1, “indecente” tem conotação sexual, pois traduz *’er-wā(h)*; “nudez”; “genitália”. Jesus reafirma a lei declarando que o divórcio é permitido exclusivamente “em caso de relações sexuais ilícitas”. Propor o divórcio por outra razão implica expor a esposa repudiada “a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério” (Mt 5.32). Para Jesus, a “mulher” repudiada no divórcio leviano continua sendo “esposa”; qualquer vínculo sexual dela depois do pretense divórcio, configura adultério. Se o adultério corresponde a coisificar um ser humano, o divórcio corresponde a descartá-lo.

Em Mateus 19.8, Jesus afirma: “Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossa mulher”. O divórcio é uma saída de emergência; uma última saída. É como o indivíduo que está num barco em chamas, mas não sabe nadar. Olha para o mar que se revolta abaixo dele; depois, para as labaredas que crescem e vêm em sua direção. Qual sua saída? Ele não pensa mais que duas vezes e pula na água, pois lá, poderá ser salvo nos botes salva-vidas, ou se agarrar aos destroços da embarcação. Se ficar no navio, será incinerado. Tal pessoa tem de escolher entre dois males e opta pelo menor. Assim é com relação ao divórcio. Jesus o permite como um mal menor, nunca o aconselha, nem o aprova.

Nesses termos, a lei do divórcio foi dada por Moisés não para facilitar a separação, mas para reprimi-la. Dentre os povos semíticos e orientais, não era raro a mulher ser descartada, tida como objeto a ser possuído por um tempo e depois jogado fora. Sob a orientação de Deus, Moisés orientou os israelitas a restringir este ato. A mulher devia ser tratada com dignidade. Não podia ser “trocada” a bel-prazer do homem. Não. O casamento só podia ser desfeito por infidelidade. O proponente do divórcio tinha de entregar à mulher um “termo de divórcio”, que atestava que os ex-cônjuges estavam oficialmente divorciados. Este termo garantia indenização à mulher. Lapide explica que:

Desde o fim da monarquia, o divórcio passou a ser dificultado progressivamente — em favor da esposa e para salvar, se possível, o matrimônio. Para evitar que o marido desse um passo irrefletido, estabeleceu-se um processo no tocante ao teor, à redação e à entrega do libelo de repúdio. Já no dia das bodas a mulher recebia um documento no qual, para o caso de divórcio, se estipulava uma considerável soma de indenização [...].²⁴⁹

Ele esclarece ainda que:

[...] surgiu Simão, filho de Shetah, que ordenou o seguinte contrato: “Todos os meus bens servirão de fiança para a soma da indenização dela” (Ket 82b). Esta

²⁴⁸ TASKER, op. cit., p. 52.

²⁴⁹ LAPIDE, op. cit., p. 61.

disposição do rabi Simão (100 a.C.), por um lado, dificultava o divórcio, por outro, garantia a indenização; ambos os aspectos redundaram no apoio da posição jurídica da esposa.²⁵⁰

Mesmo assim, alguns rabinos acreditavam que o verdadeiro piedoso busca perdoar seu cônjuge, em caso de adultério. Diziam eles o seguinte:

Se um homem tomar uma mulher e achar nela coisa indecente, poderá lhe lavar um termo de divórcio (Dt 24.1-3 et seq.), mas o Santo, bendito seja o seu nome, não agiu assim; quando Israel o abandonava e adorava outros deuses, ele lhes disse: “Ora, tu te prostituíste com muitos amantes; mas, ainda assim, torna para mim, diz o SENHOR” (Jr 3.1b) [E ainda:] “Voltai, ó filhos rebeldes, eu curarei as vossas rebeliões” (Jr 3.22a).²⁵¹

A lei que regulamenta o divórcio está embasada no amor de Deus pelos seres humanos. Deus, que é amor, sabe que, devido à nossa pecaminosidade, podemos destruir relacionamentos que deveriam ser permanentes. Se isso for inevitável, pelo menos que a parte mais frágil tenha algum apoio legal para suportar melhor as consequências da família partida.

Para Jesus não existe divórcio por incompatibilidade de gênios, ou qualquer outro motivo, senão o adultério. Não é sem razão que, em Mateus 19, após serem ensinados sobre matrimônio e divórcio, os discípulos entenderam que nem todos são aptos para o casamento (Mt 19.10-12).

Desde a época de Jesus, entre os pagãos e na cultura pós-cristã contemporânea, propõe-se que as pessoas não se casem; simplesmente aliviem seus desejos sexuais quando e com quem quiserem, sem qualquer compromisso pactual vitalício. Ou ainda, que se casem, mas entendendo que podem “pular fora” do casamento quando bem entenderem (a relação no casamento é semelhante a um *test drive* e o cônjuge, a um objeto que a gente descarta e substitui quando envelhece, quando passa a dar dor de cabeça, gastar demais ou perder desempenho). Para Deus, no entanto, existem somente duas opções:

1. Pureza sexual no casamento monogâmico vitalício (o marido e a esposa desfrutando de relações exclusivamente um com outro, até o fim da vida de um dos cônjuges);
2. pureza sexual como um “eunuco” (Mt 19.12; abstinência de intercurso sexual como solteiro, separado, divorciado ou viúvo).

No casamento bíblico não há caminho fácil de retorno; nenhum tipo de “atalho” baseado em divórcio leviano. O divórcio é mal menor e não remédio eficaz. O remédio eficaz é o perdão, a volta ao diálogo e ao trato respeitoso, que dignifica o

²⁵⁰ Ibid., loc. cit. Nos tempos bíblicos, era difícil uma mulher divorciada conseguir se sustentar por conta própria.

²⁵¹ Ibid., p. 62.

outro, a confiança do casal na graça curadora de Jesus e o investimento no cônjuge como a pessoa mais importante a ser agradada e cativada (1Co 7.33).

O que deve a igreja dizer do divórcio?

Jesus é enfático e inflexível, quando se dirige aos hipócritas, mas gentil com os humildes e arrependidos. Entendendo que muitos dos que se achegam à igreja provêm de experiências moldadas pela cultura pós-cristã contemporânea, cabe à igreja rejeitar o divórcio e acolher o divorciado, nos termos do evangelho. Admitimos que melhor do que o divórcio é a reconciliação do casal, sem julgar os divorciados temerariamente. Os divorciados são amados por Deus; devemos também amá-los.

Quanto à aceitação deles como membros e celebração de casamentos de pessoas divorciadas, parece sábio analisar cada caso, bíblica e pastoralmente, com todo respeito aos envolvidos, para glória de Deus e edificação da igreja. O árbitro para chegar-se a qualquer conclusão é a Escritura corretamente interpretada e aplicada em amor.

Resumindo, o reino de Deus está sendo implantado, e isso requer que aprendamos a respeitar as pessoas. Tais instruções desdobram o que consta na primeira, segunda, terceira, quinta, sexta e sétima bem-aventuranças, sobre ser humilde, manso, choroso das próprias faltas, misericordioso, limpo de coração e pacificador (Mt 5.3-5,7-9). Abençoados são estes!

Isso nos prepara para o ensino de Jesus sobre confiança.

CAPÍTULO NOVE

A VIDA NO REINO É DE CONFIANÇA

Na ficção *1984*, George Orwell descreve o terror de uma sociedade marcada por desconfiança.

Era terrivelmente perigoso deixar os pensamentos à solta num lugar público. Qualquer coisinha podia ser sua perdição. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade — tudo que pudesse produzir uma impressão de anormalidade, de que tinha alguma coisa a esconder. Ostentar uma expressão inadequada no rosto (parecer incrédulo no momento que uma vitória era anunciada, por exemplo) era em si uma infração passível de castigo. Havia inclusive uma palavra para isso em novafala: Rostocrime.²⁵²

E ainda, “cortamos todos os vínculos. Ninguém mais se atreve a confiar na mulher ou no filho ou no amigo”.²⁵³

Já pensou, viver em um lugar assim? Qualquer coisa que você postar pode ser usado contra você. Qualquer fala ou indício de pensamento que pareça destoante o coloca sob julgamento.

Já pensou, participar de uma igreja assim?

Quando Jesus pregou o sermão do monte a confiança mútua, entre os próprios irmãos judeus, estava em baixa. Diante de Jesus estava um “Israel papel”, fraco por ser desunido. O respeito rareou e o valor da palavra encolheu. A deslealdade fez ruir a verdadeira comunhão do povo da aliança. Como confiar no outro se este poderia ser traidor a serviço de Roma? Não. Melhor seria se calar diante dele, e só mencioná-lo em conversas furtivas. Como confiar que alguém cumpriria o prometido?

Fez-se necessário um protocolo de segurança mínima, que obrigasse as partes a observar o combinado. Os fariseus propuseram uma solução que Ferguson denomina “teologia do juramento”.²⁵⁴ Para entender de que modo esta dita “teologia” destoava da verdade divina, temos de entender o que a Bíblia diz acerca dos juramentos.

9.1. JURAMENTOS NA ESCRITURA

De acordo com a Palavra de Deus, não é necessariamente errado jurar. Lemos em Deuteronômio 10.20: “Ao SENHOR, teu Deus, temerás; a ele servirás, a ele te chegarás e, *pele seu nome, jurarás*” (grifo nosso).

²⁵² ORWELL, op. cit., p. 51-52. “Novafala” é o idioma imposto pelo governo totalitário de Oceânia.

²⁵³ Ibid., p. 185.

²⁵⁴ FERGUSON, op. cit., p. 142.

Durante a campanha militar contra Canaã, Josué poupou a vida do povo que habitava nas cidades de Gibeão, Cefira, Beerote e Quiriate-Jearim, porque tanto Josué quanto o Conselho de anciãos “juraram pelo SENHOR” aos emissários gibeonitas que não lhes fariam mal. Mesmo depois de saber que foram enganados por aqueles emissários, Josué e os líderes das Doze Tribos cumpriram a palavra empenhada:

Josué concedeu-lhes paz e fez com eles a aliança de lhes conservar a vida; e os príncipes da congregação *lhes prestaram juramento*.

[...] Os filhos de Israel não os feriram, porquanto os príncipes da congregação lhes juraram pelo SENHOR, Deus de Israel; pelo que toda a congregação murmurou contra os príncipes. Então, todos os príncipes disseram a toda a congregação: Nós lhes juramos pelo SENHOR, Deus de Israel; por isso, não podemos tocar-lhes (Js 9.15,18-19; grifo nosso).

Josué e os líderes de Israel cumpriram seu juramento, mesmo depois de saberem que foram iludidos. Isso nos ajuda a entender a expressão “jurar com dano próprio”, ou seja, se proferimos um juramento temos de cumpri-lo, ainda que isso nos prejudique. Habitará com Deus “o que *jura com dano próprio* e não se retrata” (Sl 15.4; grifo nosso). Na NVT, consta “cumpre suas promessas mesmo quando é prejudicado”.

Salomão reconheceu que, para solucionar determinados impasses, uma das partes tinha de jurar diante do altar do templo. Deus ouviria o juramento e julgaria o perverso:

Quando alguém pecar contra o seu próximo, e *lhe for exigido que jure*, e ele vier a jurar diante do teu altar nesta casa, ouve tu dos céus, age e julga a teus servos, dando a paga ao perverso, fazendo recair o seu proceder sobre a sua cabeça e justificando ao justo, para lhe retribuíres segundo a sua justiça (2Cr 6.22-23; grifos nossos).

Esdras exigiu dos líderes de Israel que assumissem um compromisso solene, e estes o confirmaram com juramento: “Então, Esdras se levantou e ajuramentou os principais sacerdotes, os levitas e todo o Israel, de que fariam segundo esta palavra. E *eles juraram*” (Ed 10.5; grifo nosso).

Sinclair Ferguson entende que Jesus:

[...] estava claramente preparado a falar sob juramento enquanto era julgado: “E o sumo sacerdote lhe disse: ‘Eu te conjuro pelo Deus vivo que nos digas se tu és o Cristo, o Filho de Deus’. ‘Tu o disseste’ Jesus replicou (Mt 26.63-64). Enquanto sob juramento, Jesus rompeu o silêncio que havia mantido no início do processo (Mt 26.63), como que reconhecendo a natureza de estar sendo colocado sob juramento.²⁵⁵

Apesar de não conter a palavra “juro”, ao tomar “a Deus por testemunha”, a fala de Paulo constitui juramento, em 2Coríntios 1.23: “Eu, porém, por minha vida, *tomo a Deus por testemunha* de que, para vos poupar, não tornei ainda a Corinto”. Kistemaker

²⁵⁵ FERGUSON, op. cit., p. 143.

explica que “diante de Deus, Paulo se expõe, abre a alma e diz literalmente: ‘Invo-co Deus como testemunha contra minha vida’. Ele está sempre diante da própria presença de Deus, que conhece seu mais íntimo ser. Paulo sabe que Deus pode lhe tirar a vida se falar uma mentira”.²⁵⁶

O juramento é legítimo como recurso pactual, pois “os homens juram pelo que lhes é superior, e o juramento, servindo de garantia, para eles, é o fim de toda contenda” (Hb 6.16).

Isaías prevê a era escatológica, quando as angústias passadas serão esquecidas e as pessoas jurarão em nome de Deus:

De sorte que aquele que se abençoar na terra, pelo Deus da verdade é que se abençoará; e aquele que jurar na terra, pelo Deus da verdade é que jurará; por-que já estão esquecidas as angústias passadas e estão escondidas dos meus olhos (Is 65.16).

Nestas passagens, os juramentos feitos são obrigações assumidas diante de Deus. O que é prometido no juramento é levado a sério; a palavra dada é contrato; deve ser verdadeira e, por conseguinte, confiável.

O pecado condenado desde o Antigo Testamento é a malandragem do jura-mento falso (perjúrio). “Não furtareis, nem mentireis, nem usareis de falsidade cada um com o seu próximo; nem jurareis falso pelo meu nome, pois profanaríeis o nome do vosso Deus. Eu sou o SENHOR” (Lv 19.11-12). Quem procede desse modo, transgredir o terceiro e nono mandamentos (Êx 20.7,16). Percebamos as dimensões vertical e horizontal de tais mandamentos. O nome de Deus deve ser santificado; a relação com o próximo deve ser honesta.

Os teólogos de Westminster entenderam isso muito bem, e escreveram:

O juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso em que o crente, em ocasiões próprias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus a fim de ser julgado por ele, segundo a verdade ou falsidade do que jura.²⁵⁷

E disseram mais:

O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronun-ciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecami-noso e abominável. Contudo, como em assuntos de gravidade e importância, o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento

²⁵⁶ KISTEMAKER, Simon. *2Coríntios*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014, p. 92 (Comentário do Novo Testamento).

²⁵⁷ ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER. *A confissão de fé de Westminster*. [CFW]. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, XXII.I, p. 165.

quanto sob o Antigo, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.²⁵⁸

De acordo com a Bíblia é lícito jurar, sempre compreendendo que, com este ato, invocamos a Deus como testemunha. Daí, temos de fazê-lo com sinceridade de alma e consciência, evitando jurar aquilo que não desejamos, nem podemos cumprir.

Dito isto, olhemos para o ensino de Jesus.

9.2. A CONVOCAÇÃO DE JESUS AO RESTABELECIMENTO DA CONFIANÇA

A ordenança de Jesus nos chama a restabelecer a credibilidade da palavra empenhada e a confiança mútua, como segue:

33 Também ouvistes que foi dito aos antigos: Não jurarás falso, mas cumprirás rigorosamente para com o Senhor os teus juramentos.

34 Eu, porém, vos digo: de modo algum jureis; nem pelo céu, por ser o trono de Deus; 35 nem pela terra, por ser estrado de seus pés; nem por Jerusalém, por ser cidade do grande Rei; 36 nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto.

37 Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno (Mt 5:33-37).

Como dissemos, esta palavra alude ao modo como eram interpretados o terceiro e o nono mandamentos (Êx 20:7,16), desdobrados na instrução para não cometer perjúrio, de Levítico 19.11-12. Jesus aborda uma falsa “teologia”, desenvolvida em seu tempo. De acordo com Ferguson:

Fazer votos ou juramento era parte da vida para os contemporâneos de Jesus. Os dois tipos de promessas eram distintos. [...] De acordo com o Antigo Testamento, ao fazer um juramento, o nome do Senhor não deveria ser usado falsamente (Lv 19.12). Com base nisso, os judeus desenvolveram uma “teologia do juramento”.²⁵⁹

Os fariseus distorceram a Lei, sugerindo diferentes tipos de juramentos, com graus distintos de obrigatoriedade. Alguns não podiam ser quebrados, mas outros, sim. Stott esclarece que eles:

[...] desenvolveram regras elaboradas para se fazer votos. Se o juramento incluísse o nome de Deus, essa promessa deveria ser cumprida. Mas se o nome de Deus não fosse mencionado no juramento, se uma pessoa jurasse por outra coisa, as promessas poderiam ser quebradas sem quaisquer consequências terríveis. Eles tiravam a atenção das pessoas da essência do voto e a colocavam no modo como ele era feito.²⁶⁰

²⁵⁸ CFW, XXII.II, p. 165-166.

²⁵⁹ FERGUSON, op. cit., p. 142-143.

²⁶⁰ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 49.

O coração decaído, perito em encontrar “brechas na lei” para empreender ma-landragens, aplaudiu a regra farisaica. Deste modo, chegou-se a um ponto em que praticamente todo acordo podia ser contestado ou desfeito. A palavra empenhada perdeu valor. De acordo com Carson:

Esses juramentos não incentivam mais a honestidade, mas enfraquecem a causa da verdade e promovem o engano. Jurar evasivamente passa a ser uma desculpa para mentir.

Jesus não permite esse tipo de sofisma entre seus seguidores. Se os homens querem fazer esse jogo com os votos, ele simplesmente acaba com todo e qualquer voto. Jesus está interessado em honestidade, sua constância e incondicionalidade.²⁶¹

Para Jesus, a “teologia do juramento” falha em um aspecto fundamental, pois cada juramento, no fim das contas, remete a Deus. Todo compromisso humano é estabelecido *coram Deo*, na presença de Deus.

Eu, porém, vos digo: de modo algum jureis; nem pelo céu, por ser o trono de Deus; nem pela terra, por ser estrado de seus pés; nem por Jerusalém, por ser cidade do grande Rei; nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto (Mt 5.34-36).

O céu é o trono de Deus. A terra é o estrado dos pés de Deus. Jerusalém é sua cidade. Até nossa cabeça — tudo o que somos e temos — pertencem a ele e dependem de sua providência. Daí o parecer de Carson: “Nenhum juramento é trivial, nenhum juramento é uma evasiva justificável; todo juramento é uma promessa solene de falar a verdade”.²⁶²

Não é sem razão que, em outro discurso neste mesmo Evangelho, Jesus condena os fariseus por esta falsa “teologia”.

Ai de vós, guias cegos, que dizeis: Quem jurar pelo santuário, isso é nada; mas, se alguém jurar pelo ouro do santuário, fica obrigado pelo que jurou! Insensatos e cegos! Pois qual é maior: o ouro ou o santuário que santifica o ouro? E dizeis: Quem jurar pelo altar, isso é nada; quem, porém, jurar pela oferta que está sobre o altar fica obrigado pelo que jurou. Cegos! Pois qual é maior: a oferta ou o altar que santifica a oferta? Portanto, quem jurar pelo altar jura por ele e por tudo o que sobre ele está. Quem jurar pelo santuário jura por ele e por aquele que nele habita; e quem jurar pelo céu jura pelo trono de Deus e por aquele que no trono está sentado (Mt 23.16-22).

Melhor é valorizar a palavra, dizendo simplesmente “sim” ou “não”. Jesus não quer “Israel papel”. Ele quer “Israel rocha”, unido, enlaçado por amor e sinceridade, companheirismo e verdade, força e honra. Por isso, desafia: “Quando disserem ‘sim’, seja de fato sim. Quando disserem ‘não’, seja de fato não. Qualquer coisa além disso vem do maligno” (Mt 5.37; NVT). Das fórmulas complicadas de juramento, Cristo

²⁶¹ CARSON, 2018, p. 66.

²⁶² Ibid., p. 67.

nos chama a dizer “sim” ou “não”. Em nosso *sim* e em nosso *não*, habita o compromisso com Deus e com o irmão. Nada mais é necessário. A palavra é valorizada, a relação é enriquecida, o compromisso é selado e honrado.

Qualquer promessa, dívida ou obrigação que assumimos, sendo bíblica, é sagrada, como explicam os irmãos de Westminster:

Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar senão do que esteja plenamente persuadido ser a verdade, obrigando-se tão-somente por aquilo que é justo e bom, e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, que seja exigido pela autoridade legal.²⁶³

Ademais, o que dizemos sobre outra pessoa (em uma rede ou grupo social, ou diante de um tribunal) nos coloca sob o escrutínio divino (cf. Mt 5.21-26; 12.36-37). A palavra que brota de nossa boca deve ser sincera, sem mácula e edificante (cf. Ef 4.25-32). A vida no reino requer comunicação sadia e que inspira confiança. O reino é edificado pelo agir e pelo falar. Como cantamos no hino 178, o amor não progride onde há desconfiança.

Com suspeitas não se alcança
vero amor, vero amor!
Onde houver desconfiança,
ai do amor, ai do amor!

Pois mostremos lealdade,
combatendo a falsidade,
Combatendo a falsidade
que destrói esse amor.²⁶⁴

Alguns mestres do rabinismo entendiam de modo semelhante a Jesus.

Por exemplo, o jogo de palavras da autoria do rabi Jose ben Yehuda a respeito de Levítico 19.35: A Torá te ensina que teu *sim* seja sincero, e sincero o teu *não*” (BM 49a). O rabi Abbaye acrescenta — contra todos os ambíguos: “Não se deve falar uma coisa com a boca e outra com o coração” (BM 49a).

O rabi Huna pleiteia em favor da veracidade clara e incondicional: “O *sim* dos justos é um *sim*, o *não* dos justos um claro *não*” (Midrash Rute 3.18). [...].

O rabi Eleasar é o modelo da singela sinceridade no falar: “O *não* é um juramento, e o *sim* é um juramento” (Sheb 36a). Esta sentença se tornou a norma de todos os judeus ortodoxos que, ao invés de jurar ante o tribunal, confirmam seu depoimento por meio de um simples *sim*.²⁶⁵

²⁶³ CFW, XXII.III, p. 166.

²⁶⁴ KALEY, S. P. “Hino 178, A excelência do amor”. In: MARRA, op. cit., p. 138.

²⁶⁵ LAPIDE, op. cit., p. 68.

Crentes piedosos, atentos à Escritura, sempre entenderam que é impossível avançar, como seres humanos e como povo do pacto, quando deixam de existir honestidade e confiança.

Por fim, nosso Senhor afirma que qualquer fala que extrapola a sinceridade simples “vem do maligno”, o “pai da mentira” (Mt 5.37; Jo 8.44).

9.3. ALGUMAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES DO ENSINO DE JESUS

Nesta ordenança, Jesus condena três procedimentos.

1. *As palavras de duplo sentido.* O falar deve ser claro, de tal maneira que não reste dúvida acerca do que se fala. As questões entre o povo de Deus, assim como os compromissos que este assume com o Senhor não devem deixar margem para dúvidas; tudo deve ser exposto com honestidade. Sejam sinceros com Deus e com nosso irmão. O homem não é abençoado, nem Deus é honrado, onde as palavras têm duplo sentido.

2. *Mentira.* O “sim” deve ser realmente *sim*, e o “não” deve ser realmente *não*. Estejamos certos de que o que falamos é verdade. Aos “mentirosos” é reservado o “lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte” (Ap 21.8). Algumas vezes divulgamos algo sem verificar se isso é verdade. “Será que, antes de postar algo, eu conheço todos os fatos?” Nessa época de *fake news*, às vezes ficamos indignados com determinado conteúdo que recebemos e compartilhamos intempestivamente, sem checar se aquilo é verdade. Deus nos livre disso. Prossigamos como testemunhas da verdade, repudiando toda mentira. Além disso, entendamos que, quando assumimos um compromisso para com Deus e em seguida não o levamos a sério, nós mentimos a Deus.

Agostinho refletiu sobre isso, afirmando que:

Há uma grande questão sobre a mentira que frequentemente nos inquieta, mesmo em nossas ações cotidianas: ou reprovamos como mentira o que talvez não seja mentira, ou por vezes julgamos necessário mentir uma mentira honesta, conforme o dever e a misericórdia.²⁶⁶

O bispo de Hipona analisou o Antigo e o Novo Testamentos, argumentando que Deus não aprova a mentira, em nenhuma circunstância.²⁶⁷

3. Deus não aprova *a verdade dita de maneira errada*. O uso correto da língua impõe falar a verdade de maneira certa. Assim como é errado mentir, é incorreto falar ao próximo ou do próximo diminuindo seu valor.

Tal ensino é ilustrado em Gênesis 18. Abraão foi visitado por Deus “nos carvalhais de Manre, [...] assentado à entrada da tenda, no maior calor do dia” (Gn 18.1). O texto bíblico diz que “levantou ele os olhos, olhou, e eis três homens de pé

²⁶⁶ AGOSTINHO, Bispo de Hipona. *Sobre a mentira*. São Paulo: MEDIAFashion: Folha de São Paulo, 2021, p. 7 (Coleção Folha Os pensadores, v. 8).

²⁶⁷ AGOSTINHO, 2021, p. 8-58.

em frente dele. Vendo-os, correu da porta da tenda ao seu encontro, prostrou-se em terra” (Gn 18.2). Abraão convidou o SENHOR a permanecer, e pediu a Sara que preparasse uma refeição (Gn 18.3-8). Eis o que lemos adiante:

Então, lhe perguntaram: Sara, tua mulher, onde está? Ele respondeu: Está aí na tenda. Disse um deles: Certamente voltarei a ti, daqui a um ano; e Sara, tua mulher, dará à luz um filho. Sara o estava escutando, à porta da tenda, atrás dele. Abraão e Sara eram já velhos, avançados em idade; e a Sara já lhe havia cessado o costume das mulheres. Riu-se, pois, Sara no seu íntimo, dizendo consigo mesma: Depois de velha, e velho também o meu senhor, terei ainda prazer?

Disse o SENHOR a Abraão: Por que se riu Sara, dizendo: Será verdade que darei ainda à luz, sendo velha? Acaso, para o SENHOR há coisa demasiadamente difícil? Daqui a um ano, neste mesmo tempo, voltarei a ti, e Sara terá um filho. Então, Sara, receosa, o negou, dizendo: Não me ri. Ele, porém, disse: Não é assim, é certo que riste (Gn 18.9-15).

Lapide informa a interpretação rabínica desta passagem:

“Será verdade que darei ainda à luz, sendo velha?” [Gn 18.13]. É assim que Deus reproduz perante Abraão as palavras de Sara que, segundo Gênesis 18.12, soaram: “e *velho também o meu senhor*, terei ainda prazer?”. Deus modificou o teor das palavras, para que Abraão não ficasse zangado com Sara. Portanto, por amor à paz matrimonial.²⁶⁸

Como diz Paulo, sigamos “a verdade em amor” (Ef 4.15). Que nosso falar seja limpo e sincero edificando pontes, ao invés de demoli-las.

Vale a pena considerar que, até este ponto de seu sermão, Jesus não tratou do relacionamento do seu povo com os romanos, dominadores de Israel. Isso deveria intrigar seus correligionários. Jesus antecipa qualquer indagação: “Arrume primeiro sua vida; depois, pense em consertar o mundo”. O povo unido em amor, em cujo meio há respeito e prolifera a saúde familiar; caracterizado por honestidade e confiança mútua; sim, este povo está pronto para pregar e agir em prol de mudanças sociais.

A igreja não influencia o mundo se males como ódio, objetificação e desconfiança encontram espaço nela, acobertados pela capa da religião. Sem transformação do povo de Deus, qualquer afirmação sobre a igreja melhorando o mundo não passa de ufanismo pretensioso. Que terrível, se formos uma igreja de fachada bonita, que insiste em pregar sobre o incômodo causado pelas moscas, mas com o quintal cheio de lixo! É preciso limpar o terreno dos crentes, antes de reclamar por mudanças fora dele.

Tais instruções de Jesus desdobram o que consta na quarta, quinta, sexta e sétima bem-aventuranças (Mt 5.6-9). Abençoados são estes!

²⁶⁸ LAPIDE, op. cit., p. 69. Grifo nosso.

CAPÍTULO DEZ

ESFORÇOS PRÁTICOS EM FAVOR DA PAZ

Em Mateus 5.38-48, Jesus ensina que a vinda do reino salvífico configura seus seguidores como agentes práticos da paz.

Tentando compreender nossa época e fornecer uma resposta cristã às tensões, a teóloga Kristen Johnson leu os escritos de Agostinho, que também viveu em um tempo de choque de civilizações. De acordo com ela:

Para ajudar os cristãos a compreender essas realidades políticas súbitas, Agostinho recorreu à Escritura e sustentou que, nesta era anterior ao retorno de Cristo, somos habitantes de duas cidades. Uma delas é a celestial, da qual Cristo é rei e da qual seus seguidores são cidadãos (veja, e.g., Fp 3.20; Ef 2.19). Essa cidade é possível graças à obra salvadora de Cristo, que redime e reordena nossos amores de modo que possamos amar a Deus e servir a outros em amor. A outra cidade é a cidade terrena, caracterizada não pelo amor de Deus, mas pela cobiça de poder e de dominação. Esta cidade é resultado do pecado, que continua a se manifestar à medida que as pessoas buscam seu próprio bem em detrimento do bem de outros e usam seu poder para dominar, ao invés de amar e servir.²⁶⁹

Nossa irmã compreendeu que:

Agostinho estava convicto de que o cristão pode viver fielmente como cidadão da cidade celestial em uma ampla gama de arranjos políticos. Cabe ao cristão acatar as leis, os costumes e as instituições das sociedades políticas nas quais se encontram, contanto que tais leis, costumes e instituições não o impeçam de adorar a Deus. Para Agostinho, não cabe a nós, como cristãos, garantir o sucesso de uma ordem política qualquer. Os sistemas políticos vão e vêm, porém, nossa cidadania na cidade celestial é permanente.²⁷⁰

Isso não equivale a permanecer inerte diante das questões sociais. Pelo contrário, como vimos em Mateus 5.14-20, o cristão se engaja na cultura. Nesses termos, Johnson explica que:

Somos chamados a participar da cidade terrena onde moramos. Ela é capaz de produzir certos bens, e nós, como peregrinos, podemos e devemos contribuir com isso, reconhecendo ao mesmo tempo que não são os bens finais para os

²⁶⁹ JOHNSON, Kristen Deede. “Concebendo nossa interação: a teóloga”. In: KELLER, Timothy; INAZU, John. (Org.). *Mundo plural: Como viver fielmente em mundo de diferenças*. São Paulo: Vida Nova, 2021, p. 28. Edição do Kindle.

²⁷⁰ JOHNSON, in: KELLER; INAZU, op. cit., p. 29.

quais fomos criados e redimidos. Vamos tomar o caso da paz. A cidade terrena jamais será caracterizada pela paz que só se pode obter em Cristo e por intermédio dele; no entanto, partilhamos com os cidadãos dessa cidade o desejo de paz na terra. Podemos nos juntar a eles na busca da paz terrena aqui e agora. Nesse sentido, Agostinho ecoa o conselho de Jeremias aos que estavam no exílio para que buscassem paz e prosperidade para a cidade onde moravam (Jr 29.7).²⁷¹

O cristão instruído nas ordenanças de Jesus não é ingênuo, com relação à paz na cidade. Ele sabe que a paz neste mundo não equivale necessariamente à paz espiritual em Cristo (Jo 14.27). Entende ainda que o fato de seguir a Jesus o torna antipático ao mundo e nem sempre dá para manter a paz com todos (Mt 10.22-23; Rm 12.18). Além disso, o seguidor de Jesus constata a diversidade de crenças, ideias e interesses, dentro e fora da igreja, ensejando divergência, contradição e oposição. Uns se agrupam em torno de determinada convicção, enquanto outros, da contrária, configurando um “nós” que se contrapõe a “eles”. Algumas lógicas são inconciliáveis — a do ateu e do crente, do liberal e do conservador e, no tempo de Jesus, do opressor (Roma) e do oprimido (Israel).

É possível o convívio entre pessoas diferentes ou até opostas entre si, em um mundo imperfeito e plural? Retornando a Orwell, em 1984, lemos que, no regime totalitário de Oceânia:

É absolutamente necessário [...] que não haja contato com estrangeiros. Fora os prisioneiros de guerra, o cidadão médio da Oceânia jamais põe os olhos num cidadão da Eurásia ou da Lestásia, e está proibido de conhecer outros idiomas. Se tivesse permissão para manter contato com estrangeiros, descobriria que *são criaturas semelhantes a ele*, e que quase tudo o que lhe disseram sobre essas pessoas é mentira. O mundo lacrado em que vive seria aberto, e o medo, o ódio e a presunção sobre os quais se apoia sua disposição para a luta poderiam evaporar-se.²⁷²

Na época de Jesus, medo, ódio e presunção eram quase onipresentes em Israel. Independentemente disso, ou quem sabe, até por conta disso, o seguidor de Jesus é abençoado como “pacificador” (Mt 5.9; seção 5.4). As instruções de nosso Senhor, em Mateus 5.38-48, foram pertinentes para seus dias, e são também para os nossos, marcados por polarização. Na relação com pessoas e instituições, o cristão pode e deve tentar “tranquilizar” e “abrandar” ânimos, manter ou “restituir a paz”.²⁷³

De acordo com Jesus, isso demanda dois esforços práticos, quais sejam, renunciar à vingança pessoal e amar aos inimigos. Stott afirma que estas são “as partes mais admiradas e as mais ressentidas do sermão”.²⁷⁴ E diz ainda que “em nenhum momento

271 Ibid., loc. cit.

272 ORWELL, op. cit., p. 142. Grifo nosso.

273 “Pacificar”. In: FERREIRA, op. cit., loc. cit.

274 STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 50.

o desafio do sermão é maior. Em nenhum momento nossa necessidade do poder do Espírito Santo é mais óbvia”.²⁷⁵

Se até Mateus 5.37, a fala de Jesus orienta o trato com o irmão, a partir do v. 38, o ensino abrange relações com o “perverso” e os “inimigos”.

10.1. NÃO RESISTAIS AO PERVERSO

Jesus trata desta questão em Mateus 5.38-42.

38 Ouvistes que foi dito: Olho por olho, dente por dente.

39 Eu, porém, vos digo: não resistais ao perverso; mas, a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra; 40 e, ao que quer demandar contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa. 41 Se alguém te obrigar a andar uma milha, vai com ele duas.

42 Dá a quem te pede e não voltes as costas ao que deseja que lhe emprestes.

No v. 38, ele alude à lei de retribuição, de Êxodo 21.

Se homens brigarem, e ferirem mulher grávida, e forem causa de que aborte, porém sem maior dano, aquele que feriu será obrigado a indenizar segundo o que lhe exigir o marido da mulher; e *pagará como os juizes lhe determinarem*. Mas, se houver dano grave, então, darás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe. Se alguém ferir o olho do seu escravo ou o olho da sua escrava e o inutilizar, deixá-lo-á ir forro pelo seu olho (Êx 21.22-26; grifo nosso).

Esta lei é também conhecida como “*lex talionis*”, “a lei do dente” ou “da garra”,²⁷⁶ ou ainda, como “o direito ou lei da retaliação”.²⁷⁷ Êxodo menciona reparação, em caso de dano causado por violência — “homens que brigam e, sem intenção, ferem uma mulher grávida”.²⁷⁸ A lei coíbe a vingança individual. Sua “ênfase primária não é a exigência de vingança apropriada, mas de contenção da vingança”,²⁷⁹ pois as demandas têm de ser resolvidas pelos “juizes” de Israel.²⁸⁰

Esta era uma lei para os tribunais civis, estabelecida com o fim de desencorajar a prática da vingança privada. As passagens do Antigo Testamento não dizem: “Vinga-te pessoalmente quando te fizerem dano”. Significam exatamente o oposto: “Não te vingues por ti mesmo, porém deixa que a justiça seja administrada publicamente”.²⁸¹

²⁷⁵ Ibid., loc. cit.

²⁷⁶ HAMILTON, Victor P. *Êxodo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017, p. 560 (Comentário do Antigo Testamento).

²⁷⁷ RIENECKER, op. cit., p. 94.

²⁷⁸ HAMILTON, op. cit., loc. cit. Cf. Levítico 24.19-20; Deuteronômio 19.14-21.

²⁷⁹ HAMILTON, op. cit., p. 561-562.

²⁸⁰ Cf. CONNELL, J. C. “Êxodo”. In: DAVIDSON, F. (Org.). *O novo comentário da Bíblia*. Reimp. 1985. São Paulo: Vida Nova, 1963, v. 1, p. 138.

²⁸¹ HENDRIKSEN, 2010, p. 382. Carson (2018, p. 68) ratifica que “a lei [...] não se destinava a ser aplicada por indivíduos na execução de vinganças pessoais, mas pelo judiciário”.

A lei garantia indenização que não excedesse ao dano. Apesar das dificuldades de tradução desta passagem (Êx 21.21-22),²⁸² Hartley diz que:

Este princípio não implica que a punição fosse cumprida com um ferimento corporal semelhante, mas que a pena aplicada a uma pessoa fosse proporcional ao dano causado, não maior, como uma vingança pretende, nem menor, como a indulgência proporciona.²⁸³

Tal preceito informa que Deus se com a paz e a justiça entre os homens. O fato de Jesus mencioná-lo abre espaço para cogitarmos sobre seu abuso, pelos intérpretes de seu tempo. “Parece [...] que a lei era empregada no propósito de se obter justificativas para retaliações, ainda que limitadas, e vingança. Tratava-se, portanto, de uma má compreensão do propósito ao qual a lei servia”.²⁸⁴ Jesus não rejeita “o sentido legal básico da pena apropriada à ofensa”, nem “a legitimidade do desejo de reparação”.²⁸⁵ O que ele faz é contradizer “a interpretação incorreta que via no princípio uma autorização para a vingança pessoal”.²⁸⁶

Jesus não apenas repete o princípio da lei, mas o expande e aprofunda. Acertadamente, Rienecker percebe que a lei aborda a “retaliação do direito”, ao passo que Jesus propõe a “retaliação do amor”.²⁸⁷ E aqui vale lembrar que, sob opressão, infectados por medo e rancor, esforçar-se pela paz parecia inconcebível aos concidadãos de Jesus. Os radicais (zelotes) acreditavam que a libertação brotaria da luta armada, insuflada por desejo de vingança contra os romanos. Se estes esmagavam os povos, que fossem esmagados! No campo pessoal, se um vizinho ferisse o direito de outro, este podia retaliar, escorado na lei. Podemos imaginar a surpresa dos ouvintes de Jesus, quando ele declarou: “não resistais ao perverso” (Mt 5.39a), ou como lemos em FL, “não vos oponhais a quem vos faz mal”. Stott interpreta esta fala do seguinte modo:

Nossos relacionamentos devem se basear no amor, não na justiça. Nosso dever para com os indivíduos que nos fizeram mal não é retaliar, mas sim *aceitar a injustiça sem vingança*: “Não resistam ao perverso”.

O que exatamente Jesus está nos pedindo para fazer? Somos instruídos nas Escrituras a resistir ao diabo — e somos advertidos a não resistir a Deus ou à verdade dele. Mas aqui somos proibidos a resistir ao perverso, uma pessoa que nos faz mal. Jesus não nega que a pessoa seja perversa ou que o que ela nos faz seja mal. O que Jesus não permite é retaliação, pagamento na mesma moeda ou vingança.²⁸⁸

282 HAMILTON, op. cit., p. 559-560, 562-564.

283 HARTLEY, J. E. *Leviticus*. Waco: Word Books, 1992, lxii (Word Biblical Commentary), apud HAMILTON, op. cit., p. 561.

284 FERGUSON, op. cit., p. 147.

285 HAMILTON, op. cit., p. 560.

286 BEG³, p. 1629.

287 RIENECKER, op. cit., p. 94.

288 STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 51.

Jesus não ensina que diante do mal o cristão deve ser passivo. Sua instrução não é de conformação, mas de amor proativo. É preciso responder ao perverso com o bem. Retornando a Stott:

Alguns cristãos não gostam desta parte do sermão de Jesus. Ela faz com que se pareçam capachos, pessoas fracas. Mas Jesus está, de fato, defendendo a força, não a fraqueza. É preciso uma força incrível para agir com amor em relação àqueles que nos feriram. É preciso o amor abnegado de uma pessoa que, tendo sido ferida, se nega a recorrer à vingança pessoal. Em vez disso, essa pessoa agirá para o bem maior daquele que está ferindo. O cristão ferido certamente nunca devolverá o golpe, pagando o mal com o mal. Em vez disso, os cristãos procuram pagar o mal com o bem e se dispõem a dar a quem está do outro lado — corpo, roupa, serviço, dinheiro — o que lhe é exigido por amor.²⁸⁹

Hendriksen sumariza:

Em outras palavras, Jesus está condenando o espírito de desamor, de ódio e de desejo de vingança. Ele está dizendo: “Não resistais ao perverso com medidas que emanem de uma disposição que é o oposto do amor, do perdão, da brandura, da tolerância”.²⁹⁰

O que implica isso? Jesus demonstra com quatro ilustrações.

Primeira ilustração: “a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra” (Mt 5.39b). Segunda ilustração: “e, ao que quer demandar contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa” (Mt 5.40). Terceira ilustração: “Se alguém te obrigar a andar uma milha, vai com ele duas” (Mt 5.41). Por fim, quarta ilustração: “Dá a quem te pede e não voltes as costas ao que deseja que lhe emprestes” (Mt 5.42). Ao invés de se vingar de quem o ofendeu pessoalmente, o seguidor de Cristo “deve antes ir ao extremo oposto”.²⁹¹

Quando à primeira ilustração, Sproul sugere que o dito de Jesus relaciona-se com a reação a insultos e calúnias: “a ação descrita no texto é ferir a face direita de alguém com o dorso da mão, um antigo gesto de insulto”.²⁹² Para Hendriksen, “‘voltar a outra face’ significa mostrar em palavras, atitudes e atos que alguém está cheio não do espírito de rancor, e, sim, de amor. Romanos 12.19-21 oferece um excelente comentário”.²⁹³

Quanto à segunda ilustração, a “túnica” corresponde à “camisa” contemporânea. A “capa” é a roupa externa, que serve ao pobre como roupa de cama.²⁹⁴ Nosso

289 Ibid., p. 52.

290 HENDRIKSEN, 2010, p. 383.

291 TASKER, op. cit., p. 56.

292 SPROUL, op. cit., p. 104.

293 HENDRIKSEN, 2010, loc. cit.

294 Ibid., p. 383-384.

Senhor sabe que, de acordo com Deuteronômio, o pobre tem o direito de ficar com um manto emprestado, para proteger-se do frio durante a noite:

Se emprestares alguma coisa ao teu próximo, não entrarás em sua casa para lhe tirar o penhor. Ficarás do lado de fora, e o homem, a quem emprestaste, aí te trará o penhor. Porém, se for homem pobre, não usarás de noite o seu penhor; em se pondo o sol, restituir-lhe-ás, sem falta, o penhor para que durma no seu manto e te abençoe; isto te será justiça diante do SENHOR, teu Deus (Dt 24.10-13).

Jesus pede ao pobre que despreze seu único cobertor. Daí a leitura de Carson: “Precisamos estar prontos a abrir mão até daquilo que consideramos nossos direitos garantidos por lei”.²⁹⁵

Na terceira ilustração, nosso Senhor insere a relação entre o judeu oprimido e seu opressor: “Se alguém te *obrigar* [...]” (Mt 5.41; grifo nosso). Os romanos podiam forçar qualquer pessoa de um país ocupado a carregar suas cartas e cargas, “até uma milha sem pagar-lhes nada por isso”.²⁹⁶ Foi o que fizeram com Simão, o cireneu, em Mateus 27.32. Carson conclui que “os seguidores de Jesus não devem ficar irritados nem se sentir explorados nesses casos, como se estivessem sendo pessoalmente insultados. Em vez disso, devem aceitar a imposição de bom grado e dobrar a distância”.²⁹⁷

Na quarta ilustração, Jesus menciona aquele que “te pede” e “deseja que lhe emprestes” (Mt 5.42). Dentro do contexto (do ensino sobre não resistir ao perverso), é plausível presumir que Jesus não menciona o empréstimo a alguém próximo, querido e de reputação reconhecidamente ilibada. Rienecker parece captar o ensino, ao comentar que:

A última figura, do pedir [Mt 5.42], quer expressar que os discípulos de Jesus, na ampla área de amizade e solicitude entre vizinhos, emprestam com prazer e não devem jamais fazer uma distinção entre mercedores e pessoas indignas.

Chegamos ao final desse trecho que nos ilustra de modo penetrante a grande palavra da retaliação do amor. Somente ela, que não tem nada a ver com a retaliação do eu ou da lei, constitui a diretriz para a nossa vida no seguimento de Jesus. Ela não tem validade na vida dos estados e povos, porque, conforme dizíamos no início, faltam ao não-discípulo todas as premissas para ela. Também essas palavras do Senhor, ao serem cumpridas, devem fazer brilhar o novo reinado de Deus na comunidade de Jesus — e então também para fora dela — até que ele venha.²⁹⁸

Por fim, Stott nos preserva do pacifismo ingênuo:

²⁹⁵ CARSON, 2018, p. 72.

²⁹⁶ SPROUL, op. cit., p. 105; cf. ATKINSON, op. cit., p. 955; HENDRIKSEN, op. cit., p. 384. Frederico Lourenço explica que o verbo *angareuō*, traduzido como “obrigar”, “tem a ver com o substantivo *aggareuo*, palavra de origem persa que designava uma função antepassada da dos carteiros atuais”; cf. LOURENÇO, Frederico. *Bíblia: Novo Testamento: Os quatro Evangelhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, posição 1540 de 10171. Edição do Kindle.

²⁹⁷ CARSON, 2018, loc. cit.

²⁹⁸ RIENECKER, op. cit., p. 96.

Um grupo de cristãos ao longo dos séculos da igreja tentou desenvolver uma doutrina do pacifismo absoluto baseada nesses versículos, mas não podemos considerar o mandamento de Jesus — não resistam ao perverso — como uma proibição absoluta do uso de toda força ou autoridade humana. [...] o governo civil é ordenado por Deus para proteger os que fazem o bem e punir os que fazem o mal. Jesus não está dizendo que ninguém deve resistir ao mal, apenas que não devemos aplicar a lei com as próprias mãos, buscando vingança pessoal. Absorvemos a injustiça e, conseqüentemente, vencemos o mal com o bem.²⁹⁹

Se isso não bastasse, Jesus dirá que não basta evitar a vingança, deixando de responder com o mal ao perverso. É preciso também amá-lo e orar por ele.

10.2. AMAI OS VOSSOS INIMIGOS E ORAI PELOS QUE VOS PERSEGUEM

O segundo esforço em favor da paz é amar os inimigos:

43 Ouvistes que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo.

44 Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem;
45 para que vos torneis filhos do vosso Pai celeste, porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos.

46 Porque, se amardes os que vos amam, que recompensa tendes? Não fazem os publicanos também o mesmo? 47 E, se saudardes somente os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os gentios também o mesmo?

48 Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste (Mt 5.43-48).

O amor ao próximo é ordenado em Levítico 19.18: “Não te vingará, nem guardarás ira contra os filhos do teu povo; mas *amarás o teu próximo como a ti mesmo*. Eu sou o SENHOR” (grifo nosso).

Quanto à segunda parte da sentença, “e odiarás o teu inimigo” (Mt 5.43b), não encontramos tal prescrição no Antigo Testamento e alguns entendem que isso poderia ser deduzido (a) da hostilidade vitalícia entre Israel e os amonitas e moabitas (Dt 23.3-6);³⁰⁰ ou ainda, (b) “a partir de mandamentos como a ordem divina para exterminar certas cidades e povos cananeus”;³⁰¹ ou, por fim, (c) dos salmos imprecatórios, nos quais se suplica pela destruição dos adversários (e.g., Sl 3.7; 69.22-25; 139.19-22). Não há espaço aqui para uma exposição detalhada destas passagens. Mesmo assim, notemos que as instruções em “a” e “b” correspondem a sentenças divinas contra determinados povos, em um período específico da história, não significando que Israel deveria odiar os seus inimigos. Pensando nos salmos imprecatórios, sua correta interpretação não exige que sejam entendidos como orientação para odiar os inimigos.

²⁹⁹ STOTT; CONNELLY, op. cit., p. 52.

³⁰⁰ Algumas versões bíblicas, e.g., ARA, ARC, mencionam o texto de Deuteronômio, em notas vinculadas a Mateus 5.43.

³⁰¹ BETN, p. 1851.

Jesus prossegue: “Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt 5.44). No texto de Lucas, consta “fazei o bem aos que vos odeiam” (Lc 6.27).

Vale lembrar de que, em Gênesis 3.15, o próprio Deus traça uma linha divisora, estabelecendo *’ê·bā(h)*, “inimizade” entre seu povo e a descendência da serpente. Em Gênesis 4.1-26, são contrastadas a linhagem santa, de Abel, Sete e Enos, e a profana, proveniente de Caim. Sendo assim, a palavra de Jesus aqui não pode ser entendida como declaração de que a inimizade deixou ou deixará de existir, ou de que nossos inimigos não nos odiarão mais.

O que Jesus ensina é que não devemos nutrir ódio por eles. Mais do isso, devemos amá-los. Dentre as palavras de Mateus 5.21-48, “o amor ao inimigo tem o menor precedente judaico”.³⁰² Até entre os devotos da comunidade de Qumran, “todo aquele que não pertencesse ao grupo dos filhos da luz era votado ao ódio que entrega o filho das trevas à vingança divina”.³⁰³ O ensino de Jesus se diferencia do “sistema de valores do mundo greco-latino (bem sintetizado no v. 522 da tragédia *Antígona* de Sófocles: ‘um inimigo, mesmo morto, nunca pode ser amigo’).”³⁰⁴

É preciso amar os inimigos e orar em favor deles “para que vos torneis filhos do vosso Pai celeste, porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5.45). Jesus retoma o que disse sobre os pacificadores (Mt 5.9). A base para este amor é Deus, que concede boas dádivas tanto a “bons” e “justos”, quanto a “maus” e “injustos”.

Em seguida (Mt 5.46-47), o Senhor aponta para algo comum ao gênero humano, pois não há dificuldade em amar a quem nos ama ou cumprimentar pessoas queridas. O seguidor de Jesus reflete o Pai celeste quando compartilha amor e dádivas com seus inimigos e perseguidores. Por conta disso, ele recebe “recompensa”. A conclusão do v. 47, “que fazeis de mais? Não fazem os gentios também o mesmo?”, indica que a justiça do reino excede não apenas a dos escribas e fariseus, mas também a dos pagãos.

O ensino é concluído com um chamado à semelhança com Deus, como segue: “Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste” (Mt 5.48). Como lemos na *Bíblia de Genebra*, “o padrão que Deus pede do seu povo é nada menos do que o caráter perfeito do próprio Deus. Isso inclui muito mais do que simples justiça. A perfeição de Deus inclui o amor da benevolente graça (v. 45)”.³⁰⁵ Resumindo, no trato com o “perverso” e os “inimigos”, temos de praticar a “retaliação do amor”, respondendo ao mal com o bem e expandindo nossa percepção de “próximo”.

Tais instruções desdobram o que consta na quarta e sétima bem-aventuranças, sobre ser faminto e sedento de justiça, e pacificador (Mt 5.47). Abençoados são estes!

302 Ibid., loc. cit.

303 Bíblia TEB, p. 1836.

304 LOURENÇO, op. cit., posição 1534 de 10171.

305 BEG³, p. 1629-1630.

Sobre a possibilidade de praticar estas ordenanças, o autor destes estudos se lembra da experiência de Francis Collins, descrita a seguir:

Conheci uma estudante universitária que estava morando sozinha durante as férias de verão enquanto fazia uma pesquisa médica para se preparar para sua carreira na Medicina. Despertada na escuridão da noite, descobriu que um estranho invadira seu apartamento. Pressionando a faca contra a garganta dela, ele ignorou-lhe as súplicas, colocou uma venda em seus olhos e a possuiu à força. Esse homem a deixou arrasada, revivendo a experiência inúmeras vezes durante anos. Jamais foi apanhado.

Essa jovem era minha filha. Nunca o mal me apareceu em sua forma tão crua [como] naquela noite, e eu nunca desejei tanto a intervenção divina de algum modo, a fim de deter esse crime hediondo. Por que ele não atingiu o criminoso com um relâmpago ou, pelo menos, com um sentimento súbito de dor na consciência? Por que Deus não colocou um campo de força ao redor de minha filha para protegê-la?³⁰⁶

Depois deste episódio, Collins podia afastar-se de Deus e entregar-se à amargura e sentimentos obsessivos de vingança. Pelo contrário, ele buscou alento no Senhor e dedicou-se, como homem da ciência, a testemunhar sobre Jesus a seus colegas acadêmicos e pesquisadores. Ele compreendeu que a vida neste mundo implica sofrimento, e citou C. S. Lewis: “Deus nos sussurra em nossos prazeres, fala em nossa consciência, mas grita em nossas dores: esse é seu megafone para despertar um mundo surdo”.³⁰⁷

Sinclair Ferguson, entende as ordenanças do reino (em Mt 5.21-48), como “ilustrações da justiça mais profunda”,³⁰⁸ e de fato, são, mas nem todos os que se dizem cristãos estão dispostos a praticá-las, especialmente a estas últimas, relativas aos esforços em favor da paz. É importante considerar o ensino de Jesus e a palavra de Paulo: “Como está escrito: Por amor de ti, somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro” (Rm 8.36). O cristão bíblico é ovelha de Jesus, que segue e ao que ele ordenou (Mt 28.20; Jo 10.27).

Caminhando para a conclusão, mais uma vez citamos Carson:

Duas questões finais ainda precisam ser observadas sobre essa seção do sermão do monte. A primeira é que a autoridade de Jesus é uma das características dominantes desse capítulo. A Lei e os Profetas apontam para ele, mas é ele quem determina o significado, o cumprimento e a continuidade deles com autoridade nada menos que divina. [...].

A segunda questão é que aquilo que a Lei e os Profetas indicavam chegou na pessoa de Jesus e no reino (o reino salvífico) a que ele dá início. Com toda autoridade, Jesus esclarece as exigências do reino e suas relações com as Escrituras do Antigo Testamento. A exigência comum é santidade, perfeição. Só é possível entender cor-

³⁰⁶ COLLINS, Francis S. *A linguagem de Deus: Um cientista apresenta evidência de que ele existe*. 4ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2007, p. 52. Admiro o testemunho de Collins, mesmo não concordando com todas as suas ideias sobre uma evolução teísta.

³⁰⁷ LEWIS, C. S. *O problema da dor*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021, p. 106, apud COLLINS, op. cit., p. 83.

³⁰⁸ FERGUSON, op. cit., p. 50.

retamente todas as leis do Antigo Testamento quando as interpretamos à luz dessa consideração esmagadora. A ênfase na pureza transparente e na santidade genuína, imitando a perfeição do Pai, exclui por completo toda hipocrisia religiosa, toda simulação de espiritualidade, toda exibição de justiça, todo ritual religioso realizado com ostentação. Mas Jesus explicita essa dedução em Mateus 6.³⁰⁹

O que vimos até aqui? Jesus proferiu as ordenanças do reino, relativas à justiça excelente (Mt 5.20). Tal justiça se desdobra em amor que livra do domínio da ira e da cobiça que destrói o respeito (Mt 5.21-32). Este amor edifica confiança e impele a esforços em favor da paz (Mt 5.33-48). É amor que nos capacita a servir aos irmãos e ao mundo.

³⁰⁹ CARSON, op. cit., p. 76-77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parabéns por completar este estudo sobre a parte inicial do sermão do monte! Você entendeu que o Evangelho de Mateus é um registro judaico das boas-novas de Jesus Cristo e viu sua relevância para o discipulado cristão.

O sermão do monte foi apresentado como programa a ser implementado pelos seguidores de Jesus, no âmbito da instalação, desfrute e expansão histórica do reino de Deus. Você conheceu sua identidade, bem como as ordenanças de Jesus para você, cidadão deste reino.

Agora você pode compartilhar estes ensinamentos com outras pessoas!

Se Deus permitir, nós nos encontraremos novamente nos próximos estudos, em *O que Jesus ordenou: O sermão do monte: Mateus 6—7*. Até lá!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO DE HIPONA. *Sobre o sermão do Senhor na montanha*. São Paulo: Editora Filocalia, 2017. Edição do Kindle.
- _____. *Sobre a mentira*. São Paulo: MEDIAFashion: Folha de São Paulo, 2021 (Coleção Folha Os pensadores, v. 8).
- AMÂNCIO, Moacir. *O Talmud (excertos)*. São Paulo: Iluminuras, 1992. Edição do Kindle.
- ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER. *A confissão de fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
- BEALE, G. K. *Teologia bíblica do Novo Testamento: A continuidade teológica do Antigo Testamento no Novo*. Reimp. 2022. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA. 3ª ed. Revisada. São Paulo; Barueri: Cultura Cristã; Sociedade Bíblica do Brasil, 2023.
- BÍBLIA DE ESTUDO HERANÇA REFORMADA. São Paulo; Barueri: Cultura Cristã; Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.
- BÍBLIA TEB: *Notas integrais tradução ecumênica*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020 (Coleção de livros da literatura judaica e cristã).
- BLACKBURN, Simon (Org.). *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BLOCK, Daniel I. *O livro de Ezequiel*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, v. 1 (Comentários do Antigo Testamento).
- BOCK, Darrell L. *Jesus segundo as Escrituras*. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. São Paulo: Mundo Cristão, 2016. Edição do Kindle.
- BRANNAN, Rick (Org.) *Léxico Lexham das porções em aramaico da Bíblia hebraica*. Bellingham, WA: Lexham Press, 2020. Logos software.
- BRUTEAU, Beatrice. (Org.). *Jesus segundo o judaísmo: Rabinos e estudiosos dialogam em nova perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 2 (Biblioteca de estudos bíblicos). Edição do Kindle.
- CALVINO, João. *Commentary on a harmony of the evangelists Matthew, Mark, and Luke*. Bellingham, WA: Logos Bible Software, 2010, v. 1.
- CARSON, D. A. *O comentário de Mateus*. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.
- _____. *O sermão do monte: Exposição de Mateus 5—7*. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- _____. (Org.). *Bíblia de estudo Thomas Nelson*. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2021.
- COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2007, v. 2.
- COLLINS, Francis S. *A linguagem de Deus: Um cientista apresenta evidência de que ele existe*. 4ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2007.
- DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. 3ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- DAVIDSON, F. (Org.). *O novo comentário da Bíblia*. Reimp. 1985. São Paulo: Vida Nova, 1963, v. 1.
- _____. *O novo comentário da Bíblia*. Reimp. 1985. São Paulo: Vida Nova, 1963, v. 2.
- DI SANTE, Carmine. *Liturgia judaica: Fontes, estrutura, orações e festas*. São Paulo: Paulus, 2004.

ELWELL, Walter A.; BEITZEL, Barry J. *Baker encyclopedia of the Bible*. Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1988. Logos software.

FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT, David F. *Novo dicionário de teologia*. São Paulo: Hagnos, 2011. Logos software.

FERGUSON, Sinclair. *O sermão do monte*. São Paulo: Editora Trinitas, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico 7.0*. Curitiba: Editora Positivo, 2009. CD-ROM.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. *Teologia sistemática: Uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007.

GEISLER, Norman L. *Introdução geral à Bíblia: Uma análise abrangente da inspiração, canonização, transmissão e tradução*. São Paulo: Vida Nova, 2021.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Vida Nova, 2017.

GONZÁLEZ, Justo. (Org.). *Breve dicionário de teologia*. São Paulo: Hagnos, 2009.

GRUDEM, Wayne. *Teologia sistemática ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019. Edição do Kindle.

HAMILTON, Victor P. *Êxodo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017 (Comentário do Antigo Testamento).

HAN, Byung-Chul. *No exame: Perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARMAN, Allan. *Salmos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011 (Comentários do Antigo Testamento).

HENDRIKSEN, William. *Mateus*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, v. 1 (Comentários do Novo Testamento).

----- *Romanos*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011 (Comentário do Novo Testamento). Logos software.

HENRY, Matthew. *Novo Testamento: Mateus a João*. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010 (Comentário bíblico Matthew Henry).

JEREMIAS, Joachim. *O sermão da montanha*. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

----- *Teologia do Novo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Editora Teológica; Paulus, 2004.

----- *Jerusalém no tempo de Jesus*. Santo André; São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2010.

KELLER, Timothy; INAZU, John. (Org.). *Mundo plural: Como viver fielmente em mundo de diferenças*. São Paulo: Vida Nova, 2021.

KISTEMAKER, Simon. *2Coríntios*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014 (Comentário do Novo Testamento).

KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard; BROMILEY, Geoffrey W. (Org.). *Dicionário teológico do Novo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. Logos software.

KÖSTENBERGER, Andreas J.; KELLUM, L. Scott; QUARLES, Charles L. *Introdução ao Novo Testamento: A manjedoura, a cruz e a coroa*. São Paulo: Vida Nova, 2022. Edição do Kindle.

LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Edição Revisada. São Paulo: Hagnos, 2003. Logos software.

LAPIDE, Pinchas. *O sermão da montanha. Utopia ou programa?* Petrópolis: Vozes, 1986.

LEWIS, C. S. *Ética para viver melhor: Diferentes atitudes para agir corretamente*. São Paulo: Planeta, 2017.

----- *O problema da dor*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

LLOYD-JONES, D. Martyn. *Estudos no sermão do monte*. 2ª ed. São José dos Campos: Editora Fiel, 2017. Logos software.

- LOHFINK, Gerhard. *Como Jesus queria as comunidades? A dimensão social da fé cristã*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- LOURENÇO, Frederico. *Bíblia: Novo Testamento: Os quatro Evangelhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Edição do Kindle.
- LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene Albert. *Greek-english lexicon of the New Testament: Based on semantic domains*. Nova York: United Bible Societies, 1996. Logos software.
- LUTERO, Martinho. *Interpretação do Novo Testamento. Mateus 5—7, 1Coríntios 15, 1Timóteo*. São Leopoldo; Porto Alegre; Canoas: Sinodal; Concórdia; Ulbra, 2017 (Obras selecionadas, v. 9).
- MARRA, Cláudio. (Org.). *Novo cântico*. 16ª ed. Reimp. 2017. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- MATTHEWS, Kenneth. *Levítico: Deus santo, povo santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018 (Estudos bíblicos expositivos).
- NASCIMENTO, Misael. *Igreja real na cultura digital*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018. Edição do Kindle.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2020.
- RIDDERBOS, Herman. *A vinda do reino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- RIENECKER, Fritz. *Evangelho de Mateus*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1998 (Comentário Esperança).
- SALNIER, Christiane; ROLLAND, Bernard. *A Palestina no tempo de Jesus*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983 (Cadernos bíblicos, 27).
- SPROUL, R. C. *Estudos bíblicos expositivos em Mateus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- STOTT, John; CONNELLY, Douglas. *Lendo o sermão do monte com John Stott*. Viçosa: Editora Ultimato, 2018, p. 17-18.
- STRONG, James. *Léxico hebraico, aramaico e grego de Strong*. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002. Logos software.
- SUYLÔ, FRANÇA, Eloyse; FRANÇA, Suelen. “O Espírito faz”. In: SUYLÔ. *Céu*. Produção independente. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/6npoCqWtIHaKwLnUN-oCm19?si=d9ce6677d58742ce>>. Acesso em: 29 set. 2023.
- TASKER, R. V. G. *Mateus: Introdução e comentário*. Reimp. 2020. São Paulo: Vida Nova, 1980 (Série cultura bíblica).
- TENNEY, Merrill C. *Enciclopédia da Bíblia Cultura Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, v. 3.
- THEISSEN, Gerd. *Sociologia do movimento de Jesus*. São Leopoldo; Petrópolis: Editora Sinodal; Editora Vozes, 1989.
- THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: Uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.
- THOMAS, Robert L. *New american standard hebrew-aramaic and greek dictionaries: Updated edition*. Anaheim: Foundation Publications, Inc., 1998. Logos software.
- VAN GRONINGEN, Gerard. *Criação e consumação*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, v. 1. _____ *Revelação messiânica no Antigo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
- VASHOLZ, Robert I. *Levítico*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018 (Comentários do Antigo Testamento).
- WENHAM, Gordon J. *Levítico: Comentário exegético*. São Paulo: Vida Nova, 2021.
- WRIGHT, Nicolas Thomas. *Mateus para todos: Mateus 1-15, parte 1*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.